

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Daiane Raquel Steiernagel

**ENTRE A ATEMPORALIDADE E AS DESCONTINUIDADES DO  
CÁRCERE: REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL EM  
*RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS*  
E A *PEQUENA PRISÃO***

Santa Maria, RS  
2020

**Daiane Raquel Steiernagel**

**ENTRE A ATEMPORALIDADE E AS DESCONTINUIDADES DO  
CÁRCERE: REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL EM  
*RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS*  
E A PEQUENA PRISÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Rosani Úrsula Ketzer Umbach

Santa Maria, RS  
2020

Steiernagel, Daiane Raquel

Entre a atemporalidade e as descontinuidades do cárcere: representação e crítica social em Recordações da casa dos mortos e A pequena prisão / Daiane Raquel Steiernagel.- 2020.

166 p.; 30 cm

Orientadora: Rosani Úrsula Ketzner Umbach  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2020

1. Literatura 2. Dostoiévski 3. Igor Mendes 4. Prisão  
5. Crítica Social I. Umbach, Rosani Úrsula Ketzner II.  
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DAIANE RAQUEL STEIERNAGEL, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Daiane Raquel Steiernagel**

**ENTRE A ATEMPORALIDADE E AS DESCONTINUIDADES DO CÁRCERE:  
REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL EM *RECORDAÇÕES DA CASA DOS  
MORTOS E A PEQUENA PRISÃO***

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Letras**.

**Aprovado em 04 de novembro de 2020:**

---

**Rosani Úrsula Ketzer Umbach, Dra. (UFSM) - Videoconferência**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Jose Max Hidalgo Nácher, Dr. (Universidade de Barcelona) - Videoconferência**

---

**Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Dr. (UNIJUI) - Videoconferência**

---

**Cláudia Maria Perrone, Dra. (UFRGS) - Videoconferência**

---

**Lizandro Carlos Calegari, Dr. (UFSM) - Videoconferência**

Santa Maria, RS  
2020

NUP: 23081.052208/2020-17

Prioridade: Normal

**Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação**

134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação

**COMPONENTE**

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
2	Folha de aprovação	Folha de Aprovação - Daiane R. Steiernagel.pdf

**Assinaturas**

**06/11/2020 14:19:41**

379628 - ROSANI URSULA KETZER UMBACH (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

08.37.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS E MODERNAS - DLTE

**09/11/2020 09:31:17**

00701403080 - Maiquel Angelo Dezordi Wermuth (Pessoa Física)

Usuário Externo (007.\*\*\*.\*\*\*.\*\*)

**10/11/2020 14:13:16**

EXTAAJ233623 - Jose Max Hidalgo Nacher (Pessoa Física)

Usuário Externo (AAJ\*\*\*\*\*)

**13/11/2020 13:12:23**

2085682 - LIZANDRO CARLOS CALEGARI (PROFESSOR ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO)

26.04.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE ENSINO - DE-POLI

**20/11/2020 10:34:07**

60665130015 - CLAUDIA MARIA PERRONE (Pessoa Física)

Usuário Externo (606.\*\*\*.\*\*\*.\*\*)

Código Verificador: 414372

Código CRC: dbccff74

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>



## AGRADECIMENTOS

*Muitas pessoas se fazem presentes em nossas vidas, mas algumas nos tocam de tal forma que permanecem em nossas memórias e atitudes, servindo de inspiração para nossas ações. É a estas pessoas especiais, as quais tiveram papel preponderante em minhas escolhas, que quero deixar meu agradecimento:*

*Minha família, a qual sempre esteve presente e compreendeu os momentos em que foi necessário me fazer ausente em prol da pesquisa.*

*Ao meu companheiro, que permaneceu ao meu lado me incentivando e sendo meu aconchego para os dias mais cansativos e de dúvidas, tornando-os mais agradáveis com seu amor e carinho.*

*Aos meus amigos e colegas da Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí, que me acompanham no trabalho com constantes interrogações sobre o nosso fazer.*

*Aos colegas e alunos da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, que me motivam diariamente na pesquisa e demonstram a importância da Universidade, diante das discussões que esta promove.*

*Aos meus colegas do doutorado que dividiram seus saberes e angústias neste percurso.*

*A todos os mestres que fizeram parte da minha jornada de estudos e contribuíram na minha formação, com seus ensinamentos teóricos, sua paciência, sabedoria e dedicação em suas atuações. Entre os mestres, em especial, à profa. Dra. Rosani Umbach, que me acompanhou na orientação do mestrado e posteriormente me acolheu na ideia de pesquisa e na orientação do doutorado, estando presente nestes quatro anos de estudos.*

*Por fim, mas com tamanha relevância para esta pesquisa, aos professores que compuseram minha banca de qualificação e de defesa, os quais contribuíram de forma fundamental, com importantes considerações e indicações bibliográficas: Dr. Maiquel Wermuth, Dr. Lizandro Calegari, Dr. Jose Max Hidalgo Náchter e Dra. Cláudia Maria Perrone.*

*[...] uma casa para mortos vivos; uma vida à margem e homens de vivência muito diferente. É esse canto tão distinto da vida que me proponho descrever aqui.*

(DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 19)

*[...] carceragens são localizadas sempre no fundo, ou no subsolo, como se a mesma sociedade que as constrói tivesse consciência da vergonha que elas representam e, portanto, da necessidade de escondê-las.*

(MENDES, 2017, p. 57)

## RESUMO

### ENTRE A ATEMPORALIDADE E AS DESCONTINUIDADES DO CÁRCERE: REPRESENTAÇÃO E CRÍTICA SOCIAL EM *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* E *A PEQUENA PRISÃO*

AUTORA: Daiane Raquel Steiernagel  
ORIENTADORA: Rosani Úrsula Ketzner Umbach

O estudo proposto tem como objetivo principal realizar uma crítica social a uma instituição total, tomando como campo de pesquisa um estudo comparativo entre duas obras literárias, escritas em época e países distintos, mas que versam sobre a vivência no âmbito prisional. Tal análise é proposta para demonstrar as permanências e as descontinuidades do cárcere, desde o séc. XIX até o séc. XXI. As obras escolhidas para a pesquisa são *Recordações da casa dos mortos*, publicada na Rússia em 1862, em forma de romance, escrito por Fiódor Dostoiévski, e *A pequena prisão*, publicada em 2017 no Brasil, em forma de relato testemunhal, escrita por Igor Mendes. A partir desta análise, é possível demonstrar a importância das obras, tanto em nível literário como histórico e social, e evidenciar como sua leitura pode ocasionar uma crítica social ao cárcere. Para isso, é feito um estudo dos aspectos literários, históricos e sociais das obras, concomitantemente às questões da penalização e do cárcere nas épocas em que as narrativas se passam. Como as obras são colocadas em gêneros diferentes, é necessário discutir sobre as peculiaridades de cada uma das categorias – romance e relato testemunhal, as mudanças históricas de valoração das categorizações literárias, e sobre a ideia de *verdade* trazida nas escritas, diante dos diferentes elementos linguísticos utilizados por cada gênero. Após estas discussões, é realizada uma análise comparativa entre as obras estudadas, primando pela busca das semelhanças e descontinuidades da prisão apresentadas nas histórias, pois ambas são contadas a partir do espaço prisional e evidenciam as dificuldades e singularidades do aprisionamento institucional, nos possibilitando observar desde questões estruturais, que parecem não mudar no tempo e no espaço, como as descontinuidades, alterações, apresentadas nas duas histórias, por exemplo, das mudanças nos instrumentos punitivos. Diante da interdisciplinaridade do tema, utilizou-se de teóricos da literatura, história, filosofia e psicanálise.

**Palavras-chave:** Literatura. Dostoiévski. Igor Mendes. Prisão. Crítica Social.

## ABSTRACT

### **BETWEEN ATEMPORALITY AND DISCONTINUITIES IN THE JAIL: ITS REPRESENTATION AND SOCIAL CRITICISM IN RECORDS FROM CASA DOS MORTOS AND SMALL PRISON**

AUTHOR: Daiane Raquel Steiernagel  
ADVISOR: Rosani Úrsula Ketzner Umbach

The proposed study has as main objective to carry out a social criticism of a total institution, taking as a research field a comparative study between two literary works, written at different times and countries, that deal with the experience in the prison scope. Such analysis is proposed to demonstrate the incarcerations and discontinuities of the prison, from the 19<sup>th</sup> century to the 21<sup>st</sup> century. The works chosen for the research are *Memoirs from the House of the Dead*, published in Russia in 1862, as a novel, written by Fiódor Dostoiévski, and *The Small Prison*, published in 2017 in Brazil, as a testimonial report, written by Igor Mendes. From this analysis, it is possible to demonstrate the importance of the works, at literary, historical and social levels, and to show how their reading can cause a social criticism about the prison. For this, a study of the literary, historical and social aspects of the works is done, concomitantly with the issues of penalization and imprisonment in the times when the narratives took place. As the works are placed in different genres, it is necessary to discuss the peculiarities of each of the categories - novel and testimonial report, the historical changes in the valuation of literary categorizations, and about the idea of truth brought in the writings, owing to the different linguistic elements used by each genre. After these discussions, a comparative analysis is performed between the works studied, striving for the search about the similarities and discontinuities of the prison presented in the stories, as both are told from the prison space and show the difficulties and singularities of institutional imprisonment, allowing us to observe since structural issues, which do not seem to change in time and space, such as discontinuities, alterations, presented in the two stories, for example, of changes in punitive instruments. In view of the interdisciplinary nature of the theme, theoreticians of literature, history, philosophy and psychoanalysis were used.

**Keywords:** Literature. Dostoiévski. Igor Mendes. Prison. Social Criticism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Porta da Prisão de Rasphuis com a inscrição <i>Castigatio</i> .....	36
Figura 2 –	J. Bentham. planta do Panopticom .....	38
Figura 3 –	Interior da Penitenciária de Stateville, Estados Unidos, século XX.....	38
Figura 4 –	Presídio de Tobolsk Kremli, na Sibéria .....	39
Figura 5 –	Quarto do Presídio de Tobolsk Kremli, na Sibéria .....	39
Figura 6 –	Imagem do Complexo de Bangu, Rio de Janeiro.....	40
Figura 7 –	Imagem da apresentação do livro <i>A pequena prisão</i> .....	52
Figura 8 –	Imagens internas do livro <i>A pequena Prisão</i> .....	52

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>1</b> <b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E LITERÁRIA DAS OBRAS <i>RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS</i> E <i>A PEQUENA PRISÃO</i></b> .....	<b>16</b>
1.1    A IMPORTÂNCIA LITERÁRIA E SOCIAL DA OBRA <i>RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS</i> , DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI .....	16
1.1.1 <b>As peculiaridades na escrita de Dostoiévski</b> .....	<b>22</b>
1.2    A SOCIEDADE QUE PERMEIA <i>RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS</i> E <i>A PEQUENA PRISÃO</i> .....	35
1.2.1 <b>O nascimento da prisão como reprimenda penal</b> .....	<b>35</b>
1.3    IGOR MENDES E <i>A PEQUENA PRISÃO</i> : ELEMENTOS NARRATIVOS, TESTEMUNHO E REFLEXÃO SOCIAL SOBRE O CÁRCERE NO BRASIL.....	45
1.3.1 <b>Algumas características da prisão na contemporaneidade</b> .....	<b>56</b>
<b>2</b> <b>O ROMANCE E O RELATO TESTEMUNHAL: “HISTÓRIA FICCIONAL” VERSUS “HISTÓRIA VERÍDICA”?</b> .....	<b>67</b>
2.1    UM BREVE HISTÓRICO DO GÊNERO ROMANCE .....	67
2.2    O SURGIMENTO E A COMPLEXIDADE DE CATEGORIZAÇÃO DOS RELATOS TESTEMUNHAIS.....	72
2.2.1 <b>O testemunho na literatura e uma crítica da autobiografia</b> .....	<b>77</b>
2.3    “HISTÓRIA FICCIONAL” VERSUS “HISTÓRIA VERÍDICA”? .....	87
2.3.1 <b>Aproximações e distinções entre o romance e o relato testemunhal...</b>	<b>103</b>
<b>3</b> <b>SEMELHANÇAS E DESCONTINUIDADES DA PRISÃO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE <i>RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS</i> E <i>A PEQUENA PRISÃO</i></b> .....	<b>107</b>
3.1    POSSIBILIDADES COMPARATIVAS ENTRE <i>RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS</i> E <i>A PEQUENA PRISÃO</i> .....	107
3.2    A REPRESENTAÇÃO, PERMANÊNCIA E AUMENTO DA VIOLÊNCIA E DO PODER .....	125
3.2.1 <b>O mal-estar persiste</b> .....	<b>134</b>
3.3    LITERATURA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADE DE UMA CRÍTICA SOCIAL AO CÁRCERE.....	142
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

A ideia da pesquisa surgiu após a leitura do livro *Recordações da casa dos mortos* (2015), de Fiódor Dostoiévski, e da observância das características apresentadas pelo narrador relativas ao cárcere, e se completou com a leitura do livro *A pequena prisão* (2017), de Igor Mendes, mas principalmente diante das inúmeras indagações que as narrativas provocaram. A primeira observação, após a leitura dos livros, é a da similaridade das características trazidas pelos autores relativas ao cárcere e da hipótese de que existem aspectos imutáveis e atemporais em uma instituição total, neste caso no presídio. Porém, analisando de forma mais profusa, observa-se que existem descontinuidades, nem tudo é igual nas histórias, o que nos convoca a pensar sobre a visão e objetivo social do cárcere, já que não se observaram evoluções positivas; em contrapartida, houve o avanço da violência, a piora nas condições de vivência entre os presídios relatados e o aumento de pessoas aprisionadas, especialmente no Brasil.

A leitura e análise dos livros *Recordações da casa dos mortos* (2015) e *A pequena prisão* (2017), os quais possuem estruturas narrativas diferentes e histórias contadas a partir de épocas e países distintos, demonstram a importância e os efeitos ocasionados pelas narrativas, com a hipótese de que tais leituras podem romper com o imaginário social e a contemplação de espaços totalitários e autoritários, como é o caso do cárcere, ocasionando uma crítica à sociedade em que estes espaços estão colocados como a solução para o problema da criminalidade. Sendo que o estudo comparativo se justifica, justamente, pelo fato de demonstrar que a instituição prisional nasceu com um objetivo que perpassa o local em que se insere, e que mantém algumas questões estruturais até os dias de hoje, mesmo em culturas diversas, que é o da possibilidade de correção e principalmente de punição. Mas, também, de poder observar as mudanças históricas ocorridas. Em comum, as histórias são contadas a partir do espaço prisional, sendo que seus autores vivenciaram a experiência de ser prisioneiro.

Para que tal estudo seja objetivado, torna-se necessária uma análise literária, histórica, social e psicanalítica das obras, as quais trazem uma narrativa que é contada a partir de personagens que se encontram no cárcere, com a visão e crítica destes ao local. A pesquisa de base bibliográfica inicia por uma revisão da literatura

com levantamento de referências em livros e artigos científicos, os quais possibilitam um maior conhecimento e aprofundamento sobre o tema em questão. Desta forma, utilizam-se diversos autores reconhecidos pela crítica e a pesquisa está dividida em três partes.

O primeiro capítulo é intitulado “Contextualização histórica, social e literária das obras *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão*”, sendo dividido em subtítulos. Na primeira parte será discutido o tema “A importância literária e social da obra *Recordações da casa dos mortos*”, de Fiódor Dostoiévski, com o subtítulo “As peculiaridades da escrita de Dostoiévski”. Nestas, a principal discussão é sobre a importância desta obra e as peculiaridades apresentadas pelo autor em sua escrita.

Utilizou-se de obras do principal biógrafo de Dostoiévski, Joseph Frank, não para analisar uma descrição ou aproximação da vida do autor à obra, mas, sim, com o intuito de observar fatos da vida de Dostoiévski interligando-os com a história literária e sociocultural da época. Dostoiévski foi um escritor russo que em meados do século XIX começou a apresentar seus romances, nos quais trazia a realidade de um cotidiano simples, mas com discussões complexas sobre a existência humana e os problemas que os homens carregam eternamente, sejam estes vindos do interior, da subjetividade e peculiaridade dos indivíduos, ou exteriores, ligados à problemática social. Por ter um caráter de verossimilhança e aspectos de atemporalidade, sua obra continua a despertar o interesse de leitores de diversos países, sendo considerado como um dos maiores romancistas mundiais. Além disso, muitas das questões que abordou permanecem no âmago da humanidade.

O livro de Dostoiévski *Recordações da casa dos mortos*, lançado em 1862, foi escrito após o autor permanecer cinco anos em uma prisão na Rússia, entretanto seu formato está na categoria de romance. Para a escrita, o autor utilizou elementos linguísticos importantes, entre eles o fato de a narrativa ser contada a partir de um relato-diário e ser composta por dois narradores, sendo o narrador principal também o protagonista da trama. A narrativa é na maior parte contada em primeira pessoa. Será o personagem-narrador que descreverá não apenas um relato do dia a dia dos prisioneiros, mas irá explorar o sentimento deles, revelando o sofrimento físico e mental do cárcere e a progressiva e total anulação da individualidade. Além dos prisioneiros, os guardas da prisão também fazem parte da trama. O delito não é foco principal, mas o tempo vivido neste espaço.

Para a análise literária, os principais autores estudados foram Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, o primeiro devido ao aprofundamento e reconhecimento dos estudos em relação às obras de Dostoiévski, e o segundo pela importância nas discussões sobre a linguagem e o sujeito, bem como sobre as questões sociais atreladas ao espaço prisional. Será a partir da linguagem e de elementos do discurso, utilizados por Dostoiévski, que é possível uma análise do espaço e da estrutura psicológica dos personagens, propiciando um questionamento e uma reflexão sobre a condição humana e/ou sobre os espaços sociais expostos.

Na segunda parte do primeiro capítulo serão estudadas questões sociais referentes ao presídio e à historiografia do nascimento e surgimento deste, chegando as suas características na contemporaneidade. A história contada na obra *Recordações da casa dos mortos* demonstra o início da pena de prisão regulamentada, e da transição ocorrida entre os trabalhos forçados à pena de prisão. Há poucos relatos deste período, sendo este um fator da importância literária, histórica e social da obra. Em contrapartida, o testemunho de Igor Mendes, descrito em *A pequena prisão*, demonstra o cárcere na contemporaneidade. Mais de cem anos de penalizações entre uma e outra narrativa. Para finalizar o primeiro capítulo, é realizada uma análise da obra *A pequena prisão*, desde seus elementos narrativos como as peculiaridades do formato de testemunho, concomitantemente a uma reflexão sobre o cárcere no Brasil.

O livro *A pequena prisão*, lançado em 2017, foi escrito pelo estudante (na época em que foi preso) Igor Mendes, o qual teve sua prisão decretada por participar de manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro, Brasil, em 2013. De acordo com o autor, o livro é um depoimento de sua “experiência da prisão”. Igor teve três transferências entre presídios, dentro do Complexo Penitenciário de Bangu<sup>1</sup>, que abriga diversos presídios. Podemos dizer que, além da vivência na prisão, o autor traz importantes elementos de crítica social, fazendo-nos pensar sobre algumas questões específicas do cárcere como, a estrutura, as leis criadas dentro da prisão, o uso de drogas, as relações com os guardas, as visitas e os privilégios para quem tem mais condições financeiras, mas, também, reflexões que ultrapassam o aprisionamento, como a relação do cárcere com a sociedade, ou seja, o primeiro como um reflexo do segundo.

---

<sup>1</sup>Atualmente é denominado de *Complexo Penitenciário de Gericinó*.

O segundo capítulo aborda o delineamento da categoria das obras: romance *versus* testemunho, qual seria mais verídica ou mais ficcional? Para tal, foi realizado um breve histórico do gênero romance, tendo como base teóricos como: Roland Barthes, Terry Eagleton e Yves Reuter. Autores que demonstram como a historiografia do romance é longa e complexa, pois este foi sendo moldado pelas várias mudanças históricas. Desde a concepção da teoria literária como imaginativa à autobiografia; da consideração de que a narrativa seria uma combinação entre histórias, notícias, ficção a fatos reais, até chegar aos aspectos culturais, sendo que o reconhecimento social do romance também mudou de acordo com a época.

Posteriormente, discute-se o surgimento e a complexidade da categorização dos relatos testemunhais, usando como base principalmente estudos de Seligmann-Silva e Beatriz Sarlo. Paralelamente foi realizada uma crítica literária da autobiografia com base em Paul Ricoeur e De Man. Devido à complexidade da temática ficção *versus* realidade, buscou-se, juntamente à perspectiva literária, uma perspectiva social, histórica e psicanalítica, com autores como Hayden White, R. G. Collingwood, Paul Veyne, Paul Ricoeur, Michel Foucault e Sigmund Freud. O reconhecimento dos relatos testemunhais é mais recente, tendo duas principais vertentes de pesquisa por meio do campo Europeu e Norte-Americano e do campo da América Latina. Os primeiros focam mais especificamente nos relatos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, a *Shoah*, enquanto o segundo, com o conceito de “*testimonio*”, centrará suas discussões a partir da experiência na América Latina com os depoimentos das vítimas das ditaduras militares. Foi nos últimos anos que este campo literário se expandiu, havendo um reconhecimento de relatos de outros grupos considerados *minorias*<sup>2</sup>, entre eles os prisioneiros.

A partir das análises histórica e social das obras aqui estudadas e das discussões sobre a ficcionalidade ou realidade das narrativas, o terceiro capítulo propõe uma análise comparativa entre os livros *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão*, para observar as semelhanças e discontinuidades do cárcere. Como mencionamos, ambas as histórias são construídas a partir de personagens que vivenciam o aprisionamento; desta forma, com este estudo comparativo, podemos analisar tanto os aspectos literários dos livros como propor uma crítica

---

<sup>2</sup>O termo *minorias* será utilizado neste estudo não necessariamente no sentido de estar ligado a grupos que são minorias sociais, mas pensando naquelas pessoas que são marginalizadas dentro de uma sociedade devido a aspectos econômicos, culturais, sociais, físicos ou religiosos.

social ao cárcere, a partir das narrativas, demonstrando a importância da literatura de cunho social no rompimento de contemplanções imaginárias diante de tal instituição. Entre as temáticas estão características e especificidades presentes em uma instituição total, mas sempre as conectando aos processos de funcionamento das regulações sociais, como, por exemplo, as questões de classe social e de violência.

Tivemos como amparo as teorias de Michel Foucault, Erving Goffman, Sigmund Freud e Hannah Arendt. Com os dois últimos autores, descobrimos que não somos seres tão benevolentes, mas, ao contrário, estamos propensos a atitudes agressivas e de violência, as quais podem ser evidenciadas na história da humanidade, sendo o presídio uma instituição que possibilita e permite estas manifestações, pois é um espaço aceito socialmente para causar sofrimento. Vejamos, então, até que ponto os livros analisados podem surtir efeitos questionadores e de uma crítica a este espaço social que é o cárcere.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E LITERÁRIA DAS OBRAS *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* E *A PEQUENA PRISÃO*

Este capítulo apresenta uma análise da contextualização histórica e social dos livros: *Recordações da casa dos mortos* (publicado em 1862, na Rússia), escrito por Fiódor Dostoiévski, e *A pequena prisão* (publicado em 2017, no Brasil), escrito por Igor Mendes, objetos de estudo proposto para esta pesquisa. Tal análise nos permite observar algumas características semelhantes do cárcere no tempo e nas perspectivas sociais, apresentadas em ambos os livros, mas também das discontinuidades desta instituição e dos paradigmas sociais que apresentam ao longo da história. Além disso, podemos observar algumas peculiaridades na linguagem utilizada na escrita pelos autores. Para tal, utilizaremos como base teórica autores da literatura, filosofia e sociologia, que versam sobre importantes conceitos e análises acerca da literatura e do sistema prisional em si.

### 1.1 A IMPORTÂNCIA LITERÁRIA E SOCIAL DA OBRA *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS*, DE FIÓDOR DOSTOIÉVSKI

O livro *Recordações da casa dos mortos* (2015) foi escrito em meados de 1860 na Rússia por Fiódor Dostoiévski e publicado no Brasil por várias editoras, utilizando-se três títulos diferentes: *Recordações da casa dos mortos*<sup>3</sup>, *Memórias da casa dos mortos* e *A casa dos mortos*. É interessante observar que, apesar de pequenas mudanças, *A casa dos mortos* permanece, pois é assim que o narrador se refere ao presídio. Se pensarmos no sentido deste título, por si só, nos remete a uma importante significação. A casa dos mortos é um cemitério, no qual quem ali jaz não tem mais contato com o mundo exterior, fica à parte, abatido, extinto, apagado, esquecido – enfim, sem vida.

A história contada no livro é praticamente uma descrição de fatos e eventos ligados à vida nas prisões da Sibéria. Ninguém melhor que o próprio Dostoiévski para descrever tais situações com legítima autenticidade, já que passou exilado

---

<sup>3</sup>A tradução do livro escolhido para análise foi da editora *Nova Alexandria* com o título: *Recordações da Casa dos Mortos*, publicado no Brasil em 2015. Essa escolha se deu pelo fato de a tradução ser realizada diretamente do russo, por Nicolau S. Peticov.

durante cinco anos em uma prisão. Em função disso, é estimado por alguns críticos como um livro autobiográfico ou semibiográfico, mas a sua classificação oficial é de romance. Todavia, a verossimilhança com o espaço prisional é evidente, não podendo, assim, desconsiderar-se o fato de que é fruto da experiência vivida pelo autor como prisioneiro, tendo um conhecimento peculiar sobre a prisão. Diferente de um escritor que ouviu relatos de prisioneiros, Dostoiévski viveu as peculiaridades do cárcere e escreveu uma história de forma verossímil com importantes questões sociais e culturais.

Por outro lado, para além de um relato do dia a dia dos prisioneiros, o autor consegue explorar o sentimento deles, revelando o sofrimento físico e mental do cárcere, bem como, em alguns casos, de uma progressiva anulação de suas individualidades. Outra questão – aqui ainda no terreno da hipótese – é da crítica a este sistema totalitário, o qual fomenta o ódio coletivo e não se preocupa em recuperar os cidadãos para a sociedade, mas sim os deixa afastados (excluídos) dela, em uma casa de mortos.

Se observarmos a obra de Fiódor Dostoiévski, percebemos que o autor abordou de forma contundente, em muitos de seus textos, temas como a condição humana, o sofrimento e a moralidade social e divina. Muitos dos seus questionamentos ocorrem a partir de algum acontecimento hediondo (crimes), extraíndo o mais sórdido da condição humana e da sociedade e narrando a convivência com a população mais temida socialmente – seres colocados à margem na esfera social, como loucos e prisioneiros.

A partir de Joseph Frank, o qual escreveu cinco livros para relatar a biografia de Dostoiévski, podemos pensar como era o momento cultural e sociopolítico da época em que escreveu suas obras, principalmente o livro *Recordações da casa dos mortos*. Os livros de Joseph Frank têm as seguintes titulações: *Dostoiévski: As Sementes da Revolta, 1821-1849*; *Os Anos de Provação, 1850-1859*; *Os Efeitos da Libertação, 1860-1865*; *Os Anos Milagrosos, 1865-1871*; *O Manto do Profeta, 1871-1881*. O segundo livro, o qual relata o período em que o escritor russo fora preso, é o que mais nos interessa e utilizaremos alguns fatos apresentados, pois Joseph Frank utiliza um método de análise no qual faz uma descrição da vida de Dostoiévski interligando-a com a história literária e sociocultural da época.

Para compreender da melhor maneira possível o processo criativo que transforma a vida em arte, a experiência de vida deve ser aprendida e organizada sem violar os dados históricos de modo a tornar clara essa misteriosa mutação. E isso só pode ser feito se a vida for observada continuamente pela ótica da obra e em íntima relação com esta, em vez do método mais usual de tratar a obra apenas como subproduto mais ou menos acidental da vida. (FRANK, 2008, p. 15-16).

Dostoiévski acompanhava vários movimentos literários e sociopolíticos na década de 1840, sendo que nos anos 50 isto irá mudar drasticamente, pois passa a estar confinado e impedido de manter comunicação com o mundo exterior. Apenas em algumas situações fora permitida a escrita de cartas, as quais obviamente eram censuradas e por isso escritas em termos muito cautelosos<sup>4</sup>. A sua prisão teve relação com o interesse pelas questões sociopolíticas do seu país. Alguns críticos, entre eles Joseph Frank, consideram que houve um amadurecimento de sua escrita, tanto ideológico como artístico, após o período em que esteve preso.

A prisão de Dostoiévski ocorreu a partir do caso “Petrachévski”, nome dado à investigação do grupo que se encontrava nas sextas-feiras na casa de Petrachévski. Porém o grupo não escondia seus encontros, mas passou a ser investigado por suspeitas do governo de que era um grupo revolucionário, com intenções perigosas.

Um dos incentivos para a formação do grupo foram as leituras das produções literárias de cunho socialista, com influência de teorias vindas da França (iniciada em 1830). O livro *Gente Pobre*, escrito por Dostoiévski em 1846, é considerado como um dos primeiros romances de cunho social. Essas escritas, que passam a ser categorizadas como “romance social”, são estimuladas pelas injustiças que vinham sendo infligidas na Rússia, como a servidão. Dostoiévski foi influenciado pela “literatura progressista, humanitária e vagamente socialista utópica (de Victor Hugo, Georg Sand, Eugène Sue e muitos outros escritores menos conhecidos)” (FRANK, 2008, p. 26). Por outro lado, a literatura de *O Capote* e *Almas Mortas*, de Nikolai Gógol, e obras do escritor Vissarion Belínski também tiveram sua parcela de influência sobre a literatura de Dostoiévski.

---

<sup>4</sup>A primeira carta que escrevera fora para seu irmão mais novo, Andrei. Na época havia censura em relação à literatura, desta forma Dostoiévski aproveitava todo e qualquer material de leitura que permitiam e lhe disponibilizavam, mesmo leituras que em outras épocas não eram do seu gosto. Em outra carta ao seu irmão Mikhail, o mais velho, o escritor diz o seguinte: “Sinto-me incrivelmente feliz com qualquer livro. [...] Principalmente pelo efeito de interromper meus próprios pensamentos em novas linhas” (FRANK, 2008, p. 51).

Não foi apenas Dostoiévski que fora preso, mas todo o círculo que participava dos encontros na casa de Petrachévski<sup>5</sup>. O czar<sup>6</sup> estava preocupado em erradicar qualquer ameaça de manifestações e pensamentos independentes, que poderiam provocar revoluções no país.

A prisão de Dostoiévski e de todo o círculo de Petrachévski faz parte dos esforços do czar para erradicar as menores manifestações de pensamento independente que, simpatizando com as revoluções que irrompiam no exterior, poderiam provocar convulsões semelhantes dentro do país. Assim, os últimos anos do reinado de Nicolau I congelaram a sociedade russa numa situação de terror, e quaisquer possíveis traços de vida cultural e intelectual independente até então permitida foram simplesmente eliminados. Para citar apenas um exemplo, o novo ministro da Educação, príncipe Chirínski-Chikhmátov, aboliu o ensino da filosofia e da metafísica nas universidades – cujo corpo de estudantes, aliás, já reduzira muito – e os cursos de lógica e psicologia foram entregues a professores de teologia. (FRANK, 2008, p. 15-16).

Essas considerações políticas da época são importantes para compreendermos o momento histórico e social em que o livro *Recordações da casa dos mortos* foi escrito, no qual havia uma grave censura<sup>7</sup> e imposição de ideias por parte dos governantes. E um dos exemplos é a prisão do círculo do qual Dostoiévski fazia parte, a qual ocorreu na noite de 22 para 23 de abril de 1849. Essa prisão também foi devido à censura, e só foi efetivada a partir de um “espião”. Ou seja, para se ter provas do caráter revolucionário do grupo e que este estava em

<sup>5</sup>O irmão mais jovem de Dostoiévski (Andrei) também fora preso, porém ele nunca havia participado das reuniões, provavelmente este fato aconteceu por engano com seu irmão mais velho (Mikhail), o qual, de fato, participava dos encontros e também fazia parte de outro círculo. Esse engano perdurou por duas semanas, quando Andrei foi libertado.

<sup>6</sup>Czar foi o título usado pelos monarcas do Império Búlgaro desde 913 e Império Russo entre 1546 e 1917. Foi adotado por Ivan IV da Rússia como um símbolo da natureza da monarquia russa. No período em descrição o Czar era Nicolau I (*Nikolai Pavlovich Romanov Gatchina, 1796-1855*), que foi o Imperador da Rússia e Grão-Duque da Finlândia de 1825 até sua morte. Era o penúltimo filho do imperador Paulo I e sua segunda esposa Sofia Doroteia de Württemberg, tendo ascendido ao trono após a morte de seu irmão mais velho, Alexandre I. Nicolau é mais lembrado como um conservador cujo reinado foi marcado por uma grande expansão territorial, repressão de dissidentes, estagnação econômica, políticas ruins de administração, burocracia e guerras frequentes que culminaram na derrota russa durante a Guerra da Criméia. Nicolau II (*Nikolái Alieksándrovich Románov, 1868-1918*) foi o último Imperador da Rússia.

<sup>7</sup>Segundo Joseph Frank, apesar da censura imposta por Nicolau I, pregando a moral pública e a ordem, a década de 1840 foi uma das mais férteis e produtivas da literatura moderna na Rússia. Porém, após as revoluções de 1948 na Europa, ocorreu um retrocesso e Nicolau instalou o que se tornou conhecido como “a era do terror e da censura”. “Nomeou-se uma comissão especial, coordenada pelo conde Butúrlin, um notório obscurantista, para endurecer ainda mais a censura”. O coronel chegou a afirmar que, “se o evangelho não fosse tão difundido, seria necessário proibi-lo por causa do espírito democrático que disseminou” (FRANK, 2008, p. 52). Em consequência dessa censura, os periódicos russos passaram a publicar um número enorme de traduções.

desacordo com as premissas do governo, um investigador secreto, P. D. Antonelli, o qual tinha um nível de educação de acordo com os demais participantes, podendo enganá-los de sua real intenção, passou a participar das reuniões e informá-las ao governo. Antonelli entregou as provas ao seu superior, que as enviou a Nicolau I, o qual referiu o seguinte: “O assunto é importante, pois mesmo que se trate apenas de conversa ociosa, é um fato criminoso e intolerável” (FRANK, 2008, p. 30).

Os então prisioneiros foram levados para a prisão da “Fortaleza de Pedro e Paulo”<sup>8</sup>, a qual era considerada de segurança máxima e reservada principalmente para presos cujos delitos fossem de ameaça para o Estado, pois até então ninguém teria conseguido escapar de suas muralhas. Ao chegar à prisão, ouviram um discurso que considerava “que as pessoas ali reunidas não haviam feito bom uso das liberdades e dos direitos que lhes haviam sido concedidos como cidadãos russos, e que seu comportamento obrigara o governo a privá-los de tais liberdades” (FRANK, 2008, p. 36).

Alguns membros importantes do governo consideravam que não havia provas suficientes, inclusive alguns tinham proximidade familiar com membros do círculo, o que não foi satisfatório para absolvê-los. Nunca houve a certeza se de fato o grupo tinha esse objetivo, nenhum membro do grupo confessou a prática revolucionária. Segundo o governo da época, em relação às reuniões na casa de Petrachévski, mesmo após anos, não se tem certeza de qual era o real objetivo, apenas alguns indícios.

O grupo, de fato, permaneceu desconhecido até que sua existência foi revelada numa carta que se tornou pública na década de 1920. Mas um membro dessa sociedade secreta, Fiódor Dostoiévski, deixou escapar uma referência à existência do grupo muito antes, durante uma conversa com sua segunda esposa, a qual, por sua vez, reproduziu as palavras do marido para Orest Miller, primeiro biógrafo do escritor. Referindo-se a um livro escrito em Leipzig, em 1875, sobre o caso Petrachévski, Dostoiévski teria dito que a obra “era verdadeira, mas incompleta”. (FRANK, 2008, p. 33).

Dostoiévski, após a prisão na “Fortaleza de Pedro e Paulo” em São Petersburgo, é transferido para a prisão da Sibéria – “Fortaleza de Tobolsk”. Foi condenado, inicialmente, à morte por fuzilamento, mas na última hora sua pena foi

---

<sup>8</sup>A Fortaleza de Pedro e Paulo ficou famosa por ter tido como reclusos presos conhecidos, mas, além dos prisioneiros, teve como general I. A. Nabókov, tio-avô do autor de *Lolita*.

mudada para trabalhos forçados e depois para cumprimento como soldado raso de serviço no exército russo. Retornou para São Petersburgo após 10 anos, no início de 1860.

Entretanto, a prisão não serviu para inibir a escrita de Dostoiévski. Ao contrário, o autor relata, em carta para seu irmão, o ímpeto por esta. Preocupa-se em não escrever durante muito tempo sem interrupções “por causa do efeito sobre seus nervos”, para conseguir manter o equilíbrio e a capacidade de continuar escrevendo, apesar do confinamento. O autor refere que “nunca trabalhou com amor como agora” (FRANK, 2008, p. 57).

A total absorção de Dostoiévski na literatura durante os meses em que esteve na prisão não o reduziu ao papel passivo de leitor; ele também se esforçou o quanto pôde para dar seguimento ao seu trabalho de criação. “Tenho algumas coisas para fazer”, disse ele a Mikhail na primeira carta. “Não estou perdendo tempo: imaginei três contos e dois romances; um deles estou escrevendo agora, mas temo trabalhar demais”. (FRANK, 2008, p. 57).

Pelo que consta, durante o período em que esteve preso, fez diversas anotações para peças de teatro e textos em prosa. A princípio o único texto que se concretizou, como resultado da escrita durante seu aprisionamento, foi o conto “O pequeno herói”, originalmente intitulado como “Um conto de infância”<sup>9</sup>.

Em toda a sua trajetória de escritor, o autor escreveu quinze romances, sendo alguns deles considerados obras do cânone da literatura mundial, além de contos, novelas e textos políticos. As obras mais reconhecidas pela crítica e que lhe proporcionaram maior notoriedade entre o público leitor foram escritas após o período em que esteve preso. Entre elas estão: *Recordações da casa dos mortos*, *Crime e Castigo*, *O Idiota* e *Os Demônios*. Foi, entretanto, já próximo da morte que Dostoiévski consolidou seu reconhecimento no campo da literatura, com sua obra *Os Irmãos Karamazov*.

Conceituados autores já estudaram e escreveram sobre as obras de Dostoiévski, na psicanálise com Freud, na sociologia, na linguística, entre outras

---

<sup>9</sup>Dostoiévski entregou o manuscrito do conto ao seu irmão quando foi mandado para a Sibéria, juntamente com outros papéis para que não fosse descoberto. Foi impresso oito anos depois anonimamente, sendo este conto que permitiu que o autor reaparecesse na literatura russa.

áreas das Humanidades. Isto ocorre devido à particularidade da sua forma de escrever e narrar suas histórias, e da grandiosidade de suas tramas, as quais conseguem prender o leitor e, ao mesmo tempo, ocasionar um fascínio pelas histórias, que trazem personagens psicologicamente complexos, mas, ao mesmo tempo, de fácil identificação com o leitor e com as contexturas reais vividas pelos sujeitos.

### 1.1.1 As peculiaridades na escrita de Dostoiévski

Diante disto, podemos considerar que a obra *Recordações da casa dos mortos* traz fatos e uma narrativa que permitem incluir na linguagem, no discurso, um conhecimento maior sobre um espaço e sobre a estrutura psicológica dos personagens, propiciando, no mínimo, um questionamento e uma reflexão sobre a condição humana e/ou sobre os espaços sociais expostos. Mikhail Bakhtin e Michel Foucault trouxeram importantes discussões sobre a questão da linguagem como instrumento humano. O primeiro possibilitou pensar a linguagem para além da linguagem literária, por meio das análises diacrônica e sincrônica de sua natureza plural. Já Foucault nos permite refletir sobre a relação entre a linguagem e o sujeito, pensando, também, a linguagem, incluindo a linguagem literária e o romance visto como uma diversidade social de linguagens, como uma forma de experiência e estranhamento, nos ocasionando o questionamento sobre a possibilidade de surtir, ou não, uma reflexão ética a partir da leitura da obra em análise.

O romance *Recordações da casa dos mortos* permite a representação de vozes ideológicas e sociais. A concepção de que o discurso do romance se constituiria de forma pluridiscursiva, sendo suas relações intrínsecas e extrínsecas com o outro, foi o que impulsionou os estudos de Mikhail Bakhtin sobre teoria literária e análise do discurso. O autor traz dois eixos centrais para a reflexão do discurso do romance: o dialogismo e o plurilinguismo. Com relação a isso, considera que a obra de Dostoiévski ocupa um lugar exclusivo e peculiar, sendo o escritor russo o fundador do romance polifônico.

O plurilinguismo, destacado por Bakhtin, pode levar-nos a pensar na existência de diferentes línguas no romance; no entanto, o autor fala da pluralidade

de discursos, o que torna o conceito ainda mais amplo. Ou seja, as raízes do romance estão fundamentadas nas interações existentes entre vida individual e o todo social, e no seu contexto histórico-cultural, sendo a linguagem dada ao romancista de forma estratificada e dividida em linguagens diversas. Existindo, assim, uma interdependência entre o eu e o outro – responsável pela formação da interpessoalidade no discurso literário.

Diante desta concepção, o homem que fala no romance, pensando, aqui, nas diversas vozes trazidas por esse gênero – narrador, autor, personagens e vozes sociais –, tem um papel fundamental, sendo a palavra um dos principais objetivos do discurso humano. Neste sentido, o plurilinguismo se materializa, no romance, nas figuras das pessoas que falam, ou servindo como um fundo de diálogo, determinando a ressonância especial do discurso direto do romance.

Bakhtin traz três momentos fundamentais para este processo no romance. O primeiro é o de que homem que fala e sua palavra são objeto da representação verbal e literária, no qual o discurso não é apenas reproduzido, mas *representado artisticamente*. O segundo momento seria do sujeito que fala no romance, que é um homem essencialmente social, historicamente concreto e definido, sendo o seu discurso uma linguagem social, considerando que as palavras das personagens sempre pretendem uma certa significação e certa difusão social. E, por último, o sujeito que fala no romance é, em certo grau, um *ideólogo*, pois sua linguagem representa um ponto de vista particular sobre o mundo, que aspira a uma significação social (BAKHTIN, 1993, p. 135).

Este último ponto, do sujeito que fala no romance ser um *ideólogo*, é no sentido de que o homem no romance pode agir, mas sua ação é sempre iluminada ideologicamente, é sempre associada ao discurso, a um motivo ideológico, e ocupa uma posição ideológica definida. Sendo o personagem que age apenas uma das variantes temáticas do herói romanesco transpassada e repleta de transmissões e interpretações das palavras dos outros. Pois, para Bakhtin, a linguagem não apenas irá determinar o sujeito, mas será por meio dela que o homem exerce o seu poder de ação no mundo, sendo a influência da palavra do outro determinante no processo da transformação ideológica da consciência individual.

Bakhtin considera Dostoiévski como um artista especial que construiu obras exclusivas e peculiares, devido a alguns aspectos fundamentais apresentados nos

romances desse autor. Pontua que nos discursos dos seus personagens aparece um conflito profundo e inacabado com a palavra do outro. Isso ocorre tanto num “plano da vida”, ou seja, com “a palavra do outro a meu respeito”, como num plano ético, com “o julgamento do outro, o reconhecimento ou o não reconhecimento pelos outros”. E, no plano ideológico, com a visão de mundo dos personagens como um diálogo inacabado e interminável (BAKHTIN, 1993, p. 148).

A interação exacerbada e tensa com a palavra do outro é dada nos seus romances sob duplo aspecto. O primeiro seria das declarações dos personagens de Dostoiévski, “os quais são a arena de uma luta desesperada com a palavra do outro em todas as esferas da vida e da criação ideológica”. Essas declarações podem servir de excelentes modelos para as formas infinitamente diversas da transmissão e do enquadramento da palavra alheia. E o segundo, que suas obras, em sua totalidade, são igualmente “diálogos desesperados, interiormente inacabados”, dos personagens entre si (como pontos de vista personificados) e entre o próprio autor e seus personagens; “a palavra do personagem não é superada até o final e fica livre e aberta” (como, igualmente, a própria palavra do autor). As peripécias dos personagens e de suas palavras, terminadas enquanto enredo, permanecem internamente inacabadas e não solucionadas (BAKHTIN, 1993, p. 148).

A obra *Recordações da casa dos mortos* traz diversos aspectos apresentados por Bakhtin sobre o discurso e o plurilinguismo presentes no romance. De acordo com o autor (1993, p. 43), Dostoiévski pensava por “imagens psicologicamente elaboradas, mas pensava socialmente”. Seu romance é considerado polifônico e original, tendo significativa importância no cenário social.

Dostoiévski apresenta em forma artística uma espécie de sociologia das consciências, se bem que apenas no plano da coexistência. Apesar disso, porém, eleva-se como artista, chegando a uma visão objetiva da vida das consciências e das formas de coexistência viva dessas consciências, possibilitando, por isso, um valioso material para a sociologia. (BAKHTIN, 1993, p. 36).

Pensando especificamente na obra *Recordações da casa dos mortos*, nos deparamos com uma escrita heterogênea e dialógica, demonstrada a partir de uma riqueza na descrição do espaço físico, centrada num tempo específico. Nesta história, há um detalhamento do ambiente físico, com menção aos vestuários das

personagens, do mobiliário e das características peculiares do cárcere, bem como da rotina diária e repetitiva dos prisioneiros. Ao mesmo tempo, o autor consegue dedicar-se às descrições sucintas dos seres humanos que ali se encontram, com peculiaridades psicológicas. Foca sua história em um local bem específico, o presídio da Sibéria. As personagens têm pouco passado, e pouco é sabido dos seus crimes. O foco principal da narrativa é o tempo e o comportamento humano na prisão.

O espaço e o tempo da obra são fundamentais na narrativa, sendo o espaço prisional a principal fonte dos acontecimentos, o qual irá possibilitar e conduzir, bem como dar a sustentação da trama expressando as relações afetivas ali ocorridas. A partir de Bakhtin (1993), podemos pensar nessas noções de tempo e espaço, quando assimiladas uma com a outra, por meio do conceito de *cronotopo*, ou seja, um termo matemático trazido pelo autor para explicar a relação da forma e do conteúdo no romance, em que prevalece a essência indissolúvel de tempo e de espaço.

Diante da ideia de *cronotopo*, trazida por Bakhtin, que é uma composição das palavras gregas *cronos*: tempo e *topo*: lugar, podemos pensar que esta relação entre tempo e espaço no romance de Dostoiévski, aqui estudado, pode potencializar a metáfora existente na narrativa, ou seja, possibilitar uma forma de metáfora para se pensar na vida, especialmente na vida aprisionada. Pois, de acordo com o autor, a organização dos processos psicológicos dos personagens e do enredo está relacionada com a experiência da unidade tempo-espaço, denominada de *cronotopo*. Uma das maiores dificuldades apresentadas na narrativa, dentro do espaço prisional, é justamente a do tempo, de passar o tempo, do tempo ocioso, de estar o tempo todo com alguém por perto. Desse modo, tempo e espaço estão interligados e guiam a história apresentada de forma artisticamente assimilada pela literatura.

Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico. (BAKHTIN, 1993, p. 211).

Em toda a narrativa, a voz do narrador entrecruza-se nas vozes e observações dos outros prisioneiros, o que lhe permite explorar a alma humana e suas nuances heterogêneas. Nota-se que o narrador-personagem escreve a partir de sua interpretação da história; entretanto, ele não tem total conhecimento dos outros personagens, o que leva a uma visão, em certa medida, limitada dos fatos.

A trama se inicia com um primeiro-narrador que traz para a história personagens que se encontram fora do espaço prisional, em uma pequena comunidade Russa. Após, se desenvolve, na maior parte da narrativa, com personagens que estão presos e, também compondo o enredo, os guardas prisionais. O enredo da história ocorre ao longo de um tempo específico, mas não totalmente linear, como adverte o primeiro narrador ao terminar sua introdução das memórias que virão. O que predomina é o período em que o personagem principal esteve preso, dez anos, mas por diversas vezes perpassa o tempo psicológico, no sentido em que não segue uma linearidade dos fatos, dos acontecimentos durante estes dez anos, procurando demonstrar os sentimentos vivenciados dentro do cárcere, atitudes morais e psicológicas descritas a partir dos personagens.

O fato de a narrativa ser composta por dois narradores também é um importante elemento, sendo ambos narradores-personagens, os quais não são apenas observadores, mas participam da história. O foco narrativo do primeiro narrador é na curiosidade sobre o personagem principal *Alexander Petrovitch*, um colono que fora nobre e que residia em uma pequena cidade Russa, mas o que o diferenciava dos demais cidadãos era o fato de ter assassinado sua esposa e ter cumprido dez anos de pena num presídio, condenado a trabalhos forçados. Nesta primeira parte da história, o narrador foca em instigar a curiosidade do leitor sobre *Petrovitch*, descrevendo algumas características físicas e psicológicas do mesmo. Ao retornar para a pequena cidade da Rússia, o primeiro-narrador descobre que *Petrovitch* havia falecido; movido pela curiosidade em relação àquele homem, resolve ir até a casa onde o mesmo residia e consegue que a dona, uma senhora, lhe dê o que restara dos bens do falecido, um amontoado de papéis. A partir da descoberta de uma espécie de relato-diário de *Petrovitch* se iniciará a segunda parte da narrativa.

Levei os papéis e passei o dia inteiro colocando-os em ordem. Três quartas partes eram anotações indecifráveis ou ocasionais e folhas de cadernos de lições corrigidas. Por último, encontrei um calhamaço cheio da primeira até a página trezentos e tantos com uma letra miúda. Certamente o autor não quisera ou não pudera terminar a narrativa que ali se desenvolvia, abordando justamente a vida que havia levado no presídio durante dez anos.

Naquele texto incompleto se alinhavam casos bizarros, recordações por vezes cândidas, redigidas em estilo nervoso, altamente pessoal, também repletas de paroxismos. Reli uma porção de vezes aquelas memórias e acabei chegando quase à conclusão de que tal obra devia ter sido escrita em meio a crises e acessos de alienação mental. Tenho para mim que aqueles escritos sobre o presídio – Recordações da casa dos mortos, como o próprio narrador em certo trecho denomina – não deixam de ser interessantes. Um universo inteiramente novo – até então completamente desconhecido para mim –, toda aquela singularidade de fatos, determinadas observações sobre aquelas almas decaídas, fascinaram-me sobremaneira, e eu li tudo com muita curiosidade. Bem sei que posso estar enganado: que fique, então, ao juízo do leitor, apreciar os dois ou três capítulos iniciais e dar o seu veredito... (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 14-15).

Após a descoberta deste relato-diário, a narração da história é realizada pela voz do personagem principal, que passa a ser o narrador, *Alexander Petrovitch*. O foco narrativo do segundo narrador será nas vivências ocorridas no cárcere, bem como nos personagens, tanto os prisioneiros como os guardas, e no tempo de aprisionamento, as dificuldades enfrentadas neste espaço. O segundo narrador, também personagem principal, sendo prisioneiro, terá a visão dos fatos a partir deste viés, de preso. Os outros personagens são vistos de forma singular. Uma das marcas das narrativas de Dostoiévski é que seus personagens são objetos do discurso do autor, o que torna o enredo conexo entre a ordem material e psicológica. Por outro lado, seus heróis – e, pensando no personagem principal como herói da história, *Petrovitch* não é um herói típico – não têm as qualidades de um herói dos romances tradicionais, ao contrário: ele é um ser inacabado, imperfeito, que possui ideologia e independência (BAKHTIN, 2009).

Pelo fato de a história ser contada por narradores-personagens, estes terão a sua interpretação, mas por meio de uma relação íntima com os elementos da narrativa. Por exemplo, determina as relações de convivência, para além de uma condição de “bom” ou “ruim” do ser humano, pois mesmo dentro do presídio existem os “camaradas bons e os camaradas ruins”, as amizades verdadeiras e as por interesse, o contrabando de bebida e as condições desumanas enfrentadas, as quais são compartilhadas entre eles.

“Por toda a parte existem homens ruins; mas entre os ruins sempre há bons. Provavelmente estes homens não são piores do que os outros que existem do lado de fora do presídio”. Mal o pensamento me veio, logo meneei a cabeça, como a enxotá-lo – contudo, ó meu Deus, se eu tivesse ao menos percebido quão verdadeiro e certo era esse pensamento! (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 80).

O desenvolvimento da história é afortunado de temáticas referentes ao cárcere e, conseqüentemente, à sociedade que o permeia. Entretanto, nos deteremos mais profusamente nesta parte dos temas abordados pelo autor no terceiro capítulo; *a priori*, traremos alguns exemplos para demonstrar alguns elementos da narrativa.

Pode-se observar que, apesar de o presídio ser apresentado como uma *casa de mortos*, com caráter peculiar e uma vida “alheia” ao mundo em liberdade, percebe-se que as questões de classe permanecem até de forma mais diligente, ou seja, quem tem mais dinheiro tem maior poder e mais benefícios, a hierarquia social continua, até mesmo na *casa dos mortos*.

[...] Logo nos primeiros dias, Akim Akimitch me recomendou o recluso Ossip, que por trinta copeques mensais me faria os pratos que eu preferisse, caso não gostasse da refeição habitual e tivesse meios de encomendar algo diferente. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 80).

Concomitantemente, podemos pensar na temática do trabalho trazida pelo autor, manifestada por dois vieses. Inicialmente, o personagem principal é descrito como um homem inapto para os trabalhos forçados, sem aptidão física. O trabalho, neste período, é colocado como uma das reprimendas penais, é forçado, ou seja, um castigo; todavia, para o personagem-narrador, a maioria dos presos já era acostumada a trabalhar, o que demonstra que eram pertencentes às classes mais baixas da sociedade. Quando um aristocrata fazia parte de seu grupo, era encarado de uma forma rude, hostil. Podem ser percebidos, em alguns momentos, privilégios àqueles que possuíam mais condições financeiras, evidenciando questões sociais e de classe, sendo o dinheiro sinônimo de poder e regalias. Por outro lado, o narrador fala do trabalho como uma necessidade de sobrevivência do homem: “E o trabalho, além do mais, tirava-nos do crime; sem ele, devoraríamos-nos como peixes famintos num aquário” (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 28).

Existe uma verossimilhança da obra com a realidade do cárcere, demonstrada na forma de narrar. Para isso, Dostoiévski utilizou elementos linguísticos importantes, entre eles a introdução de uma peça de teatro que ocorreu no presídio, encenada pelos prisioneiros, a qual traz diversas significações sobre a escolha, inclusive, do título do livro. O narrador/personagem *Pietróvitch* relata que o teatro possibilitou descontração e um momento de alegrias para os prisioneiros:

Imagine um presídio, grilhões, homens que têm diante de si longos e terríveis anos de reclusão e uma vida monótona, onde o tempo é como uma chuva que cai gota a gota, numa paisagem que é só outono. De repente esses homens aprisionados ganham uma hora em que podem descontrair, alegrar, entreter, deixando de lado, esquecendo seu pesadelo soturno, para isso tendo eles próprios organizado o “seu” teatro. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 169).

É interessante observar que um dos prisioneiros que desenvolve o papel de ator se chama Vanika Otpeti. O significado deste segundo nome é *morto*, no sentido de fracassado, liquidado. Como tantos outros nomes de personagens criados por Dostoiévski, aproveitando substantivos e adjetivos, e até mesmo verbos, este vem do substantivo *otpietvánie*, que significa *o canto funerário*, o responso religioso cantado diante do defunto antes de ser enterrado ou conduzido ao cemitério.

Minha afirmação é a pura verdade. O fato é que aquelas pessoas puderam viver, embora por pouco tempo, com leveza, divertir-se como gente, não se sentindo durante aquele período como prisioneiros, e sim como pessoas normais, experimentando uma libertação da alma, ainda que por poucos minutos... [...]. Na insônia que me assaltou, aos poucos fui me lembrando de tudo, o dia que passou, o feriado, este mês inteiro... Aterrorizado, ergui a cabeça e olhei os meus camaradas que dormiam. À luz fraca e oscilante da vela barata que, conforme o regulamento, permanecia acesa, olhei para os rostos pálidos, suas camas em mau estado, toda aquela miséria e abominação horrenda. Mudei de posição para enxergar melhor e me convencer de que não era um pesadelo, e sim a realidade. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 176).

Percebemos na história como estes poucos momentos de descontração vivenciados dentro do presídio eram importantes. Mas, ao mesmo tempo, como, após terminado o teatro, no momento em que o personagem deita e observa ao seu redor, se dá conta do lugar miserável em que se encontra.

Podemos pensar que uma das marcas da narrativa é o questionamento que pode ser feito em relação à violência exposta na história, ocorrida no presídio. A partir das concepções de Michel Foucault e de Hannah Arendt, acreditamos que a prisão implica a naturalização e a legitimação do poder de punir, punição essa que ocorre de diferentes formas, incluindo tanto a violência física como a violência psicológica.

Os momentos que antecedem ao castigo são sem dúvida terríveis, medonhos, tão insuportáveis que certamente faço mal quando digo que esse medo é fraqueza e covardia. O terrível deve ser ter que receber castigo corporal dobrado ou triplicado caso ele não seja executado de imediato. Sei de outros, entretanto, que, mesmo sem terem sarado, pedem para sair do hospital só para receber o resto da punição corporal que ainda falta e escapar da situação de estar “sob julgamento”. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 196-197).

Esta passagem demonstra como a punição deve agir no corpo e na alma, indo de acordo aos pressupostos de Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, o qual faz uma análise remontando a história da pena, desde meados dos anos de 1700 até o surgimento da prisão como reprimenda penal – final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Desenvolve dois modelos punitivos centralizados – no homem e na forma de punir. Tais modelos tendem a acontecer entre os suplícios e as disciplinas, ou seja, entre o castigo e a vigilância, sendo transpassados horizontalmente pelo objetivo da generalização da punição. A mudança dos castigos para a punição por meio do olhar ou do vigiar, como define Foucault, implica numa significativa mudança na forma de punir, pois não se tem mais os suplícios em público, os quais estavam sendo questionados pela agressividade do carrasco. Os suplícios ficam velados, escondidos, o que está exposto é apenas a prisão, vista como algo humanizador e reestabilizador da ordem e da segurança pública.

Foucault considera que, a partir do século XIX, com o “desaparecimento” dos suplícios, passa-se a “modular” os castigos de acordo com o delito cometido, com a justificativa de um caráter corretivo. Os sofrimentos deixam de ser físicos e ocorrem de forma mais sutil, o que permitiu que após alguns anos desaparecesse “o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal” (FOUCAULT, 2007, p. 12).

Assim, o presídio torna-se um ambiente propício para a violência, já que essa se distingue do poder no sentido que ela é utilizada em relações sociais desiguais e hierarquizadas, em que não há liberdade, sendo compreendida como dispositivo de controle e subjugação. Desta forma, “o poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais” (ARENDDT, 2006, p. 212).

E os soldados dão tudo de si, faíscas brilhando perante os olhos do coitado, ele começa a gritar. Mas Zherybyatinikov corre atrás dele e ri, ri tanto, mão na cintura, tão acabado de tanto rir que alguém pode ter pena de tão bondosa criatura. Ele tem um brilho e acha tudo muito engraçado. Que cena, que espetáculo! Somente ocasionalmente suas gargalhadas são interrompidas e então se pode ouvir:

– Outra! E mais outra! Esfolem-no! O ladrão... O órfãozinho... (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 202).

Como podemos observar nesta passagem, a violência é realizada e vista de forma naturalizada, um espetáculo que faz aqueles que a infligem achar graça e rir do sofrimento ocasionado ao outro. Como mencionamos, o livro de Dostoiévski fora escrito em um período de transição da lei, todavia a prisão continuou aplicando certas medidas de sofrimento físico, inicialmente com redução alimentar, privação sexual, expiação física. O discurso social assevera que os presos têm menos fome e menos frio que muitos operários ou mendigos; nesta lógica, esse sofrimento é pouco. E, por isso, o que ganha mais força é a punição na *alma*, aquela que atue nas vontades e principalmente na perda da singularidade, das diferenças que constituem o sujeito como um ser único. Isso não significa que a violência física deixe de ocorrer, pois esta também é importante para que “se faça justiça”.

Logo compreendi que o trabalho forçado, a privação de liberdade são coisas horríveis, mas o pior de tudo é ser obrigado a ficar o tempo inteiro com os outros, sem direito a um momento consigo próprio. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 32).

Há coisas que a gente, não as tendo experimentado, não pode avaliar. Resumo assim: os sofrimentos morais são muito mais duros de suportar do que os físicos. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 76).

Como exposto pelo personagem-narrador Petrovitch, além do sofrimento físico existe o sofrimento psicológico, o qual pode ser mais difícil de enfrentar do que o primeiro, que é o da convivência forçada, de sempre ter alguém por perto, e um alguém que não se escolheu estar junto, foi imposto. Para o narrador são os sofrimentos morais que deixam a prisão ainda mais dura.

Na página 261, haverá uma interrupção do primeiro narrador, num capítulo intitulado “A Reclamação”, no qual reassume a narração para fazer uma comunicação: “ANTES DE COMEÇAR este capítulo o editor das Memórias do falecido Alexander Petrovitch Goriantchikov sente-se na obrigação de fazer a seguinte comunicação ao leitor: [...]” (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 261).

A comunicação dura uma página, a qual está em itálico, e traz um fato novo sobre o caso de um prisioneiro recluso juntamente com Alexander Petrovitch, que fora condenado por parricídio. É a única passagem da história em que o narrador não está em primeira pessoa. O condenado nunca havia confessado o delito, fora preso devido a relatos de pessoas que conheciam o caso e que diziam que ele teria ocorrido, pois o criminoso estava com muitas dívidas e assassinara o pai na ânsia de herdar. Mas o editor da “memória da casa dos mortos” recebeu da Sibéria a notícia de que o suposto criminoso estava de fato inocente, que sua inocência fora proclamada pelos juízes e os verdadeiros culpados haviam confessado e sido presos. Vejamos esta passagem na íntegra, pois ela traz questões importantes para a análise deste romance:

No primeiro capítulo de Recordações da casa dos mortos foram ditas algumas palavras a respeito de um parricida de família nobre. Foi mesmo citado como um dos exemplos da insensibilidade com que os detentos contam os seus crimes. Também se acentuou que esse assassino se declarara inocente perante o tribunal, mas que, em face do interrogatório e do parecer de pessoas chamadas a depor, os fatos estavam tão claros que não ficou sombra de dúvida quanto à culpabilidade do indiciado. Esses mesmos depoentes contaram ao autor das memórias que o réu levava uma existência tão vergonhosa e que vivia tão crivado de dívidas que assassinara o pai para acelerar a posse da herança. Toda a cidade onde ele morava confirmava essa versão do caso, a essa altura o editor das “recordações” já tinha muitas informações confiáveis. Consta ainda das memórias que o assassino, durante seu tempo de reclusão, mantinha-se animado, que era leviano, descuidado e irresponsável ao extremo, mas absolutamente nada tolo. O autor nunca notara nenhuma tendência especial para a maldade, tendo por isso acrescentado: “desnecessário dizer que não acredito na sua culpa”.

Dias atrás o editor das memórias de Recordações da casa dos mortos recebeu informações provenientes da Sibéria de que esse criminoso era, na

verdade, inocente, tendo vivido dez anos em reclusão injustamente. Sua inocência foi reconhecida pela corte, o verdadeiro culpado foi descoberto e confessou. E logo o infeliz nobre foi solto. O editor não tem a menor razão para duvidar da autenticidade de tal afirmação...

Não há nada mais a acrescentar. Não há necessidade de se mencionar ou de se aumentar a total dimensão dessa tragédia e da jovem vida que foi arruinada por essa acusação terrível. Os fatos em si são demasiadamente claros e surpreendentes. Pensamos também que se tal coisa provou ser possível, essa mera possibilidade acrescenta uma nova e pungente característica à concepção do autor quanto às Recordações da casa dos mortos.

Agora prosseguem as recordações. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 261).

Essa forma de narrar e o fato de a história ser contada em primeira pessoa, em grande parte do romance, permitem uma proximidade maior dos fatos narrados com o leitor, reforçando a existência deste. Ao dizer que o “editor” das “memórias” do falecido *Alexander Petrovitch* recebeu uma nova notícia, ocasiona uma “confiança”, como se de fato esses acontecimentos tivessem ocorrido. Pois essa forma narrativa faz alusão a objetos extratextuais, o que permite a aproximação de uma veracidade dos fatos, por se encontrarem “fora do espaço ficcional”, instaurando, assim, mais do que a verossimilhança, certa “ilusão de veracidade”, que pode ser compreendida como uma forte aproximação entre a obra literária, o mundo exterior e o leitor.

Por outro lado, percebemos uma certa ironia suscitada pelo narrador ao relatar este episódio. Podemos considerar que a ironia literária do romance causa uma certa desestabilização da história e uma ambivalência, que faz com que a narrativa se torne mais complexa. Dostoiévski problematiza tanto a prisão como o judiciário, bem como a subjetividade das pessoas e da sociedade. Esses recursos utilizados pelo autor também contribuem para a verossimilhança da obra, mas, ao mesmo tempo, trazem, intrinsecamente, diferentes interpretações e questionamentos, deixando em aberto para o leitor decidir qual será o seu entendimento da história relatada.

Uma possível interpretação seria sobre a culpabilidade (ou não) de alguns prisioneiros, mas, por outro lado, poder-se-ia pensar que, por ser um presidiário com condições financeiras abastadas, teria maiores possibilidades de defesa do que os demais, sem as mesmas condições financeiras, o poder e o capitalismo imperando sobre as formas de penalização. Além disso, as vozes das diferentes esferas sociais

aparecem no âmbito da justiça (Direito), que já ocasiona em vários símbolos uma ambivalência, por exemplo, entre o ver (enxergar) e a cegueira.

A finalização da narrativa ocorre com a “saída da prisão”, como foram os últimos momentos, e a partida ou liberdade:

- E agora... vão com Deus... com Deus! – disseram os detentos com voz embargada, rude, mas onde havia um tom de júbilo.  
Sim, com Deus! Liberdade, vida nova, ressuscitando dos mortos...  
(DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 309).

Trata-se de um final que deixa margem para que o leitor faça as suas próprias interpretações. Entretanto, é um final permeado de questões ideológicas e sociais representadas na história contada e nas personagens apresentadas, com diversas vozes ocasionando vários questionamentos. Percebemos que a personalidade das personagens entra em choque com o meio exterior, o crime aparece nos seus romances como uma colocação vital do problema ético-religioso e o castigo é uma forma de solução, mas o que está em jogo não é o delito cometido e sim a complexidade do ser humano e suas interações sociais.

Os romances de Dostoiévski continuam sendo reconhecidos e os temas de suas histórias permanecem questionadores, permitindo reflexões sociais que perpassam e permanecem atuais durante os tempos. Após analisar as categorias narrativas que propiciaram a representação do cárcere e da personagem principal, que por meio da história também expõem a personalidade dos outros prisioneiros e sua condição humana, percebemos que Dostoiévski utilizou categorias narrativas importantes: dois narradores, sendo praticamente toda a história contada em primeira pessoa e pelo narrador que é também o personagem principal. O narrador é, assim, o elemento fundamental da trama, pois é por meio dele que o leitor obtém uma imagem das personagens, do ambiente e da narrativa como um todo. Ele conta a sua história na prisão, mas também a história dos outros presos, com um discurso que se constrói a partir das diferentes vozes presentes no presídio.

O cuidado de Dostoiévski na elaboração da história é indispensável para uma apresentação verossímil dos fatos e das personagens, e são estes detalhes que permitem que a história seja verossímil, nos moldes estéticos do romance. A forma

da descrição do personagem *Alexander Petrovitch*, mesmo sendo um prisioneiro e tendo cometido um crime (apesar deste ser pouco exposto), faz com que o leitor se aproxime da personagem, tornando-a peculiar, já que este não é um ser perfeito, nem totalmente bom nem totalmente ruim, mas pode ter ambas características, saindo do maniqueísmo colocado socialmente – “ou a pessoa é boa ou é ruim”.

É por meio da simultaneidade do comportamento e do caráter da personagem e sua forma de representação e da maneira com que a instituição prisional é exposta, em *Recordações da casa dos mortos*, que o leitor pode imaginar a história e os personagens representados, de modo que sejam vistos não apenas como personagens de ficção, mas como seres humanos, devido ao grau de subjetividade e particularização a eles dados e destacados no romance.

## 1.2 A SOCIEDADE QUE PERMEIA *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* E A *PEQUENA PRISÃO*

Importante situarmos a contextualização histórica e social em que as obras literárias foram desenvolvidas. Iniciando pela passagem dos trabalhos forçados ao surgimento da prisão como reprimenda penal, momento em que o livro de Dostoiévski foi escrito. Até chegarmos na prisão como uma das únicas alternativas vistas como forma de “justiça social”, nos dias atuais, momento em que se passa a narrativa de Igor Mendes. Por isto, dividiremos este item em duas partes, para melhor situarmos estes períodos.

### 1.2.1 O nascimento da prisão como reprimenda penal

A existência de lugares para colocar prisioneiros é muito antiga, existem registros desde os povos egípcios, aproximadamente 2.000 a.C., que instituíram programas de encarceramento, com vigilância, para manter os escravos obedientes. Todavia, a pena mais comum para quaisquer crimes, na Antiguidade, era a morte. Na Idade Média, criminosos recebiam castigos corporais (inclusive com amputação

de membros) ou eram encerrados em masmorras por toda a vida (também uma espécie de prisão perpétua) (FOUCAULT, 2007).

Oficialmente, considera-se que a primeira prisão do mundo destinada a receber condenados foi erigida apenas em 1552, em Londres, na Inglaterra. Era conhecida como **Casa de Correção**<sup>10</sup>. Posteriormente, foi criada em Amsterdã a prisão de Rasphuis<sup>11</sup>, que era um “tuchthuis”<sup>12</sup>, e foi estabelecida em 1596 no antigo Convento das Clarissas. Em 1815 foi fechada, e em 1892 o prédio foi demolido para abrir caminho para uma piscina. A fundação dos Rasphuis significou uma mudança radical no pensamento correcional holandês. Até então, acreditava-se universalmente que os criminosos precisavam ser punidos. Nesta nova prisão, o esforço foi feito para inculcar um senso de ordem e dever para os jovens. Os Rasphuis foram assim destinados a um instituto de reabilitação. Sobre o portão de entrada havia a inscrição *Castigatio*<sup>13</sup>.

Figura 1 – Porta da Prisão de Rasphuis com a inscrição *Castigatio*



Fonte: (DUCLOS, 2009).

A prisão nasce com a ideia e demanda de correção e reabilitação dos sujeitos condenados a esta reprimenda penal. E é nesse contexto que surge o Direito Penal,

---

<sup>10</sup>A ideia de correção foi uma das justificativas para a criação efetiva dos presídios.

<sup>11</sup>O Rasphuis foi fundado após a tortura do assistente de 16 anos Evert Jansz, o qual confessou, depois de ser torturado, ter roubado em duas ocasiões de seu chefe. O castigo habitual para isso era a flagelação pública, mas o conselho da cidade decidiu **tentar reabilitar** Jansz. Em 19 de junho de 1589, construíram uma prisão para alcançar este objetivo.

<sup>12</sup>Significado em português: *Disciplina*.

<sup>13</sup>“Castigo” – tradução livre.

o qual se conjuga com o surgimento da própria sociedade, em meio ao sentimento de vingança e não de justiça. Será no decorrer do Iluminismo que se principia o denominado “período humanitário” do direito penal – movimento que pregou a reforma das leis e da administração da justiça penal no fim do século XVIII. O sentido humanitário reveste-se do discurso de acabar com os suplícios e instituir uma forma de reprimenda mais “humana” – que seria a prisão. Entre os pensadores estavam os filósofos Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch Espinoza (1632-1677) e, sobretudo, John Locke (1632-1704), os quais prescindiam da ideia de justiça absoluta e afirmavam ser o fim da pena a manutenção da obediência dos súditos ou da segurança comum, visando impedir que novos crimes fossem praticados pelo culpado ou pelos demais cidadãos<sup>14</sup>.

César Beccaria (1738-1794), um aristocrata milanês, considerado um dos mais importantes iluministas do direito penal, publica em Milão em 1764, com a colaboração dos irmãos Verri (Pierro e Alessandro), sua famosa obra *Dei delitti e delle Pene*<sup>15</sup>. Um pequeno livro que se tornou o símbolo da reação liberal ao desumano panorama penal então vigente. Entre os pressupostos estavam: igualdade perante a lei, abolição da pena de morte, erradicação da tortura como meio de obtenção de provas, instauração de julgamentos públicos e céleres, penas consistentes e proporcionais, considerando a natureza moral e econômica do ser humano e da ordem social. Beccaria entendia o fenômeno social do crime por meio da ótica da racionalidade, ou seja, o sujeito faria um cálculo racional, sendo que sua escolha seria o crime. Em outras palavras, trata-se do produto de uma escolha racionalmente calculada cujo fruto é irracionalidade – o crime é a escolha racional errada. A partir deste pressuposto, o pensador clássico questiona como seria possível sua prevenção. Conclui que esta ocorreria a partir do papel das leis e das penas, ou seja, as penas influenciariam diretamente o processo decisório do indivíduo, no sentido de desestimulá-lo, de fazê-lo “pensar duas vezes”.

Corroborava com este pensamento o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), tendo sido um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de filosofia moral, não apenas formal e especulativo, mas com a preocupação radical de alcançar uma solução à prática exercida pela sociedade de

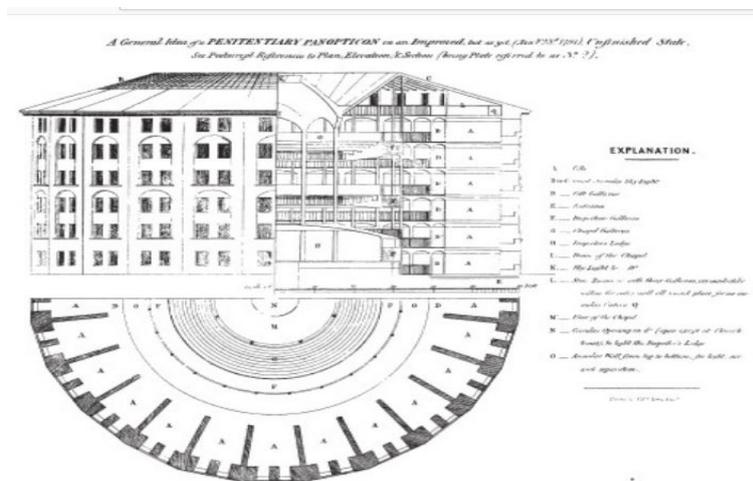
---

<sup>14</sup>Outra justificativa era da *prevenção* de novos delitos.

<sup>15</sup>“Dos Delitos e Das Penas” – tradução livre.

sua época. Traz propostas de caráter filosófico, reformador e sistemático, criando o modelo ideal de prisões, o chamado *Panóptico de Bentham* (1785), o qual permite, que em vez de os corpos serem castigados, sejam vigiados (olhados) o tempo todo por uma sentinela. Como podemos visualizar na imagem do Modelo de Panóptico e da Prisão que segue este padrão e posteriormente comparar às imagens dos presídios em que Dostoiévski e Mendes estiveram reclusos.

Figura 2 – J. Bentham. planta do Panopticom



Fonte: (FOUCAULT, 2007).

Figura 3 – Interior da Penitenciária de Stateville, Estados Unidos, século XX



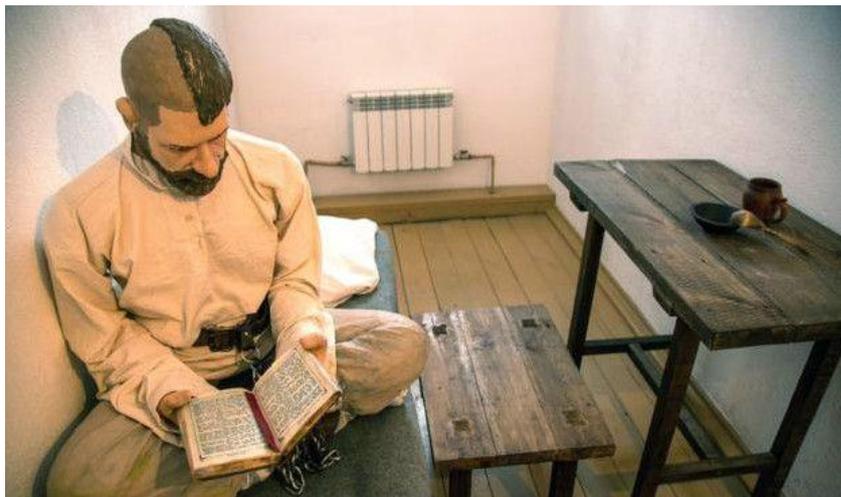
Fonte: (FOUCAULT, 2007).

Figura 4 – Presídio de Tobolsk Kremli, na Sibéria<sup>16</sup>



Fonte: (BBC NEWS BRASIL).

Figura 5 – Quarto do Presídio de Tobolsk Kremli, na Sibéria



Fonte: (BBC NEWS BRASIL).

<sup>16</sup>As imagens 4 e 5 são do Presídio de Tobolsk Kremli, na Sibéria, o qual teve sua construção iniciada em 1677, mas não com objetivo de ser uma prisão. Passou a ser utilizado como presídio no século XIX, foi desativado em 1989. Possui muralhas com altura de quatro metros e meio e comprimento de 620 metros. Famoso por presos como Chernyshevsky, **Dostoiévski**, Korolenko, Petrachévski. Atualmente é considerado um monumento na cidade e abriga um hotel. À época era tido como um dos presídios mais temidos, muitos dos prisioneiros eram considerados inimigos do Estado. Em sua estrutura interior possuía solitárias, que eram equipadas com um beliche de metal, fechaduras de ferro e portas pesadas, as quais hoje são abertas à visitação, sendo que a imagem 5 representa Dostoiévski quando estava preso.

Figura 6 – Imagem do Complexo de Bangu, Rio de Janeiro



Fonte: (GLOBO – JORNAL NACIONAL).

Nessas imagens, principalmente se observarmos os presídios nos quais os dois autores, Dostoiévski e Igor, estiveram reclusos, há mudanças estruturais. Pois nem todas as estruturas dos presídios seguiram exatamente o proposto por Jeremy Bentham, muitas foram arquitetadas em formato de pavilhões, módulos, entre outras formas arquitetônicas. Outro ponto, que discutiremos posteriormente, é o aumento das pessoas encarceradas, o que necessitou de estruturas diferentes, com diversos complexos, onde o vigiar deixa de ser utilizado como era no princípio da pena de prisão e o que prepondera é o excluir.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, faz uma análise remontando a história da pena, desde meados dos anos de 1700 até o surgimento da prisão como reprimenda penal – final do séc. XVIII e início do séc. XIX. Desenvolve dois modelos punitivos centralizados – no homem e na forma de punir. Tais modelos tendem entre os suplícios e as disciplinas, ou seja, entre o castigo e a vigilância, sendo transpassados horizontalmente pelo objetivo da generalização da punição.

A reforma penal nasceu, então, do ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infrator das ilegalidades conquistadas e toleradas dos súditos, sendo que a crítica aos suplícios teve papel fundamental nessa mudança. Surge, então, a prisão, a qual vem como castigo composto, pois, além de retirar a liberdade de certos indivíduos, ela tira a individualidade, traz diversas restrições e limitações e obriga a uma convivência forçada.

Com a mudança dos castigos para a punição, por meio da pena de prisão, há uma significativa mudança na forma de punir. Os suplícios, os quais outrora ocorriam em público, ficam velados, escondidos, o que está exposto é apenas a prisão, vista como algo humanizador e reestabilizador da ordem e da segurança pública. Seguindo esse novo pensamento, há uma redistribuição dos castigos na Europa e nos EUA com códigos modernos; por exemplo, o de 1769 na Rússia, 1780 na Pensilvânia e Toscana, e 1791 na França.

Foucault pontua que a literatura acompanhou a mudança do suplício à punição. Surgiram muitas crônicas, folhetim, literatura popular, relatando a história dos criminosos, como traz:

Acontecia também que eram publicadas narrativas de crimes de vidas infames, a título de pura propaganda, antes de qualquer processo e para forçar a mão de uma justiça que se suspeitava de ser excessivamente tolerante. A fim de desacreditar os contrabandistas, a “Compagnie des Fermes” publicava “boletins” contando os crimes deles: em 1768, contra um certo Montagne que estava à frente de um bando, ela distribuía folhetins [...]. Mas o efeito do uso da literatura eram equívocos. O condenado se tornava herói pela enormidade de seus crimes largamente propalados, e às vezes pela afirmação de seu arrependimento tardio [...]. (FOUCAULT, 2007, p. 54-55).

Os reformadores do sistema penal pediram a supressão desses folhetins, o que obviamente aumentou a curiosidade e interesse da população. Passou-se do folhetim ao romance policial, no qual para ser criminoso era preciso ser vivaz e inteligente. Neste momento se concretiza a mudança de papéis – o assassino passa a ser herói.

Os belos assassinatos não são para os pobres coitados de ilegalidade. Quanto à literatura policial, a partir de Gaboriau, ela dá sequência a esse primeiro deslocamento: por suas astúcias, sutilezas e extrema vivacidade de sua inteligência, o criminoso tornou-se insuspeitável; e a luta entre dois puros espíritos – o de assassino e o de detetive – construirá a forma essencial de confronto [...]. Não são simplesmente os folhetins que desaparecem ao nascer da literatura policial; é a glória do malfeitor rústico, e é a sombria heroicização pelo suplício. (FOUCAULT, 2007, p. 56).

Podemos dizer que a literatura e a teoria literária acompanharam este processo histórico e social, tendo uma influência na mudança e no deslocamento do

pensamento social vigente. De acordo com Eagleton (2006, p. 294), “a teoria literária é parte da história política e ideológica de nossa época [...] está indissolivelmente ligada às crenças políticas e aos valores ideológicos”.

Por um breve período de tempo a “festa das punições” é substituída pelo trabalho forçado dos acorrentados que também eram exibidos na rua ou nas estradas das cidades, mas o que impera e vem como um castigo *perfeito* é a prisão. Desta forma, no final do século XVIII e início do século XIX a chamada “festa das punições” vai se extinguindo. Retira-se assim o espetáculo como cena exposta, se colocando como cena implícita, escondida dos olhos dos espectadores – uma arte de sofrer camuflada, velada e admirada.

[...] uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores. Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente [...]. (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Para ratificar essas justificativas entram em cena os saberes científicos, os quais formam uma nova ciência – a justiça criminal. Entre eles inclusive as ciências humanas, tendo um papel preponderante o saber médico e saber psicológico, os quais versam sobre a importância da pena, seu caráter de defesa social e correção dos indivíduos encarcerados, com a promessa de serem regenerados, melhorados para o posterior retorno ao convívio social.

Sob a suavidade ampliada dos castigos, podemos então verificar um deslocamento de seu ponto de aplicação; e através desse deslocamento, todo um campo de objetos recentes, todo um novo regime da verdade e uma quantidade de papéis até então inéditos no exercício da justiça criminal. Um saber, técnicas, discurso “científicos” se formam e se entrelaçam com a prática do poder e do punir. (FOUCAULT, 2007, p. 13).

A lógica de regeneração, porém, coloca uma importante contradição: parece “que treinar homens para a vida livre, submetendo-os a condições de cativo, afigura-se tão absurdo como alguém se preparar para uma corrida, ficando na cama por semanas” (THOMPSON, 2002, p. 27).

Conjuntamente a este processo, o capitalismo e a burguesia do industrialismo afloravam após as revoluções do século XVIII e consolidavam-se no século XIX. Colocam também em voga a importância do uso da razão, a qual aparece tanto no Iluminismo (séc. XVIII) como no Positivismo (séc. XIX), o qual teve sua origem no pensamento moderno de Descartes (1596-1650), principalmente a partir de sua obra *Discours de la méthode pour bien conduire sa raison, et chercher la vérité dans les sciences*<sup>17</sup>, escrita em 1637. Esta obra é considerada o pilar do pensamento moderno, proferindo o saber científico como a única possibilidade de progresso para o moderno e a confiança na mente humana, por meio da razão. Somente com estas duas bases poderia ocasionar melhorias na emancipação ou, até mesmo, uma *melhoria* do ser humano (pensamento que ainda aflora).

No período em que o livro *Recordações da Casa dos Mortos* foi escrito, segunda metade do século XIX, ocorria uma disseminação profícua dos pensamentos progressistas vinculados à economia política britânica e à filosofia francesa e alemã. O debate dos chamados círculos intelectuais não se limitava somente à problemática política, mas colocava em voga a importância das novas produções científicas. Esta valorização do científico, ou das ciências, considerada por muitos, não pode ser deixada de lado ao falarmos do pensamento ideológico vigente à época. As correntes de pensamento que mais se destacavam alternavam desde o liberalismo até o socialismo. Apesar das diferenças apresentadas, tinham em comum a crença no progresso ocasionado pela razão humana, ideia que foi enraizada no período iluminista. Esta ideia de razão, e de que apenas o científico, objetivo e comprovável é válido, foi preconizada pelas ideologias progressistas do período.

A Europa ocidental foi palco primordial no desenvolvimento e profusão de diversos ramos de conhecimento, como, por exemplo, antropologia, sociologia, estatística e economia. Tal fenômeno acarretou em uma certa petulância das elites, tornando o saber científico vigente em um novo dogma.

Seguindo estas influências, a cultura eslava da nação Russa, no século XIX, era entusiasmada por um grande sentimento nacionalista, tendo como base as ideias europeias e, principalmente em sua parte ocidental, as teses iluministas e racionalistas. Já no lado oriental, prevalecia o sentimento eslavófilo, que preconizava

---

<sup>17</sup>“Discurso do método para conduzir a razão e buscar a verdade nas ciências” – tradução livre.

o papel messiânico da Rússia e da fé ortodoxa sobre a humanidade (BARRETT, 1977, p. 118).

Estas ideias eram debatidas em Moscou e em São Petersburgo pela elite Russa. Porém a verdadeira condição de milhares de russos era limitada à servidão, ao meio rural e à ignorância. A denominada elite cultural russa possuía pouca noção do atual estado de sua terra. Surge, neste contexto, o termo “*intelligentsia*”, o qual era utilizado para se referir à classe de intelectuais, os quais desenvolviam atividade complexa e criativa, no intuito de desenvolver e disseminar a cultura. Entretanto, há uma controvérsia no sentido de que estes sujeitos tinham uma total distância da realidade em que se encontravam seus conterrâneos.

Dostoiévski consegue, neste contexto cultural e político, não ser ludibriado, como alguns escritores russos da época, que seguiam o entusiasmo nacionalista de seu país. Ele e outros artistas e pensadores, como Liev Tolstói (1828-1910), entendiam e sentiam o contraste gritante entre as ideias ufanas e a real condição dos russos menos favorecidos do país. Expressaram suas opiniões por meio da arte, mais especificamente da literatura, porém não deixando de ter um cunho filosófico de questionamento.

Percebemos esse questionamento ao Iluminismo, justamente, pela reflexão trazida pelo autor diante da convivência com tantos “homens maus”, que vistos de perto talvez não fossem tão cruéis assim, sendo capazes de ter atitudes benevolentes. Uma crítica ao cientificismo que predominava, herança do pensamento iluminista. Por isso, Dostoiévski é visto como um dos primeiros pensadores existencialistas da época, ao ressaltar a irracionalidade e a fé como os fatores determinantes da vontade humana. Em especial, seu pequeno romance *Notas do Subsolo* (1864) é considerado como a primeira obra existencialista.

O romance *Recordações da casa dos mortos* também é uma obra de suma importância, talvez única na riqueza histórica e social do período em que foi escrita. Isso porque expõe, na narrativa, os reflexos deste período, no qual se inicia um deslumbramento pela nova (ao mesmo tempo antiga, entretanto não utilizada da mesma forma que vem a ser pensada) instituição que traz inúmeras promessas e objetivos científicos. Na narrativa, podemos observar a transição da forma de punir que ocorre na Rússia, há descrição dos trabalhos forçados, mas a história se centra principalmente na vida em prisão, e na forma de punição trazida por esta.

O romance de Dostoiévski pode ser considerado como uma experiência, mas também como uma reflexão sobre o pensamento cientificista da época, o qual permanece muito atual. Dostoiévski foi um dos primeiros pensadores a questionar a racionalidade presente nas disciplinas sociais e seu suposto entendimento do “homem”, pensamento esse que será corroborado por Foucault.

No Brasil as influências também foram da Filosofia Positiva, da Criminologia científica e do discurso eugênico-higienista. Até o início do séc. XIX, por ser ainda uma colônia portuguesa, não tinha um Código Penal próprio, submetendo-se às Ordenações Filipinas. No Brasil Colônia se utilizava da pena de morte, penas corporais (como açoite, mutilação, queimaduras), confinamento, confisco de bens e multa, e ainda penas como humilhação pública. Em 1830, com o Código Criminal do Império, a pena de prisão passa a ser introduzida no país, por meio de duas formas de prisão: a prisão simples e a prisão com trabalho (que podia ser perpétua). Este Código não estabelece nenhum sistema penitenciário específico, ficando a cargo dos governos provinciais escolher o tipo de prisão e seus regulamentos. Foi construída oficialmente a primeira Casa de Correção da Corte no Rio de Janeiro – RJ em 1834, concluída apenas em 1850 (BATISTA, 1990).

Em 1890 o novo Código Penal aboliu as penas de morte, penas perpétuas, açoite e as galés. Passou a prever quatro tipos de prisão: 1. Célula; 2. Reclusão em fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares – destinada aos crimes políticos; 3. Prisão com trabalho – que era cumprida em penitenciárias agrícolas ou em presídios militares; 4. Disciplinar – cumprida em estabelecimentos especiais para menores de 21 anos. Uma inovação desse Código foi estabelecer limite de 30 anos para as reclusões.

### 1.3 IGOR MENDES E A *PEQUENA PRISÃO*: ELEMENTOS NARRATIVOS, TESTEMUNHO E REFLEXÃO SOCIAL SOBRE O CÁRCERE NO BRASIL

Para pensar nas questões trazidas pela prisão na contemporaneidade, iremos analisar a narrativa de Igor Mendes, a partir do livro *A pequena prisão*. A história contada ocorre entre 03 de dezembro de 2014 e 25 de junho de 2015, período em que foi preso provisoriamente por estar participando de movimentos populares na

cidade do Rio de Janeiro/BR. Porém o autor traz algumas memórias de momentos anteriores e posteriores a sua prisão. O livro foi publicado pela N-1 edições e conta com apresentação de Christiane Jatahy, autora, diretora de teatro e cineasta, a qual entrevistou Igor Mendes para o documentário *A Floresta que Anda*<sup>18</sup>. O prefácio do livro é escrito pela socióloga Dra. Vera Malaguti Batista, professora de Criminologia da UERJ (mesma Universidade em que Igor estudava). Malaguti faz um texto no qual engrandece a obra de Igor e sua importância para a teoria, como a criminologia. Refere que ao ler a obra lembrou de diversos estudiosos fazendo uma crítica social a este sistema:

Dentro de seus muros não há direitos, suspensas estão todas as garantias e também toda a beleza e delicadeza que os homens e mulheres ali jogados tentam teimosamente reconstruir todos os dias. A economia capitalista precisa da prisão para exercer o controle brutal dos pobres e dos resistentes. (MENDES, 2017, p. 24).

A autora termina seu texto com uma mensagem ao Igor e aos leitores: “Parabéns meu filho, parabéns pela luta!” Este seu livro nos ajuda a derrotar a prisão principalmente por não deixar-te encarcerada a alma para sempre e por honrar de forma tão delicada e forte seus companheiros de tragédia (MENDES, 2017, p. 28). Após este escrito se inicia a história vivida por Igor Mendes durante os sete meses em que esteve preso.

No período de 2013 iniciaram-se diversas manifestações políticas no Brasil, que tiveram, em seu princípio, mais força na cidade do Rio de Janeiro. Entre as reivindicações estavam a diminuição dos preços das passagens de ônibus e protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, as quais foram se ampliando para outras questões sociais.

Em junho-julho de 2014, contudo, voltaram a ocorrer significativas manifestações contra a realização da Copa do Mundo. Era a resposta inevitável aos diversos crimes que, no seu esteio, praticaram-se contra o nosso povo, como remoções de favelas e bairros pobres, perseguições de ativistas, malversação de recursos públicos etc. (MENDES, 2017, p. 42).

---

<sup>18</sup>“A Floresta que Anda é uma videoinstalação e performance com documentários pré-filmados e cinema vivo” (MENDES, 2017, p. 17).

Igor teve sua prisão decretada na véspera da abertura da Copa do Mundo no Brasil, 12 de julho de 2014. A mesma também ocorreu para outros 23 ativistas, como o autor os nomeia. Não chegou a ser preso nesta ocasião, pois não estava quando a polícia foi até sua residência. Após alguns dias, o Tribunal de Justiça concedeu a liberdade provisória aos ativistas com restrições, entre elas a proibição de participar de manifestações. Porém, Igor não segue as regras impostas pela justiça, as quais traz como “inexistentes no código de Processo Penal” brasileiro e “na Constituição” (MENDES, 2017, p. 44).

Em 15 de outubro, participei, ao lado das companheiras Elisa (Sininho) e Karlayne (Moa), de uma atividade cultural na praça Cinelândia em memória do Dia do Professor e da repressão desatada um ano antes nas escadarias da Câmara Municipal. Então, mais 200 ativistas foram presos e cerca de 70 enviados para presídios em Bangu, o sombrio aspecto que pairava, cada vez mais, sobre aqueles que ousavam permanecer nas ruas. (MENDES, 2017, p. 44).

A sua participação na referida manifestação culminou em sua prisão, ocorrida em 3 de dezembro de 2014.

Daqueles primeiros momentos, recordo-me, particularmente, do olhar assustado da minha mãe, dizendo que a Polícia estava na porta. Recordo, também da calma com que abri; a voz de prisão dada por um brutamontes, que respondeu com um grunhido quando lhe perguntei se as algemas eram necessárias; os olhares curiosos dos transeuntes, indo apressados para o trabalho àquela hora da manhã. Eram seis e vinte.  
[...] As algemas apertadas nos punhos pareciam-me enormes e monstruosas (**chegaria um tempo que me habituaría a elas**)<sup>19</sup>.  
As algemas não são nada, importante é o que eu levo na cabeça. (MENDES, 2017, p. 46).

Como a narrativa é recente, não possui uma fortuna crítica vasta, mas encontramos diversas notícias sobre o livro e a história vivenciada por Igor, bem como artigos de pesquisadores da sociologia e literatura. Podemos categorizá-la como literatura de testemunho<sup>20</sup> e, como mencionamos, está relacionada a um

---

<sup>19</sup>Grifo meu. Podemos observar a adaptação que o sujeito precisa ter para sobreviver. Cada caso será peculiar, ou seja, em algumas pessoas essa adaptação pode ser numa medida maior ou menor, mas de alguma maneira ela acontece. Discutiremos de forma mais ampla esta questão no terceiro capítulo.

<sup>20</sup>Abordaremos as peculiaridades da narrativa em formato de testemunho no próximo capítulo.

período histórico específico, que se inicia com momentos anteriores à prisão, para explicar como e por que esta aconteceu, se desenvolve no período de aprisionamento, e é concluída no momento em que o autor é colocado em liberdade. Como o próprio autor menciona: “foquei na experiência da prisão, por ser mais presente, pelas marcas profundas que deixou” (MENDES, 2017, p. 34).

O narrador no testemunho, na maioria das vezes – e é o que ocorre na narrativa em questão –, se encontra em primeira pessoa. Será ele personagem/narrador que contará a história, decidindo qual o foco narrativo e organizando o tempo e espaço ao seu modo e seleção, bem como a apresentação dos personagens (presidiários, guardas, familiares). O principal tema abordado é a vida na prisão, os acontecimentos, os personagens, principalmente memórias e relatos dos companheiros de cela e/ou galeria, as violências ocorridas, a forma como ocorre a alimentação, as práticas de higiene, a convivência forçada e o sentimento aprisionado, tudo que diz respeito à condição de presidiário e, além disso, concomitantemente, o narrador tece uma crítica ao cárcere e ao sistema político brasileiro. Nas palavras de Mendes (2017, p. 46):

O fator essencial da sociedade é o ser *humano*, não as coisas, daí que minha atenção se voltou toda para os personagens que encontrei, no caso pessoas reais, assombrosamente reais, tão complexas quanto cada um de nós.

A primeira edição do livro foi publicada em 2017, aproximadamente dois anos após os fatos terem ocorrido. Percebe-se que Mendes não demora para contar sua experiência, diferente do que ocorre em alguns relatos testemunhais em que o autor leva anos após o episódio para conseguir relatar sua história. O que, de certo modo, pode ser visto como benéfico no sentido da memória dos fatos. Em sua narrativa consegue expor os acontecimentos com certa, mas não total, linearidade, não se preocupou em seguir a cronologia dos acontecimentos, “embora os capítulos, tomados no seu conjunto, respeitem a passagem do tempo, aqui e acolá avanço ou volto mais um pouco” (MENDES, 2019, p. 36).

A memória é algo muito discutido pelos teóricos que analisam os relatos testemunhais. Nem todos que vivenciam uma violência ou uma catástrofe estão dispostos ou conseguem relatar a sua experiência, enquanto outros sentem a

necessidade de narrar, de tentar colocar na escrita os sentimentos em relação ao vivido, de manter sua história permanente e viva. Como aponta Seligmann-Silva (2008, p. 66), “narrar o trauma, portanto, tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer”. E, além disso, a existência de um compromisso com os companheiros que permaneceram nos porões:

As linhas que seguem não são uma tese acadêmica ou uma reportagem sobre a lastimável situação carcerária brasileira. Tampouco são uma análise sociológica acerca das jornadas de junho de 2013 e o processo, crescente desde então, de criminalização das lutas populares [...] O que o leitor e a leitora têm em mãos é um depoimento, fruto de um compromisso assumido com as vozes silenciadas que me pediram, como único apoio, que dissesse o que vi e vivi nos porões de nossa sociedade. (MENDES, 2017, p. 33).

A *advertência* ao leitor e à leitora, com a qual Mendes inicia sua história, avisa sobre algumas características de seu relato, de que não tem como narrar tudo que foi vivido, há uma seleção. Na narrativa irão se combinar elementos da memória e do esquecimento, até mesmo porque ambos existem lado a lado, ou seja, “um complementa e alimenta o outro, um é fundo sobre o qual o outro se inscreve” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 53).

Da mesma forma, não me propus a narrar *tudo*: busquei agarrar o que me pareceu essencial, aquilo que me impregnou o espírito e a memória, suspeito que por ser o mais importante. (MENDES, 2017, p. 36).

Percebemos a necessidade e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de “narrar tudo”. Como pontua Seligmann-Silva (2003), narrar o trauma é um testemunho de um excesso de realidade e “o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre linguagem e o evento (o ‘real’) com o verbal” (2001, p. 46). Neste sentido, podemos pensar que a narrativa de testemunho necessita do imaginário (ficcional) para preencher as lacunas deixadas pelo trauma<sup>21</sup>.

A *Advertência*, como o autor intitula o texto que inicia a obra, de cerca de duas páginas, tem o intuito de esclarecer qual é objetivo do livro. O narrador escreve

---

<sup>21</sup>Como pontua Seligmann-Silva (2003, p. 48), “a experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. Os exemplos traumáticos são batalhas e acidentes: o testemunho seria a narração não tanto desses fatos, mas da resistência à compreensão dos mesmos”.

diretamente para o(a) leitor(a) e deixa claro que o que se propõe é contar a sua experiência e as histórias de vidas que acompanhou no período de sua reclusão, mas, também, faz referência à sociedade em que vive, o que já está subliminar no título escolhido. Ele descreve o porquê de a escolha do título ser *A pequena prisão*, que faz alusão à existência de outras prisões “maiores”, as quais são vividas diariamente por inúmeras pessoas que não têm condições mínimas, como explica:

Por que falo em pequena prisão? Exatamente porque, iludidos com uma sociedade autoproclamada “livre”, vivemos na verdade em uma imensa, cada vez maior, prisão. Não creio que possamos considerar realmente livres os que têm de enfrentar a rotina de um trabalho extenuante e embrutecedor, coagidos pela fome e pela ameaça de desemprego. [...] Desse ponto de vista, o que chamamos de prisão, a cadeia, é apenas uma fração da prisão maior em que vivemos – um pouco mais pobre de vida, mais descaradamente odiosa, é verdade, mas ainda assim uma fração, se comparada ao grande presídio de povos em que se converte nossa sociedade nesses princípios do século XXI. (MENDES, 2017, p. 34-35).

Em entrevista ao canal Ciência & Letras, programa exibido em 28 de novembro de 2017 pelo apresentador Renato Farias, o autor também fala sobre o título do livro ser em referência a uma pequena prisão comparada a uma grande prisão social, num importante apontamento de que somente haverá mudanças dentro da pequena prisão quando ocorrerem mudanças sociais. Igor também traz as peculiaridades do cárcere, as torturas e desumanizações e, principalmente, a passagem do tempo, nomeada pelo autor como uma “depressão epidêmica”, o que diz que autores colocam como uma prisionização<sup>22</sup> do sujeito, a qual atinge tanto o prisioneiro como o carcereiro, e “vai minando a sua identidade”. Relata um exemplo vivenciado por uma fala com outro prisioneiro ao dizer que “terminou mais um dia” e é repreendido com a seguinte frase: “Não! Não é mais um dia é menos um dia”. Uma contagem regressiva do tempo, o que é peculiar na vivência dentro do cárcere.

O tempo e o espaço na narrativa são fundamentais, pois tentam representar um pouco do sofrimento vivenciado pelos prisioneiros. Como na narrativa de Dostoiévski, podemos associar ao conceito de *crononopo* trazido por Bakhtin, pois

---

<sup>22</sup>No sentido da existência de uma cultura prisional que seria assimilada pelo sujeito, necessária para conseguir se manter vivo. Semelhante ao que Erving Goffman teorizou sobre a *mortificação do Eu*. A dificuldade pode ser evidenciada nos constantes relatos sobre os surtos de depressão, uso excessivo de medicamentos controlados e tentativas ou efetivações de casos de suicídios. Há poucos dispositivos de vida, Mendes coloca como um deles a escrita.

as noções de tempo e espaço também estão assimiladas uma com a outra e o espaço prisional está diretamente relacionado ao tempo da prisão, colocado, como uma das maiores dificuldades, o tempo que não passa neste espaço. Podemos considerar que o tempo é mesclado entre a cronologia dos fatos, há uma construção da história mencionando os dias, períodos em que tais fatos ocorreram para proporcionar um melhor entendimento da história contada. Mas o tempo psicológico também perpassa a narrativa, pois como o próprio narrador menciona, não há um cuidado e uma preocupação por exatidão da cronologia dos fatos e, em vários momentos, aparecem os sentimentos do narrador, suas memórias, lembranças, as digressões feitas na prisão.

Sentei no batente e fiz um esforço para organizar minhas ideias e sentimentos. Quem me visse naquele momento estranharia, talvez, a calma exterior quase completa que eu demonstrava. Só eu sabia o furacão que me devorava por dentro. Havia que me preparar para a prisão, havia que ficar forte, havia que não decepcionar os meus, havia que derrotar aqueles que se julgavam capazes de quebrar nossas convicções. Não era uma opção era uma obrigação. Uma voz muito parecida com a minha, reiterava em meus ouvidos: “Nessa noite, você vai dormir em uma cela, vai conhecer a penitenciária”. (MENDES, 2017, p. 59-60).

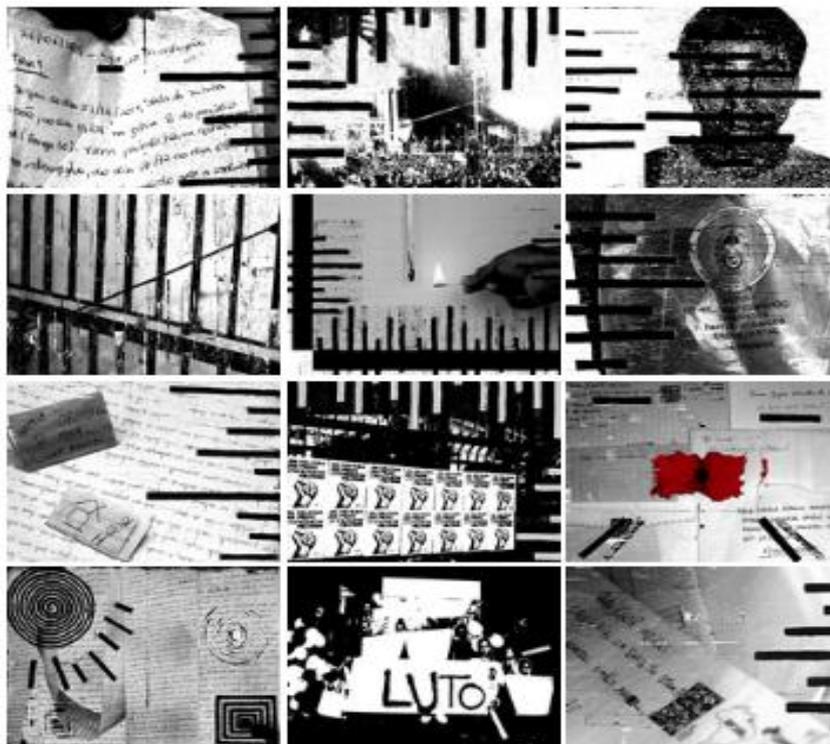
Para demonstrar sua história, Mendes recorre a alguns recursos paratextuais, verbais e não verbais, como algumas imagens do cárcere ou simbólicas a este e ao momento político e social em que escreveu a história, as quais se encontram expostas no livro ao longo da narrativa. Entretanto, elementos são utilizados de forma que a história se inicie anteriormente à leitura, na apresentação do livro. O mesmo é simbolicamente entregue dentro de uma marmita, em referência à forma como ocorre a alimentação nas prisões do Rio de Janeiro. Essa apresentação cria uma expectativa no leitor sobre a narrativa que virá.

Figura 7 – Imagem da apresentação do livro *A pequena prisão*



Fonte: (N-1 EDIÇÕES).

Figura 8 – Imagens internas do livro *A pequena Prisão*



Fonte: (N-1 EDIÇÕES).

Entre os capítulos há imagens que são referência à prisão, as quais demonstram cenas internas da instituição: as cartas enviadas e recebidas dos familiares, demonstrando a sua importância dentro do cárcere; as grades; as escritas nas paredes das celas, que aparecem com uma mancha vermelha no meio de imagens apenas em preto e branco, podendo simular o sangue; a foto que é tirada ao ser preso, bem como imagens que refletem os motivos da prisão do autor: as manifestações, a palavra “luto” que se destaca entre as imagens pela fonte utilizada e com maior clareza que as outras escritas; e o símbolo com as mãos fechadas e a frase: “Em defesa dos presos e perseguidos políticos”.

Como mencionamos, o desenrolar da narrativa é praticamente sobre o período em que esteve recluso, com algumas lembranças da vida em liberdade. Além disto, o autor traz questões da estrutura da prisão, mas não se detém neste sentido. O enredo da história é perpassado pelas peculiaridades do cárcere, desde as leis do presídio, o uso de drogas, as relações com os guardas, as visitas, os privilégios para quem tem mais condições financeiras, a relação dos presos que trabalhavam para os guardas com os demais presos. Como Dostoiévski, Igor consegue, apesar de também estar em uma condição de prisioneiro, olhar para os demais presos em sua individualidade e singularidade, descrevendo as peculiaridades de alguns personagens que ali se encontram, os quais compõem o enredo da trama, como Alessandro, Álvaro, Ramon, Roberto “Betão”, Marcinho, Fábio, Paulista, Mozer, Tiago, Sailson, Luciano<sup>23</sup>, entre outros. O foco não é na história de vida ou motivo por que estas pessoas estão presas, mas, sim, no período em que estão reclusos, a vida na prisão. Os delitos cometidos aparecem em alguns momentos, mas não são a prioridade da escrita.

Não espere, caro leitor e cara leitora, uma descrição minuciosa de lugares e objetos. Essa descrição, quando aparece, foi feita sempre em função de desvendar o estado de espírito, o que pensavam e como agiam aqueles que davam vida ao ambiente hostil, moviam a engrenagem aparentemente monótona. (MENDES, 2017, p. 35).

---

<sup>23</sup>O narrador diz que “para preservar a identidade de pessoas que me confessaram crimes, ou poderiam constranger-se com histórias aqui narradas, alguns nomes foram trocados ou substituídos por iniciais, todo o mais é rigorosamente verdadeiro” (MENDES, 2017, p. 36).

Igor relata que procura se manter lúcido e consciente, pois necessita se acostumar com algumas situações para sobreviver, mas sempre tentando não perder o senso crítico e de questionamento do lugar em que se encontrava. Considera que algo importante para isso, um dos principais fatores que permitiu que conseguisse se manter assim, foi a escrita e a literatura:

Nem por um único dia deixei de reivindicar acesso a papel e caneta, e também a livros, que tanta falta me faziam na guerra contra o tempo. Apesar disso, somente depois da minha saída de Bangu 10 pude suprir aquelas necessidades implacáveis.

Um belo dia, um detento conseguiu subtrair uma caneta da enfermaria, que passamos a usar para enviar toques uns para os outros. Com essa caneta escrevi às pressas, no princípio de janeiro, em um papel higiênico, a primeira carta aos meus companheiros e entes queridos [...]. A sensação que tive ao escrever essa pequena carta foi realmente libertadora, e a reli tantas vezes que acabei por decorá-la. (MENDES, 2017, p. 145-146).

No início de sua prisão não conseguiu ter acesso nem a livros nem a escrita, isso só ocorre depois de algum tempo. Tanto a leitura como a escrita são vistas por ele de forma libertadora, uma maneira de se manter vivo. Em sua narrativa faz diversas referências à literatura e leituras que realizou, tanto antes de seu aprisionamento como durante. Por outro lado, como preso político, existe um reconhecimento de um saber que não pode ser extraído sob tortura, um conhecimento que se fundou a partir dos livros e que não se perde pelo aprisionamento. Este saber é visto de forma perigosa, pois podemos observar na dificuldade ao acesso tanto a livros como a escrita: nos livros, o medo do conhecimento e questionamento; na escrita, o medo do testemunho, do relato e a denúncia da experiência vivenciada.

Apesar de o escritor mencionar que seu objetivo não é de cunho teórico, em função de seu interesse pela literatura e teorias sobre a prisão, este aspecto aparece em alguns momentos:

Sempre devorei a literatura referente à prisão, que me causava especial fascínio. De “Papillon”, caminhando em seu cubículo escuro, lutando para não enlouquecer na idílica e ao mesmo tempo infernal Caiena, ao Graciliano de Memórias do cárcere, íntegro e perspicaz observador da igualmente terrível Colônia Correccional de Dois Rios. (MENDES, 2017, p. 60).

Mendes faz referência ao livro *Recordações da casa dos mortos*, questiona se não estariam todos “numa casa de mortos, como escreveu Dostoiévski?” (MENDES, 2017, p. 60). Outra referência aos presos nessa condição de mortos aparece nas páginas 69 e 130:

Chegar à penitenciária é como descer ao inferno. (MENDES, 2017, p. 69).

Esse era sempre um momento importante, não só para mim, mas para todos os presos: o contato com o mundo exterior, **o mundo vivo**<sup>24</sup>, a certeza de que esse mundo ainda lembrava-se e lutava por nós. (MENDES, 2017, p. 130)<sup>25</sup>.

A história é perpassada por uma crítica social ao cárcere e ao objetivo da prisão. Como podemos observar nesta passagem, especialmente às formas de violência que por ela são apresentadas:

É como se a tortura fosse o ponto de encontro de todas as rotinas da prisão: “com o passar dos dias, entretanto, fui-me dando conta de algo muito mais sério: nada ali é fortuito, mas obedece a uma lógica rigorosa, certamente perversa, mas metodicamente calculada”. Socos e tapas, cabeças raspadas, humilhações... “o que é a privação de liberdade afinal, se não uma forma moderna de tortura, igualmente cruel, embora socialmente aceita”? (MENDES, 2017, p. 24).

No terceiro capítulo discutiremos de forma mais contundente a violência do sistema prisional, mas já podemos observar essa mudança na forma de tortura – dos suplícios às formas mais requintadas e disfarçadas, “socos, tapas, cabeças raspadas, humilhações”, as quais irão ocasionar muita dor, tanto física como mental e moral, de degradação do sujeito.

O autor encerra o livro com o subtítulo: *Hoje*, o qual é referente ao momento em que estava escrevendo, fora da prisão. Igor Mendes, atualmente, é graduado em geografia pela UERJ e se descreve como ativista político.

---

<sup>24</sup>Grifo meu.

<sup>25</sup>Essa referência ao *mundo vivo* é feita em relação aos dias de visita, nos quais pessoas em liberdade, familiares, esposas, filhos, podiam visitá-los e podemos pensar que possibilitavam tornar o “mundo morto” da prisão um pouco mais vivo, pois permitia o contato com os vivos.

Além de vivenciar a experiência o autor foi testemunha da vida dos diversos sujeitos que estavam encarcerados na casa de detenção. Por meio da sua escrita deu voz a diversas vozes silenciadas e esquecidas, pois como pontua Seligmann-Silva (2003, p. 56), “a arte da memória, assim como a literatura de testemunho é uma arte da leitura de cicatrizes”, suas e de seus companheiros. Todavia, ao relatar as histórias que ouviu, e a sua própria história e experiência vivida junto com os outros personagens/prisioneiros, o escritor fala não apenas das marcas da violência institucional, mas consegue, para além disso, desmitificar e revelar uma grandiosidade humana existente atrás das grades, nas “gaiolas” como são chamadas, proporcionando ao leitor uma visão diferente da normalmente (e quase unicamente) imaginada, somente de medo e violência por parte dos prisioneiros. Desconstrói, assim, a historiografia tradicional, umas das características dos relatos testemunhais.

### **1.3.1 Algumas características da prisão na contemporaneidade**

No Brasil, na década de 20, vários trabalhos simultâneos registram fatos importantes no campo da psicologia, no âmbito prisional, o que corrobora o pensamento de Foucault do auxílio da ciência na formulação e manutenção de formas punitivas. Como exemplo, temos Ulisses Pernambuco, que fundou o Instituto de Psicologia de Recife e reestruturou o trabalho de assistência aos psicopatas de Pernambuco. Outro Laboratório de Psicologia foi o Laboratório da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro – fundado pelo psicólogo polonês Waclaw Radecki. Essa época marca também o início dos laboratórios de psicologia e uso de testes – principalmente projetivos.

O discurso criminológico, respaldado pelo saber científico, coloca os prisioneiros como psicopatas, ou seja, doentes que precisam ser tratados para retornar à sociedade. No Brasil a década de 30 foi um período importante que privilegiou o discurso criminológico – concretizando a elaboração do Código Penal em 1940, o qual incorpora uma importante conceituação, que é a noção de periculosidade. O conceito de periculosidade vem com o intuito de verificar o grau de risco do preso ao retornar para a sociedade, sendo os responsáveis pela medição

desta os psicólogos, os quais passam a confeccionar laudos, que se destacam no processo pela construção de estereótipos, preconceitos moralistas ao estilo lombrosiano<sup>26</sup> e darwinista social.

Na LEP – Lei de Execução Penal, em sua primeira disposição sobre as avaliações criminológicas, dizia que os condenados ao cumprimento da pena privativa de liberdade seriam submetidos a diagnósticos para a obtenção de elementos necessários à adequada classificação da pena, objetivando estabelecer parâmetros a serem utilizados: os antecedentes e a personalidade do agente (LEP, art. 5º).

No Brasil esse olhar dos criminalistas se volta para os costumes brasileiros: o carnaval, o samba, os cangaceiros nordestinos, a miscigenação. Todos estes são indícios de uma incapacidade para o controle moral, que explica também a indolência para o trabalho, a tendência para o desrespeito à autoridade e finalmente para o crime. Em razão das características degenerativas trazidas pela miscigenação, justificar-se-ia um aumento constante no rigor de nossas leis, sempre ameaçadas pela propensão inata do povo ao crime.

Desta forma, a principal justificativa do discurso da criminologia, respaldado principalmente pelo discurso médico e psicológico, é de três estratégias: O criminoso é doente; A pena é um tratamento que age em benefício do criminoso; A prisão não deve punir, mas curar. A partir destes pressupostos, se constituem no Brasil as funções da pena de prisão, que são as seguintes:

*Retributivas e Punitivas*: funcionando como uma prevenção geral do delito por meio do princípio da exemplaridade, essa função visaria a sustentar uma representação no imaginário social de fazer o “desviante” pagar a dívida para com a sociedade, servindo-se da visibilidade do castigo e do sofrimento prisional como exemplos/modelos para que os demais membros dessa sociedade “violada” reprimam/inibam/controlem qualquer desejo de burlar as leis do código.

*Ressocializadoras e “Terapêuticas”*: funcionando como uma prevenção especial do delito, instituída tanto na aplicação quanto na execução da pena, essa função “político-educativa” estaria associada à ideologia da recuperação do apenado

---

<sup>26</sup>Cesare Lombroso é creditado como sendo o criador da antropologia criminal. Para ele o crime é uma circunstância natural por ser de caráter primariamente hereditário, porém inaceitável socialmente. Era favorável à pena de morte e prisão perpétua.

e à lógica do tratamento ressocializador e visaria a um determinado “modus” de recuperação pedagógica, curativa e/ou reabilitadora do dito criminoso ou “doente moral e criminal” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Porém, em praticamente todas as análises produzidas em torno da questão “para que servem as prisões?” Fica claro, desde sempre, que a resposta nos leva para uma constatação empírica de que elas servem para aquilo que talvez esteja mais subliminarmente implicado em cada uma dessas funções instituídas, que é segregar certos indivíduos considerados como parte indesejável da sociedade. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 30).

Interessante observarmos, como já pontuou Foucault, que a psicologia e o saber científico nascem com a prisão. No Brasil, a Lei que regulamentou a psicologia como profissão, Lei nº 4.119/62, foi criada e construída num contexto político e de tensões sociais que eclodiam na instauração da ditadura civil e militar, a qual normatiza como atribuição do psicólogo a “solução de problemas de ajustamento”. Exatamente um dos pressupostos aos sujeitos aprisionados, ajustá-los para retornarem à sociedade.

Houve mudanças nas legislações, e no olhar da psicologia sobre o sistema prisional e às pessoas privadas de liberdade. Atualmente a LEP preconiza a reinserção social do indivíduo preso, e fala numa possível “recuperação” com a prisionalização, todavia a herança do pensamento segregacionista é muito forte, a qual é fundamentada na concepção normal *versus* patológico, criminoso *versus* não criminoso, que ainda permanece.

A partir disso, podemos observar que a contemporaneidade, com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo no ocidente e a supremacia de um saber científico como objeto de valoração social, cria tanto a psicologia como os presídios. No Brasil há uma coexistência inicial, ou seja, grande parte das primeiras pesquisas em psicologia surgem a partir do estudo de psicopatas<sup>27</sup>. A prisão e a psicologia se tornam categorias do mesmo projeto social: de produção e transformação de subjetividades.

---

<sup>27</sup>Entre os pesquisadores, muitos tinham formação em medicina.

Michel Foucault (1979) quando reflete sobre a finalidade da prisão, não hesita em afirmar que, desde o começo, ela foi projetada para funcionar como um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna e o hospital, agindo sobre os indivíduos com precisão. Ainda que essa aspiração tenha-se revelado frustrada também desde o começo, ela diz muito sobre a ideologia subjacente às prisões e à Psicologia, como respostas sociais a uma demanda pela conformação e ajustamentos de determinados sujeitos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012, p. 30).

A demanda social é de mudança, e a justificativa é de que será o aprisionamento que conseguirá estes ajustes àquele sujeito que como membro da sociedade não seguiu seus padrões preestabelecidos, ou as leis formais. Os estabelecimentos prisionais são a resposta ideal para a sociedade, mesmo, ou principalmente, aqueles que trazem um complexo panorama, de rebeliões, superlotações e maus-tratos, realidade dos presídios brasileiros.

Uma das diferenças vistas entre o período em que o livro *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão* foram escritos é a frequência das mudanças de legislação, as quais ocorreram mundialmente. A pena de prisão passou a ser a mais utilizada como reprimenda penal, especialmente em alguns países, entre eles o Brasil. Para ter uma ideia mais clara, em 1990, o Brasil contava com cerca de 90 mil pessoas privadas de liberdade; em 2016 somou 726.712, ocupando o terceiro lugar de encarceramento mundial, o qual era até então ocupado pela Rússia, que ficou em quarto lugar, com uma população carcerária de 646.085 pessoas privadas de liberdade (SANTOS, 2017). De acordo com o Infopen, em 2019 o Brasil possuía uma população prisional de 773.151 pessoas privadas de liberdade<sup>28</sup>.

Houve um crescimento exacerbado de aprisionamentos dos brasileiros nos últimos anos. O perfil dessa população que vem sendo privada de liberdade é de uma maioria jovem (55% da população têm até 29 anos) e masculina, porém a

---

<sup>28</sup>Em 2020 ainda não há a estimativa do órgão oficial brasileiro de estatísticas prisionais (Infopen), mas dados da mídia brasileira estipulam que o Brasil ultrapassou a marca dos oitocentos mil, chegando a 888 mil presos, permanecendo entre os países que mais aprisionam. Para fazermos um paralelo, em 1991 o Brasil tinha uma população de 72.485.122; em 2020 passou para 212.082.800 habitantes, aumentando 2,92 vezes em vinte e nove anos (IBGE, 2020). Em contrapartida, a população prisional aumentou 9,87 vezes em trinta anos, aproximadamente são 338 encarcerados a cada 100 mil habitantes.

Já população Russa vem diminuindo nos últimos anos, em 2019 segundo a Rosstat, o IBGE russo, o país tinha 148,8 milhões de habitantes, 93,5 mil a menos do que no ano anterior (SARDINHA, 2014). Em relação a população privada de liberdade, em 1990 a Rússia tinha 680 mil presos e em 2019 esse número teve uma redução para 607 mil.

população feminina teve um significativo aumento<sup>29</sup>, negra (53%), com pouco ensino e detido de forma provisória por tráfico, roubo ou furto<sup>30</sup>.

Este aumento da população carcerária levou a uma importante mudança na prisionalização, pois passou-se a ter o fator de superlotação dos presídios e, com isso, houve uma diminuição do vigiar, trazido por Foucault, e um aumento do excluir, enclausurar.

É possível observar que a seletividade do sistema prisional brasileiro está presente desde o princípio da pena de prisão, que proporciona uma espécie de “controle social”, selecionando quais serão os indivíduos para compor a população prisional, ou seja, majoritariamente de pessoas oriundas de uma situação de vulnerabilidade social. Como vimos acima, nos dados desta população aprisionada, a grande maioria dos delitos está vinculada a uma questão de mercado (no sentido de consumo e venda), indo ao encontro do sistema econômico brasileiro, que é predominante capitalista neoliberal.

Estas pessoas que já vivenciam uma certa exclusão social, mesmo antes do seu aprisionamento, ao adentrarem o sistema prisional brasileiro essa exclusão se efetivará de forma perpétua, tanto dentro do sistema como ao sair deste, no estigma que carregaram. Elas ficam marcadas eternamente como ex-presidiárias. Podemos fazer uma alusão, aqui, a nossa história escravocrata, talvez um dos fios condutores para entendermos a lógica brasileira segregacionista, ligada à classe e à cor<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup>Há 45.989 mulheres presas no Brasil, de acordo com o levantamento do mapa de encarceramento. Elas correspondem a 5,8% da população carcerária. Entre as mulheres, 62% das prisões está relacionada ao tráfico de drogas. Quando levados em consideração somente os homens presos, essa taxa é de 26% (SANTOS, 2017). Em relação aos outros delitos, o relatório acerca do perfil da população carcerária brasileira, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, entre o ano de 2005-2012, aponta que 49% dos crimes são contra o patrimônio e 11,9% são crimes contra a pessoa (BRASIL, 2015).

<sup>30</sup>De acordo com o relatório anual de Estatísticas Penais do Conselho da Europa de 2018, a taxa de população presa diminuiu 6,6% desde 2016, passando de 109,7 para 102,5 detidos por cada 100 mil habitantes. Entre os países europeus a Rússia é o país com maior número de reclusos em relação à população, com mais de 418 presos por 100 mil habitantes. Entre os delitos cometidos na Europa, estão: homicídios (13,1% dos reclusos); assaltos e agressões (5,1%); violação e outras ofensas sexuais (7,5%); roubos (10,5%); crimes econômicos e financeiros (3,8%); crimes relacionados com droga (16,8%) e os assaltos (15,6%), os dois últimos continuam a ser as infrações mais frequentes nas prisões europeias (STATISTICS EXPLAINED, 2018).

<sup>31</sup>A seletividade prisional brasileira aparece desde os primeiros Códigos Penais, de 1830–1890, até o atual de 1940, nos quais os setores vulneráveis foram os principais alvos da criminalização. Nos dois primeiros textos, evidencia-se que os escravos e ex-escravos são vistos como “vadios” e “ociosos” “perturbadores da ordem e o sossego da elite burguesa e, como meio de manter os interesses do segmento elitizado intactos, estabelecem-se penas com vistas a conter o comportamento dos setores ‘desviantes’” (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 17-18). Além disto, o Código Criminal do Império (1830)

Como demonstram os dados, as prisões brasileiras estão superlotadas de jovens, negros, analfabetos ou semianalfabetos e pobres. Por outro lado, não são delitos extremamente violentos cometidos por indivíduos perigosos, mas que abarcam uma questão social relacionada ao ter, à necessidade econômica imposta. Assim, encarcera-se uma camada da população específica, selecionando os crimes que são de pena de prisão, enquanto delitos como, por exemplo, do “colarinho branco” poucas vezes são considerados com este tipo de penalização<sup>32</sup>, como Wermuth e Assis (2016, p. 14) apontam:

[...] pode-se aferir que, tanto o sistema penal quanto a política de segurança pública trabalham, no Brasil, a partir da lógica de estipulação de estereótipos, ou seja, a concepção lombrosiana da criminalidade ainda pode ser visualizada nas instituições penais modernas, o que revela um enorme atraso político, científico e acadêmico. Assim sendo, enquanto perdurar essa prática de identificação de criminosos por meio das características individuais (pautadas no modelo lombrosiano), a lógica sempre será a legitimação da ordem estabelecida. Neste contexto, é bem mais fácil e rentável criminalizar a pobreza, do que encontrar formas de superá-la. Infelizmente o método adotado foi responder com mais Estado penal o menos Estado social.

Observa-se que existe uma permanência da seletividade corroborada desde o início da pena de prisão, como a forma predominante de reprimenda penal. Por outro lado, há uma mudança no excessivo aumento da população carcerária, com uma superlotação do sistema prisional, na qual permanece o caráter qualitativo de higienização e exclusão social, entretanto com números assustadores.

Neste ponto, podemos evocar o conceito trazido por Michel Foucault sobre a biopolítica<sup>33</sup>. Michel Foucault utiliza o termo *biopolítica* para demonstrar a mudança na forma do poder ocorrida no ocidente principalmente a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, sendo basicamente uma ação do governo

---

não incluía aos escravizados as garantias que os demais cidadãos tinham, como, por exemplo, abolição das penas cruéis (açoites, torturas e marcas de ferros).

<sup>32</sup>O atual Código Penal brasileiro, de 1940, traz o crime de furto qualificado com uma punição maior que praticar lesão corporal grave; “furar galinhas é mais grave do que exportar pele de animal; [...] A sonegação de tributos, por exemplo, não é alvo de alarde social e campanhas midiáticas visando a sua proscrição; já o furto e o roubo despertam uma especial atenção da sociedade e dos meios de comunicação” (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 19-20).

<sup>33</sup>Esse termo se consagra a partir da obra de Foucault, no século XX. Outro importante autor contemporâneo, o filósofo italiano Giorgio Agamben, também irá utilizar o termo *biopolítica*, com algumas diferenças da conceituação trazida por Foucault. Irá defender que a política sempre foi *biopolítica*, desde o início da história ocidental e não apenas a partir do século XVIII, como pontuou Foucault. Ambos concordam sobre o caráter de controle da população.

sobre os indivíduos, a população, o que permitirá um controle da população, como um todo. Daí o surgimento das políticas públicas, em que o governo terá como responsabilidade tanto o cuidado da saúde, da educação, da segurança, por exemplo. Ou seja, a espécie humana torna-se acessível ao Estado, que nela poderá intervir regulando a proporção de nascimentos e de óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade da população, a incidência de doenças, a longevidade, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289-290). Desta forma, o biológico passa a refletir no político.

Para o autor o que existe não é o poder em si, mas as relações de poder. A partir da década de 70, Foucault irá se interessar em analisar o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como os indivíduos constituem-se na conexão entre ambos (saber e poder). Desta forma, caracteriza as sociedades modernas como disciplinares e normativas, pois o desenvolvimento social passa a ocorrer a partir dos condicionamentos que os indivíduos precisam fazer para ser parte da sociedade. Desde a escola, as fábricas, os quartéis até chegarmos ao hospício e ao cárcere.

Foucault considera que, a partir do século XVIII, o adestramento, caracterizado pelas técnicas disciplinares para tornar os corpos dos indivíduos úteis e dóceis, não tem mais o mesmo efeito. Elas não são mais suficientes para dar conta das novas exigências impostas pelo capitalismo, o qual passa a emergir. Assim, o exercício da soberania, a partir de então, não se restringia ao antigo “direito de fazer morrer ou deixar viver”, era ampliado para admitir também seu inverso, qual seja, o poder de “fazer viver ou deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287).

A partir disso, Foucault considera que o elemento central será a população. O coletivo passa a ser mais valorado que o individual, sendo que estes passam a ser estudados (por exemplo, com dados estatísticos que apontam as características da população), podendo indicar estimativas e subsidiar decisões políticas de intervenções. Adotando o nível das estimativas globais, é possível, inclusive, delinear um padrão, um nível de equilíbrio, definido por Foucault como “homeostase” (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Hanna Arendt, anteriormente a Foucault, em seu livro *A Condição Humana* (1989), publicado em 1958, não utiliza o conceito de *biopolítica*, mas conceitua algo próximo ao que o autor pontua. Ou seja, Arendt irá dizer que a modernidade estabeleceu a redução do ser humano em um ser que trabalha, transformando-o

assim em um animal. Podemos pensar em um enaltecimento da vida biológica – a força de trabalho –, corpos que precisam produzir, funcionar para ter valor.

Pela precariedade e sofrimento imposto nos presídios, alguns autores fazem paralelos de comparação da instituição prisional com outras instituições e/ou espaços não necessariamente geográficos. Wermuth e Assis enfocam, a partir das concepções de Ruiz (2012), sobre as formas de campo de concentração que ocorreram além do Nazismo. Trazem como exemplo as senzalas, as reservas indígenas americanas e as ditaduras latino-americanas. Porém, consideram que as prisões não podem ser comparadas a campos de concentração, pois estão protegidas pelo direito penal, o que não ocorre nos campos, os quais se encontram totalmente alijados do ordenamento jurídico (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 30-32), com o que concordamos.

Por outro lado, existem críticos que comparam a prisão ao mercado de consumo, e/ou fazem um paralelo com o uso de drogas, relacionado a questões de poder. Não corroboramos totalmente com esta afirmativa, no sentido de que o aprisionamento institucional pode trazer semelhanças, pois é uma via única, existe um elo, ou seja, ocorre pelo ordenamento social vigente. Mas o que queremos pontuar é que não podemos deixar de considerar as características específicas ocasionadas pelo aprisionamento em uma instituição total. No uso de drogas ilícitas, por exemplo, para além das questões psíquicas e de poder, existe uma questão que não pode ser desconsiderada, que é a do espaço físico. O usuário de drogas, mesmo com limitações, pode ir e vir, estar na rua, mudar de cidade, de espaço físico. Já o sujeito aprisionado institucionalmente poderá ficar por anos em uma única cela, amontoado com outras pessoas, em alguns presídios ocorre inclusive revezamentos para dormir, pois não cabem todos deitados ao mesmo tempo, com direito apenas a duas horas de pátio – local em que existe uma quadra de futebol, sem árvores ou qualquer existência natural. Ou, em outros casos, são mantidos em viaturas até ter vaga no presídio.

Além disso, o consumo de modo geral, ou o de drogas ilícitas<sup>34</sup>, traz um aprisionamento em relação ao objeto, mas vimos diversos casos de pessoas que conseguem se direcionar a outro objeto de desejo ou romper com o ciclo vicioso. Já

---

<sup>34</sup>Drogas ilícitas pelo estigma social, já que há estudos que demonstram que drogas lícitas como, por exemplo, o álcool podem ser tanto ou mais viciantes do que algumas drogas ilícitas.

o aprisionamento institucional depende, entre outros fatores, da instância jurídica, ou seja, é necessário cumprir todo o tempo de penalização que lhe foi atribuído. Após a saída dos muros institucionais, a pessoa continuará com o estigma de ter estado em tal instituição, o que lhe limitará no retorno social. Neste ponto pode ser semelhante ao usuário de substâncias ilícitas, mas em um grau mais elevado de dificuldade e preconceito social, pois o usuário de drogas pode omitir este fato, já o preso ficará com sua ficha eternamente marcada ou, como no dito popular, “suja”.

Obviamente que isto não significa que a prisão institucional seja um local fora do contexto social; ao contrário, o que tentamos demonstrar, até o momento, é a relação social existente entre as questões socioeconômicas e de raça que permeiam o ambiente prisional. O cárcere faz parte de um processo social maior, no qual a *biopolítica* seleciona os indivíduos que irão compor a massa prisional. Como vimos, há uma escolha de quais delitos são penalizados com a prisão, evidentemente aqueles cometidos pela população de menor renda, enquanto os delitos cometidos pela classe social mais elevada são (ou não) penalizados com outras medidas.

Um paralelo, se assim podemos dizer, que pode ser feito ao sujeito aprisionado, é a retomada da figura do *Homo Sacer*, trazida pelo filósofo Giorgio Agamben. O *Homo sacer*, figura do direito romano arcaico, é um homem que tem a vida considerada de forma negativa, ele cometeu um delito contra os deuses e por isso ele não será punido pelos homens, mas deixado para ser punido pelos deuses, sendo assim, excluído do grupo social e de todos os seus direitos civis. Caso for morto, por outro homem, este não será punido, pois sua morte há de ter sido decidida pela própria divindade. Esta figura é utilizada por Agamben para pensar no homem contemporâneo que é privado dos seus direitos: “No caso do *homo sacer* uma pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar para a divindade” (AGAMBEN, 2002, p. 89).

Contribuindo para nossas reflexões, de como muitos dos excluídos sociais acabam por serem jogados dentro das prisões brasileiras, Wermuth e Assis (2016, p. 3) pontuam o seguinte:

Os excluídos sociais serão alçados para o interior das prisões brasileiras, sendo obrigados a sobreviver sob um regime pautado na exceção jurídica e na ausência de dignidade humana, fazendo com que as pessoas privadas de liberdade possam ser comparadas à figura do *homo sacer* [...].

Demonstra-se, com isso, que a prisão pode ser considerada enquanto verdadeira fábrica de exclusão e segregação dos segmentos irrelevantes e inservíveis para a ordem hegemônica vigente.

Podemos observar a relação existente entre o cárcere, ou melhor, entre os indivíduos ali colocados e as relações de poder sociais que se fazem presentes. Agamben também utiliza a figura romana do *Homo sacer* para ilustrar a ideia de *vida nua*. Pois dois traços serão a principal caracterização do *Homo sacer*, que são: a sua matabilidade, pois qualquer indivíduo pode matá-lo sem que tal ato constitua homicídio, e, por outro lado, a insacriticabilidade, o *Homo sacer* não pode ser sacrificado, ou seja, morto de maneira ritualizada. Esses dois elementos caracterizadores do *Homo sacer*, a princípio incompatíveis, denotam tratar-se de um conceito limite da estrutura social romana, localizado entre o profano e o sagrado, entre o religioso e o jurídico (AGAMBEN, 2002, p. 81).

O *Homo sacer* será peculiar no sentido em que vivencia uma dupla exclusão, tanto em relação ao caráter religioso como ao caráter jurídico. Mas, ao mesmo tempo, ele está exposto à violência constante e à possibilidade de ser morto a qualquer momento, sem que haja punição, sem que isso seja considerado um crime. O que pode se assemelhar ao sujeito encarcerado. Ele é simplesmente afastado da sociedade e jogado em um sistema que teoricamente deveria lhe dar segurança e garantia de sobrevivência, mas que na prática o deixa à mercê, vivenciando leis próprias, criadas dentro do cárcere, sem ser guiado pela mesma lei social, em um Estado de Exceção.

O Estado de Exceção deveria ser utilizado pelo Governo em casos específicos de situações emergenciais e de forma temporária. Neste, alguns direitos individuais podem ser suprimidos, com a justificativa do estabelecimento da ordem e paz social. Sendo assim, o Estado de Exceção vai suspender os direitos, destituí-lo de alguns cidadãos.

Desta forma, o Estado de Exceção pode ser compreendido como um espaço do “não direito”, ou seja, neste contexto o direito e as demais garantias estão suspensas de forma parcial ou total. Engana-se quem acredita que o Estado de Exceção está à margem do ordenamento jurídico. Ao contrário, este está amparado pela lei, ou em outras palavras, é uma tentativa de tornar legal aquilo que não pode ser legalizado. (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 25).

Vimos na prática contemporânea que o Estado de Exceção é utilizado de forma corriqueira, não agindo como previsto, ou seja, apenas em casos de exceção. O que permite que muitos indivíduos não fiquem totalmente amparados pela lei, como deveria ser. Os governos vêm se utilizando desta “brecha” legal para dominação de alguns grupos, um paradigma de governo dominante que utiliza o Estado de Exceção “como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo” (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 26).

O maior exemplo para o Estado de Exceção são os campos e as senzalas, nos quais os sujeitos ficam totalmente destituídos dos seus direitos civis. Todavia, como pontuamos, que apesar das diferenciações e ressalvas nas comparações, podemos dizer que muitas prisões brasileiras podem ser consideradas incluídas em Estado de Exceção. “Esta premissa pode ser comprovada por meio da seletividade prisional, que lança os segmentos irrelevantes da sociedade para um espaço totalmente desprovido de direitos e de dignidade” (WERMUTH; ASSIS, 2016, p. 34). E também, por outro lado, pelas mortes em massa que já foram ocasionadas dentro do sistema prisional brasileiro e que não tiveram a punição que deveria ocorrer, prevista em lei. Como o *Homo sacer*, parece que os presos podem ser mortos, pois o homem após ser preso é como se virasse impuro, maldito, uma vida que deixa de ser reconhecida como humana, o que permite que, se alguém cometer seu homicídio, tal ato não seja punido na forma da lei, pois é como se não se constituísse como um homicídio<sup>35</sup>, já que o ser preso é um ser que já está morto, colocado em uma “casa de mortos”.

---

<sup>35</sup>Como exemplo, podemos citar alguns massacres ocorridos dentro de presídios brasileiros: no ano de 2019 no Estado do Pará 62 presos foram mortos; no mesmo ano em Manaus houve 55 mortes – em 2017 já haviam ocorrido 56 mortes, neste mesmo Estado (AMÂNCIO, 2019). Estes casos ainda não tiveram o inquérito concluído e provavelmente levarão muito tempo para ter um julgamento e uma sentença, como podemos observar no massacre do Carandiru, ocorrido no ano de 1992, quando 111 presos foram mortos e até hoje, com inúmeras apelações, a decisão do júri ocorrido no ano de 2016, que condenava 74 policiais militares, ainda não foi cumprida. O discurso da defesa e de uma grande parcela da sociedade é de que foi legítima defesa.

## 2 O ROMANCE E O RELATO TESTEMUNHAL: “HISTÓRIA FICCIONAL” VERSUS “HISTÓRIA VERÍDICA”?

Para aprofundarmos nossas discussões sobre os livros *Recordações da casa dos mortos*, de Fiódor Dostoiévski, e *A pequena prisão*, de Igor Mendes, é importante situarmos alguns pontos da categorização dada às histórias contadas, principalmente sobre seus procedimentos e construções. Ambas são tidas, por alguns leitores, como autobiográficas, pelo fato de os autores terem vivenciado a experiência de aprisionamento anteriormente à escrita das narrativas, ambos estiveram na posição de prisioneiro, sendo que as histórias são contadas a partir do espaço prisional. Entretanto, a primeira obra é caracterizada oficialmente como romance e a segunda narrativa se aproximaria da categorização de relato de testemunho, pelo formato da escrita e no sentido de ser um *testemunho* da vivência do autor do período em que esteve preso.

### 2.1 UM BREVE HISTÓRICO DO GÊNERO ROMANCE

A trajetória romanesca é complexa e atravessou vários séculos. Não temos o intuito, neste estudo, de aprofundar essa temática, mas objetivamos expor alguns elementos para refletirmos sobre suas mudanças no decorrer dos tempos, principalmente com base em teóricos que propõem pensar sobre o que é a literatura, a partir de uma visão social e crítica do gênero, como Roland Barthes, Terry Eagleton e Yves Reuter.

De acordo com Barthes (2000), a história e o romance possuem relações estreitas. Algo semelhante ao que Eagleton considera ao demonstrar que a teoria literária é parte da história política e ideológica das sociedades, considerando que a “teoria literária” não existe no sentido de um corpo teórico que se origine da literatura, mas que provém de outras áreas das humanidades e tem implicações que extrapolam a própria literatura. Sendo que a teoria literária, para o autor, deve ser vista como política, pois ela se constitui, conscientemente ou não, para manter ou reforçar pressupostos do sistema político (EAGLETON, 2006).

Barthes (2000) pontua que, como marco reconhecido socialmente, o romance expressou-se nas grandes obras do século XIX. A maioria dos críticos considera que o romance se iniciou em Londres – Reino Unido, com Daniel Defoe<sup>36</sup> (1660-1731), Samuel Richardson<sup>37</sup> (1689-1761), e Henry Fielding<sup>38</sup> (1707-1754), a diferenciação da escrita destes autores seria a introdução do realismo na forma de romance. Todavia, anteriormente a este período, o romance já aparecia em folhetins ou em cartas, porém não reconhecido com esta nomenclatura. Como considera Barthes, a narrativa como forma extensiva ao mesmo tempo do Romance e da História permanece, pois, em geral, “como a escolha ou a expressão de um momento histórico” (BARTHES, 2000, p. 27-28).

Por muito tempo o romance foi considerado como um gênero menor. Aqueles que possuíam acesso a livros e sabiam ler, davam mais atenção às obras consideradas “mais sérias” à época, como a filosofia. Um exemplo da crítica ao romance parte de Jean Jacques Rousseau<sup>39</sup> (1712-1778). Mesmo tendo escrito o livro “A nova Heloísa” (1760), considerado como um importante romance do século XVIII avaliava que este gênero despertaria paixões que poderiam desencadear atos criminosos.

Pode-se observar que a preocupação primordial de muitos escritores do séc. XVIII, incluindo Rousseau, era no sentido de “possibilitar” uma educação aos seus leitores, passando ensinamentos morais. Exemplo disso é a própria obra “A nova Heloísa” e também a narrativa “Pamela” – escrita por Richardson.

Este viés moral vai se perder na escrita do romance por alguns autores do séc. XVIII, mas o romance continuará sofrendo críticas. Um exemplo é o livro “Madame Bovary” (1857), escrito por Gustave Flaubert, o qual foi processado, pois o romance trazia em sua narrativa a paixão de uma mulher por outro homem, que não o seu marido, ocasionando o adultério, o que escandalizou a sociedade da época. Foi tachado, como considerava Rousseau, como algo perigoso, mas este perigo parece que cativou o leitor, que foi fazendo com que este gênero se tornasse um dos mais lidos no final do século XVIII.

---

<sup>36</sup> Autor de obras como “Moll Flanders” e “Robinson Crusóé”.

<sup>37</sup> Autor de obras como “Pamela” e “Clarissa”.

<sup>38</sup> Autor de obras como “As aventuras de Tom Jones” e “Amelia”.

<sup>39</sup> Jean Jacques Rousseau é autor da famosa obra “O contrato social”, publicado em 1762.

Yves Reuter (1995) afirma que a história do romance está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da codificação e da consciência da língua, a qual se concretizará por meio dos dicionários de gramática e enciclopédias. Um fato importante para esta mudança é o desenvolvimento e a maior difusão do papel, o qual só se efetivará e se trará comum a partir do séc. XVIII, quando ocorrerá uma diversificação de suas funções e a multiplicação dos seus leitores, fora dos círculos dos clérigos e das cortes: Foi ainda preciso passar da língua culta, a língua latina, para as línguas vulgares. Assim, no começo do século XII, *romance* significa “língua vulgar” e o verbo *romancear* tem o sentido de “traduzir do latim para o francês” no século XIII e o de “escrever em francês”, no século XIV (REUTER, 1995, p. 5).

Outro importante fato é que a alfabetização, ocorrida entre os séculos XV e XIX, será uma oportunidade para que os escritores possam se desenvolver, sendo que a imprensa acompanha este período com a distribuição dos folhetins. A unificação linguística só será realizada no séc. XX, por questões de mudanças políticas, econômicas e comerciais. “Essas dimensões são essenciais: não somente favorecem a apropriação dos romances por múltiplos leitores, mas permite também que se analise a originalidade de um estilo ou de um trabalho sobre a língua em termos de variações ou de desvios em relação à norma” (REUTER, 1995, p. 6).

Semelhante ao que Eagleton propõe pensar com a questão: “O que é literatura?”, Reuter considera que as literaturas e suas concepções ou categorizações são metamorfoseadas com a história, com o tempo e com o contexto social a que estão expostas. Neste sentido, para cada discurso, cada obra, se categorizada de acordo com o momento e a significação que lhe é dada, haverá dificuldades de uma contextualização do romance enquanto gênero. Reuter (1995) considera que a “noção de literatura e o que ela designa se constitui progressivamente e só se firmou realmente na segunda metade do século XIX” (REUTER, 1995, p. 6).

Os escritores também levam séculos para afirmar seu *status* de criador e conquistar a propriedade de seus textos. Será preciso esperar por 1777 para que o privilégio de publicação seja transferido ao autor, sendo que muitos escritores lutam por esse reconhecimento. Beaumarchais organizou em 1777 a Sociedade dos Autores e dos Compositores; Balzac publicou em 1836 a *Carta aos escritores franceses*, a “Société des Gens de Lettres” foi criada em 1838, Vitor Hugo presidiu em 1878, em Paris, o congresso da

propriedade literária. A lei de 1886 garantirá esta propriedade ao autor e a seus descendentes. (REUTER, 1995, p. 7).

Será, então, a partir da segunda metade do séc. XVII que o romance passa a ser debatido. No séc. XVIII se desenvolvem algumas formas como os “prefácios e posfácios”, justificando a verdade ou verossimilhança das obras. E no séc. XIX que se considera como o século do surgimento dos grandes clássicos do romance, que são os livros dentro do gênero romance como reconhecemos hoje. O que, como vimos, não significa que o romance já não fazia parte do campo literário, porém sem essa nomenclatura oficial e reconhecimento social.

O romance também tirará proveito de sua aptidão para apropriar-se dos novos valores ligados às mudanças sociais. Aparece como gênero da *liberdade*, escapando à submissão às antigas regras e permitindo a *inovação* formal ou temática. *A priori* sem limites, pode falar tanto do *indivíduo* (toda literatura do Eu) quanto do *social*. Pode ainda abarcar a ideia de *progresso* por seu engajamento ou a crítica social, pela produção de uma visão de mundo que ele quer precisa e exaustiva (realismo), depois científica (naturalismo). Deste ponto de vista, o século XIX é a época onde o *romance se constitui como referência* [...]. O problema – é verdade – era grande: o reconhecimento do romance e a produção de um modo de escrever e de ler o mundo que serve ainda hoje, em grande parte, como referência. (REUTER, 1995, p. 11).

Assim, o romance foi sendo moldado pelas várias mudanças históricas. Da concepção da teoria literária como imaginativa à autobiografia; da consideração de que a narrativa seria uma combinação entre histórias, notícias, de ficção a fatos reais até chegar nos aspectos culturais.

Eagleton (2006) pontua as diferenças entre estes períodos, iniciando pelo denominado *Formalismo*, o qual foi marcado pelos formalistas russos, que transferiram a atenção para a realidade material do texto literário em si. Aqui a literatura foi considerada como uma organização particular da linguagem. Para tal, utilizou-se como método, a aplicação da linguística ao estudo da literatura. A Análise do autor parte principalmente da Inglaterra no séc. XVIII, período em que as obras eram consideradas a partir do valor e do gosto da classe dominante, não sendo o fato de ser ficção que tornava um texto como literário, mas o objetivo de transmitir conceitos morais.

Já no século XIX, o autor traz que ocorreu uma alternância, a literatura se torna sinônimo de *imaginativo*, por isso este período é considerado como “a visão da literatura a partir da beleza ou da estética” (EAGLETON, 2006). Nesta concepção, a obra literária é vista como criativa e não mecânica, em contraste com o indivíduo fragmentado do capitalismo. Por outro lado, a literatura não é vista como parte dos problemas sociais, mas como uma solução para estes.

Surge, também, a visão da *Fenomenologia* de Husserl, a qual visava a uma leitura imune a qualquer coisa fora do texto, ou seja, o texto foi reduzido a uma pura materialização da consciência do autor, sendo o seu significado algo que antecederia a linguagem. Heidegger vai se opor a Husserl, a partir da hermenêutica, que vai ser tida como a “arte da interpretação”. Pois, para Heidegger, não é possível considerar o texto fora da história e do tempo em que foi construído.

Diante destas concepções diversas sobre o que seria literatura, Eagleton traz três fases da “estética da recepção” ou “teoria da recepção”. A primeira sendo do *Romantismo*, na qual haverá uma preocupação maior com o autor. A segunda, da *Nova Crítica*, na qual a preocupação recai exclusivamente para o texto. E, a terceira, ocorrida nos últimos anos, de um deslocamento para o leitor, com o estruturalismo e o pós-estruturalismo.

Eagleton considera que o *Estruturalismo* representou um progresso na mudança do individual para o coletivo, não mais na experiência privada, mas como produto de certos sistemas de significação. Nesta corrente se destacam pensadores como Karl Marx (1818-1883, Alemanha-Reino Unido), Sigmund Freud (1856-1939, Áustria-Londres) e Ferdinand de Saussure (1857-1913, Suíça), autores que argumentam que o significado aparente não é necessariamente o real. Já nos pós-estruturalistas haverá uma passagem da “obra” para o texto, com autores como Michel Foucault (1926-1984, França), Jacques Lacan (1901-1981, França), Jacques Derrida (1930-2004, Argélia-França) e Julia Kristeva (1941-, Bulgária-França). Nesta última vertente, a obra será uma “obra aberta” de significações, perpassada por vestígios e fragmentos de outras ideias, bem como de signos anteriores. O signo é visto como uma questão de convenção histórica e cultural, sendo que o leitor crítico passa do papel de consumidor para o de produtor. Diferente do pensamento da Nova Crítica, os pós-modernistas consideram que ler não significa fundir dois significantes diferentes, mas “é uma questão de ser apanhado por dois significantes

que não podem ser conciliados nem rejeitados” (EAGLETON, 2006, p. 219). Sendo assim, a literatura é vista como um elemento capaz de fomentar a consciência crítica do leitor sobre a realidade do mundo.

Desta forma, o autor conclui que a literatura é como um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos, e por razões diversas, a certos tipos de escritas dentro de um campo que Michel Foucault chamou de “práticas discursivas”. Pois a teoria da recepção mostra quanto, na literatura de um livro, há operações cognitivas e pressupostos culturais questionáveis, sendo que qualquer leitura de uma obra é um uso que se faz dela, em algum sentido, e, ao citar Walter Benjamin, Eagleton dirá que “não há documento cultural que não seja ao mesmo tempo um registro de barbárie” (EAGLETON, 2006, p. 313). O que vai ao encontro do estudo proposto nesta pesquisa.

## 2.2 O SURGIMENTO E A COMPLEXIDADE DE CATEGORIZAÇÃO DOS RELATOS TESTEMUNHAIS

As obras consideradas como autobiografia de ficção ou confessionais, como são nomeadas por alguns críticos, se expandiram principalmente no séc. XX, porém podem ser encontrados ao longo da história da literatura. Mas foi após a Segunda Guerra Mundial que predominou com a nomenclatura de *testemunho*, por meio dos relatos dos sobreviventes dos campos de concentração durante o Nazismo, e que obtiveram maior visibilidade e relevância na crítica social. Obviamente que resguardando as proporções e diferenças dos relatos de outros eventos que também podem ser colocados nesta categoria testemunhal como, por exemplo, as ditaduras militares e os relatos de prisioneiros ou de *minorias*.

Seligmann-Silva (2005) nos traz o exemplo de um testemunho anterior à Segunda Guerra Mundial, de Jean Norton Cru, o qual ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, em 1915. Jean começa a se interessar pelos escritos testemunhais dos soldados, seus colegas, cujo “ponto de partida é a dificuldade e a necessidade de escrever esses relatos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 83). Tema que passará a ser discutido e servirá de base para importantes debates estéticos somente após 1945, sendo que será ainda mais estudado somente após a década de 70, quando

aumentaram as abordagens metodológicas da Nova História Cultural, proporcionando uma aproximação de disciplinas para conseguir melhor analisar os objetos de estudo.

Neste sentido, para podermos realizar uma discussão sobre os testemunhos na literatura é necessário um aporte teórico com base na própria literatura, mas que perpassa o âmbito histórico, jurídico e mesmo psicanalítico. Para tal, utilizaremos autores de áreas como filosofia, literatura, história e psicanálise, pois está em debate a relação entre verdade e ficção, realidade *versus* representação, bem como os limites estéticos da obra literária, tema de ampla complexidade.

Interessante pensarmos na origem da palavra *testemunho* que vem de testemunhar algo. Sua significação pode ser tanto cristã, no sentido de testemunhos da fé, os quais se originaram no Evangelho e têm um caráter de verdade para os cristãos, que é independente da averiguação ou comprovação dos fatos narrados, como, também, poderá ser vista num sentido jurídico. Nesta segunda possibilidade a testemunha será aquela que irá fazer a declaração de algum acontecimento em que esteve presente e viu um ato ou fato delituoso, podendo ter um peso de prova para condenação de outrem no processo judicial. Outrora, os testemunhos judiciais, em função de poucos instrumentais para investigação e corroboração das provas, tinham um caráter mais predominante do que atualmente, a não ser em situações pontuais como, por exemplo, em casos de abuso sexual em que no Brasil a legislação deve garantir que a palavra da vítima e seu testemunho sejam aceitos com credibilidade, principalmente em casos que tratam de vítimas crianças e/ou adolescentes.

Além destes campos, Seligmann-Silva (2005) nos remete à utilização dos testemunhos no campo psicológico, num sentido da narrativa da situação traumática vivenciada para se conseguir uma mudança de comportamento, passando pela psicologia social, a qual irá estudar as histórias de vidas e de comunidades, chegando à psicanálise, em que toda a clínica é baseada no discurso, tendo o testemunho do sujeito como centro. A etnologia, a historiografia e a filosofia também não podem ser desconsideradas. A primeira desenvolveu e utiliza técnicas de entrevistas considerando os relatos dos participantes para suas pesquisas, o que vale para a história oral. Já para a filosofia o “testemunho tem um valor, tanto na

teoria da percepção como no estudo dos atos de linguagem testemunhais” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 72).

O testemunho será o relato que parte de uma testemunha que pode ser uma vítima, sobrevivente ou apenas telespectadora, um terceiro que presenciou alguma situação específica. O testemunho poderá se dar de diferentes formas, desde na forma oral e escrita, por exemplo, na fé cristã e nos testemunhos religiosos; documental, em formato de depoimento, pensando no campo jurídico; ou em forma de uma narrativa literária, ou até mesmo em imagens, em formato fílmico ou de documentário. Cada qual possuirá suas especificidades e peculiaridades, sendo que alguns podem se confundir ou se fundir como nos testemunhos de vítimas da ditadura militar na Argentina que tiveram reflexos no campo jurídico. Sobre a “literatura de testemunho” Seligmann-Silva (2005, p. 85) traz dois campos centrais:

a) ao invés de se falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura – após duzentos anos de autorreferência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o “*teor testemunha*” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura; b) em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação.

Diante disso, pode-se propor o testemunho na literatura para além de um gênero ou de uma categoria, mas como uma marca deixada por alguns escritores em seu texto, uma manifestação do sofrimento da história, da vivência e da violência na narrativa, uma visão “referencial”, “que não reduza o ‘real’ à sua ‘ficção’ literária” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

Os estudos literários sobre testemunhos têm duas principais vertentes da pesquisa. O campo Europeu e Norte-Americano e o campo da América Latina, os quais apesar de algumas dessemelhanças têm se aproximado mais nos últimos anos. As principais diferenças são que o primeiro se centrará mais nas discussões sobre o trabalho de memória a partir dos testemunhos oriundos da Segunda Guerra

Mundial e da Shoah. Enquanto o segundo grupo e o conceito de “testimonio”<sup>40</sup> centrará suas discussões em torno da experiência histórica da América Latina, a partir das ditaduras, “da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição de homossexuais tem sido pesquisada” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 86).

O testemunho latino-americano introduz objetos que foram também se tornando cada vez mais importantes, sobretudo nos EUA a partir das lutas pelos direitos civis e com a paralela expansão dos Estudos Culturais. Daí se perceber hoje em dia uma ampla utilização do conceito de testemunho, não apenas para se tratar de sobreviventes da Shoah, mas também para sobreviventes de outras guerras, de genocídios e para qualificar o discurso, ou contradiscurso, das mulheres, das minorias, dos soropositivos, etc. Mas o que eu gostaria de focar aqui é o momento anterior a esse encontro que tem ocorrido pela expansão dos Estudos Culturais e pela sua dissolução no discurso geral da academia. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85).

Os Estudos Culturais se utilizam dos diferentes aspectos da cultura, envolvendo outras disciplinas com o objetivo de conhecer como as identidades culturais são construídas e organizadas, num mundo de comunidades diversas e misturadas. Os testemunhos do cárcere demoraram um pouco mais para entrar em cena no Brasil, o que ocorreu principalmente a partir do ano 2000, quando encontraremos um maior número de relatos oriundos da experiência carcerária. Podemos pensar nessa literatura como vinculada aos estudos do testemunho que se ligam aos estudos culturais.

Apesar de algumas especificidades nos estudos sobre o testemunho na literatura em cada cultura, pois estarão de acordo com as experiências do país em questão, o que encontramos de universal dos testemunhos literários é a tentativa de não deixar que aquela vivência seja esquecida, de possibilitar rememorar o passado e unir seus fragmentos no presente.

Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos “vencidos”. O testemunho funciona como o guardião da memória. O risco da ênfase na memória coletiva (em oposição a outras comunidades de “memória coletiva”) é sucumbir no fundamentalismo da memória. A ética da representação, nesse caso do fundamentalismo, pode levar a uma recaída na lógica do testemunho como uma guerra entre “provas e evidências” que não deixa mais espaço para o

---

<sup>40</sup>O conceito de “testimonio” foi desenvolvido nos países de língua espanhola a partir dos anos 70.

diálogo e para a transformação da tradição. A riqueza e o segredo da força da tradição do judaísmo advém justamente do fato de se ter compreendido que a memória só existe no duplo trilho do passado e do presente. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 88).

Seligmann-Silva nos recorda de uma importante cena jurídica e nos permite refletir sobre alguns aspectos referentes à pesquisa em questão, a partir da tragédia grega de *Eumênides*, de autoria de Ésquilo, a qual faz parte da trilogia *Orestes*, que inclui também as tragédias *Agamemnon* e *Coéforas*. Nesta *Orestes* assassina sua mãe após ela ter matado seu pai com a ajuda do amante. Orestes após muitas fugas chega ao templo de Apolo em Delfos, momento em que as fúrias que o perseguem dormem e Orestes é guiado por Apolo para seguir até o templo de Atena. Atenas convoca doze pessoas para serem jurados, podendo ser retrato do primeiro tribunal que trataria de um homicídio. A votação do julgamento termina empatada, mas a deusa Atena dá seu voto final, desempatando a favor de Orestes (SELIGMANN-SILVA, 2005).

As Fúrias são pacificadas com presentes de Atena e Orestes pode voltar a Argos e ser o rei. O *plot* da peça apresenta justamente essa pacificação, esse acordo, ou compromisso, para usar uma expressão cara a Freud, entre as violentas Fúrias, representantes dos deuses ctônicos antigos, a violência sob a forma feminina e sua justiça feita com sangue (arrancando os *olhos* ou *castrando*; E. 244ss. [187 ss.]; 336 [252s.]), que nega a instituição do tribunal (E. 467 ss.[359ss.]), e, por outro lado, os deuses olímpicos, representantes da nova ordem e das novas instituições. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 88).

Essa peça foi apresentada ao público ateniense num momento que marca o início da experiência democrática e a renúncia progressiva à “lei de talião”, ou “justiça pelas próprias mãos”. A mesma representa a “invenção da justiça” e o “fim” de um sistema vindicativo, no sentido em que o tribunal irá permitir uma condenação. Mas, ao mesmo tempo, as *fúrias* que perseguem Orestes são representativas da necessidade do medo, para que a lei se faça valer e tenha o efeito desejado, pois o medo já é uma forma de punição.

A tragédia grega é complexa e pode ser estudada em vários sentidos, mas nos chamam a atenção principalmente dois aspectos. O primeiro é que Orestes era filho de um rei e ao ser liberto retorna à condição de nobreza. Ele consegue sair da

posição de *Homo sacer* em que estava, em fuga, e deixa de ser um fora da lei para ser rei. E fica o questionamento: será que se Orestes fosse oriundo de uma família que não pertencesse à soberania seria absolvido por Atena?

Por outro lado, e o que nos interessa nesse momento, é um ponto crucial para que Orestes seja libertado, que são os testemunhos que lhe são atribuídos, o que é determinante para que o tribunal seja convencido que seu crime teve um motivo e justifica sua absolvição, permitindo que ele possa retornar a sua condição de autoridade. Podemos observar que os testemunhos fazem parte da história da humanidade e estão presentes em diversas áreas, sendo difícil desvinculá-los totalmente e estudá-los de forma estratificada, mesmo quando propomos pensar em uma categoria mais específica como é o caso dos testemunhos na literatura. Algumas características estarão marcadas. Talvez a mais importante e que perpassa as disciplinas é a tentativa de preservação da memória.

### **2.2.1 O testemunho na literatura e uma crítica da autobiografia**

Neste ponto tentaremos focar mais especificamente nos testemunhos literários, mas não desconsiderando sua complexidade e relação com outras áreas. Além de Seligmann-Silva, importante teórica que nos ajuda a pensar sobre esta temática é Beatriz Sarlo (2007), a partir da análise de diversas autobiografias e testemunhos que a autora realizou e menciona em seu livro *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Sarlo faz uma análise crítica das condições teóricas, discursivas e histórias desta categoria, se assim podemos nomear. Para tal, a autora irá discorrer sobre conceitos como memória, tempo e lembrança, e a importância dos testemunhos, utilizando principalmente exemplos dos efeitos ocasionados pelos testemunhos da ditadura na Argentina.

A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. [...] Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido. (SARLO, 2007, p. 20).

A memória social e suas simbolizações, incluindo nela a arte, a música e a literatura possuem uma importância histórica, como também o “nunca mais” a que se refere Sarlo, no sentido que permitem questionar e rememorar momentos que não se quer mais que ocorram, mas isso não significa a garantia de evitá-los.

Apesar da dificuldade e da discussão do caráter ficcional ou real das obras que trazem a memória, sejam elas em formato de diário ou testemunhos, a sua importância social é ímpar, principalmente quando relacionadas a eventos sociais como as ditaduras e o próprio holocausto. Também podemos pensar nas “denúncias” às instituições, como os maus-tratos ou as precárias condições de habitação, que não despertam o devido interesse na sociedade, como é o caso dos manicômios, comunidades terapêuticas e presídios. Instituições fechadas, de pouco acesso e conhecimento.

Podemos observar que os escritos do cárcere ainda não possuem a mesma valorização social e nem literária de testemunhos das ditaduras, por exemplo, sendo considerados por muitos como uma literatura à margem, sem valor, o que vai ao encontro de como estes sujeitos são vistos socialmente. A literatura do cárcere também pode ser, e seria de suma importância que fosse, utilizada como forma de questionamento social e de denúncia das vivências nesta instituição. Mas este ainda é um longo percurso, pois primeiro é necessário que estas pessoas encarceradas sejam vistas como sujeitos e não como um sub-humano, um *Homo sacer* que pode ser morto, sem que ninguém seja penalizado.

Para Sarlo, é necessário ir do passado ao presente, “o retorno do passado nem sempre é momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente” (SARLO, 2007, p. 9). Neste sentido, a autora acredita que a lembrança se faz presente e o passado sempre chega ao presente, e para conseguirmos entendê-lo é preciso lembrar. Sendo que narrar é discursar. Ao citar Paul Ricoeur, Sarlo considera que nos testemunhos há uma hegemonia do presente sobre o passado no discurso, a qual será da ordem da experiência, apoiada na memória e na subjetividade.

O presente da enunciação é o “tempo de base do discurso”, porque é presente o momento de se começar a narrar a esse momento fica inscrito na narração. Isso implica o narrador em sua história e a inscreve em sua retórica da persuasão (o discurso pertence ao modo persuasivo, diz

Ricoeur). Os relatos testemunhais são “discurso” nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é enunciada. É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica” do tempo presente da enunciação. “O presente dirige o passado assim como um maestro, seus músicos”, escreveu Italo Svevo. E, como observava Halbwachs, o passado se distorce para introduzir-se coerência. (SARLO, 2007, p. 21).

As escritas de testemunho e as em formato de diários possuem uma característica peculiar, que é a escrita em primeira pessoa, o Eu está presente, o sujeito que escreve esteve onde os fatos aconteceram ou lhe aconteceram, sua presença faz parte do local dos fatos, é a mistura de uma história difundida em outras histórias. Por isso, esta característica não deve ser vista apenas de forma suspeita ou com desconfiança, a qual é admissível, mas também como uma “instituição social” no sentido que tem a ver com o laço social de confiança, pois a primeira pessoa vem como porta-voz da dor de muitos.

Meu argumento aborda a primeira pessoa do testemunho e as formas do passado que daí resultam quando o testemunho é a única fonte (porque não existem outras ou porque se considera que ele é mais confiável). Não se trata simplesmente de uma questão da forma do discurso, mas de sua produção e das condições culturais e políticas que tornam fidedigno. Muitas vezes se disse: vivemos na era da memória e o temor ou a ameaça de uma “perda de memória” corresponde, mais que à suspensão efetiva de algo que deveria ser lembrado, a um “tema cultural” que, em países onde houve violência, guerra ou ditaduras militares, se entrelaça com a política. (SARLO, 2007, p. 21).

O livro *Recordações da casa dos mortos*, categorizado como romance como já expomos, mas que possui a peculiaridade de na maior parte da narrativa se encontrar em um formato de relato-diário, pode ser pensado como uma escrita que traz marcas da experiência vivida pelo autor no cárcere. Poucas obras ou relatos existem do período em que a mesma foi escrita. Obviamente que tendo prudência e considerando que não se tem como saber o que de fato foi vivido, testemunhado, observado ou imaginado pelo autor, há marcas de sua experiência e de como a instituição prisional era em seu princípio de reprimenda penal regulamentada juridicamente.

Por outro lado, o testemunho de Igor Mendes, apesar de ser tido como “mais verídico”, também possui um caráter ficcional. A sua leitura pode ter um valor social de denúncia a esta instituição, de questionamento do leitor, seja ele leigo na temática ou uma pessoa envolvida, como juiz, promotor, funcionários do cárcere, familiares de pessoas presas, que possam vir a questionar sua visão e posicionamento ou até mesmo o seu fazer diário. Ou nenhum questionamento surtirá, pois isso dependerá do leitor. São dois *Eus* em jogo, o Eu que escreve e o Eu que lê, e os efeitos da leitura irão depender de ambos.

[...] os leitores podem acreditar nele, até mesmo o escritor pode escrever com essa ilusão, mas nada garante que isso remeta a uma relação vertical entre um eu textual e um eu da experiência vivida. Como na ficção em primeira pessoa, tudo o que uma “autobiografia” consegue mostrar é a estrutura especular em que alguém, que se diz chamar eu, torna-se como objeto. Isso quer dizer que o eu textual põe em cena um eu ausente, e cobre seu rosto com essa máscara. (SARLO, 2007, p. 31).

Como refere Sarlo (2007), vivemos em uma época de forte subjetividade, e a prerrogativa de que “nunca mais” algo ocorrerá não é uma conclusão para evitar repetições históricas. Desta forma, os testemunhos, ou as narrações do vivido, podem ser parte importante da memória.

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no seu comunicável, isto é, no *comum*. (SARLO, 2007, p. 24-25).

Mesmo sendo comunicação, nem sempre esta será catártica. A escrita de experiências extremas, como a Segunda Guerra, não é uma garantia de uma sustentação subjetiva daquele que escreve, pois não é possível representar tudo o que foi vivenciado, como o sentimento da perda. Como exemplo podemos pensar nos casos de suicídio ocorridos, mesmo após o relato do vivido: “Primo Levi, Jean Améry, Bruno Bettelheim” (SARLO, 2007, p. 36). A perda daqueles que também deveriam falar, mas estão ausentes, pode ser irreparável.

Existe a dificuldade de apresentar o tédio da vida que passou no campo de concentração e podemos pensar aqui, também, nos presídios. Há um limite na representação do tempo e do tédio da vida, pois “a memória tende a resgatar os ‘episódios singulares, clamorosos ou terríveis’, mas esses episódios ocorriam em um tecido totalmente desfeito, que perdera quase por completo sua qualidade social” (SARLO, 2007, p. 35). Há uma impossibilidade de representação total do que a experiência foi para o sujeito. Porém, isto não significa que os testemunhos não tenham valor, ao contrário, são matéria-prima para o questionamento e a indignação diante de tais atos ou fatos e podem ser a única fonte de conhecimento, pensando no cárcere, a única fonte interna da vivência nessa instituição, por aquele que passou pela experiência de prisioneiro, daquele que estava ali. Se não fossem esses relatos, apenas o que se teria seriam dados estatísticos, quantitativos, uma visão social midiática deturpada ou relatos externos de trabalhadores ou outras pessoas (não que estes não sejam válidos, mas a vivência do prisioneiro é singular).

Ao mesmo tempo em que a narrativa permite que a experiência seja exposta e expandida para aquele que escuta ou lê, em uma temporalidade que unirá presente e passado podendo estar em constante atualização, ela também possui suas limitações. Walter Benjamin propõe pensar que nas narrativas da Segunda Guerra Mundial haveria um esgotamento do relato, pois sofreram um esgotamento da experiência, no sentido de que ela extrapolou a linguagem. Sarlo considera esta perspectiva benjaminiana como pessimista e melancólica, pois na Segunda Guerra o que “ficou ausente não foi simplesmente o relato vivido, e sim a própria experiência como fato compreensível: o que aconteceu na guerra provaria a relação inseparável entre experiência e relato [...]” (SARLO, 2007, p. 26).

Para Sarlo esse tom melancólico de Benjamin pode ser pensado anteriormente à guerra, apesar de esta ter tido um caráter definitivo ao encerramento do ciclo das narrações apoiadas na experiência: “Vários séculos antes, na emergência da modernidade europeia, o narrador do gesto e da voz, como Odisseu ou os evangelistas, começou a perder o domínio de sua história” (SARLO, 2007, p. 26). O *Quixote* seria uma marca disso, que vai desde o romantismo até os formalistas russos. Os romances se tornaram um lugar de possibilidade de transmissão, momento em que o risco da experiência começa a se interiorizar na subjetividade moderna, “o relato da experiência se torna tão problemático como a

própria possibilidade de construir seu sentido. E isso séculos antes de Flaubert e de *A educação sentimental* (SARLO, 2007, p. 27). Com o advento do capitalismo este teria um efeito subjetivo de emudecimento.

Sarlo traz uma possível semelhança entre os testemunhos e o romance, a qual estaria nos detalhes. Ou seja, o romance poderia se utilizar de estratégias discursivas dos testemunhos, como estar em primeira pessoa, e o testemunho de estratégias do romance, como da narrativa de detalhes do cotidiano. A autora irá chamar de “realista-romântico” o modo de relato com “essas características da narração testemunhal que, justamente por estarem respaldadas por uma subjetividade que narra sua experiência, dão a impressão de colocá-las além do exame” (SARLO, 2007, p. 55).

Alguns pontos são interessantes de observarmos. Um deles é que os livros sobre a experiência no cárcere escritos por autores reconhecidos, como é o caso de *Recordações da casa dos mortos*, de Dostoiévski (1861), *A balada do cárcere de Reading*, de Oscar Wilde (1898), ou *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos (1953), tiveram e têm uma maior aceitação tanto do cânone como dos críticos literários. Já as obras escritas por aquele que não tinham o mesmo prestígio literário tiveram e têm uma maior dificuldade de aceitação, é como se a obra ficasse à margem<sup>41</sup>.

Por outro lado, podemos pensar que cada época possui suas formas literárias. Após os anos de 1960/70 ocorre um aumento e uma proliferação de reportagens, documentos, congressos, manifestações, disciplinas sociais e outras formas discursivas e de discussão dos fatos e o fortalecimento de outras formas literárias como os testemunhos. Sendo que nos últimos anos os testemunhos do cárcere, principalmente no Brasil, realizado por escritores não reconhecidos, ganharam mais força a partir dos anos 2000, quando são lançadas diversas obras de pessoas que relatam sua experiência como prisioneiros, tais como: *Diário de um detento* (2001), de Jocenir; *Sobrevivente André Du Rap (do Massacre do Carandiru)* (2002), de André Du Rap e Bruno Zeni; *Memórias de um sobrevivente* (2001), de Luiz Alberto Mendes; *Vidas do Carandiru* (2002), de Humberto Rodrigues, e A

---

<sup>41</sup>Um dos motivos para a escolha da análise das obras desta pesquisa foi poder observar a importância da obra de um autor mais reconhecido pela crítica mundial e de outro que não tem tamanho reconhecimento, com o intuito de demonstrar que ambas as escritas possuem sua importância de crítica à sociedade e ao cárcere.

*pequena prisão* (2017), de Igor Mendes. Podemos observar que a maioria destas obras foram originadas por relatos de detentos que estavam no massacre do Carandiru, ocorrido em 1992. Após quase 20 anos começam a aparecer as vozes dos sobreviventes em forma de relatos.

Estas obras dão voz a pessoas excluídas socialmente e têm um cunho de crítica política, mas também de denúncia das condições a que são expostas neste ambiente. Como mencionamos, a valoração destes livros ainda não é a mesma de testemunhos de sobreviventes ou prisioneiros de períodos ditatoriais, parece que a prisão não é considerada a mesma. Não significa que eles não tenham uma importância social, ao contrário, observa-se que existe uma curiosidade social em torno da vida na prisão, mas uma curiosidade que ainda fica no campo individual, o caminho para o devido reconhecimento ainda é lento e longo, mas estas escritas vão interpelando e suscitando por essa mudança.

Dentro da temática dos testemunhos, surge a questão da autobiografia, para a qual conceituados teóricos propuseram e propõem estudos de textos de cunho autobiográfico, os quais possuem uma metodologia diversa, ou seja, desde um grupo de estudiosos que procuram a identificação de características que permitiriam classificar esses textos como biografia, autobiografia, romance autobiográfico e autoficção. Para tal, utilizam o apoio de outras áreas das ciências humanas, como história, filosofia, sociologia, psicologia, antropologia e teorias da linguagem. Há ainda aqueles estudiosos que irão considerar que é impossível a verificação de que se o que foi contado de fato é verídico ou não, pois para eles toda narrativa será ficcional. Falaremos mais sobre esta temática.

Um importante teórico do primeiro grupo, que conceituou sobre alguns problemas ligados à autobiografia, é o francês Philippe Lejeune. O autor irá propor o conceito de *pacto autobiográfico*, ou seja, que para ser valorado como autobiografia deve ter algumas características, considerando a autobiografia um gênero literário. A primeira vez que utiliza o termo foi no ano de 1973, em um ensaio intitulado “O Pacto autobiográfico”, publicado na revista *Poétique*; posteriormente, reaparece em 1975 como um ensaio que abre um livro que também recebe o título de *O Pacto autobiográfico*. No ano de 1986 escreve um segundo texto intitulado “O Pacto autobiográfico (bis)” e no ano de 2001 um terceiro texto, “O Pacto autobiográfico 25 anos depois”.

Algumas críticas se deram a este conceito por considerá-lo demasiado normativo e dogmático e por não abarcar as obras que poderiam ser classificadas como híbridas ou entre-gêneros, observa-se uma polarização. Lejeune admite que seu texto traz um caráter normativo, entretanto justifica que o mesmo se deu pela necessidade de inserir a autobiografia no campo literário, à qual o autor considerava que não era dada, por muitos críticos, a importância devida, era como se fosse uma “literatura secundária” ou “não literária”.

De acordo com Bungart Neto (2012), em seu estudo sobre as obras de Lejeune, as biografias e autobiografias seriam textos “referenciais” (em oposição às formas de ficção, que aderem ao *pacto romanesco* e trabalhariam com a verossimilhança), isto pelo fato de que ofereceriam informações sobre certa “realidade” externa ao texto e poderiam ser submetidas a uma “prova de verificação”, como no discurso científico ou histórico.

Posteriormente, Philippe Lejeune faz uma autocrítica a sua teoria ampliando alguns pontos como, por exemplo, ao gênero memorialístico de identificação/disfarce de pessoas do discurso, horizonte de possibilidades de confissões/semi-confissões/omissões voluntárias, uma abertura aos mais variados subgêneros que surgem constantemente, como a autoficção. Além disso, outra mudança feita pelo autor foi em admitir que a autobiografia pode ser em forma de poesia, oposto ao que inicialmente havia proposto. Questionando, inclusive, a partir do estudo da obra de Marcel Proust, sobre a possibilidade de um “espaço ambíguo”, uma vez que o pacto romanesco pode ser quebrado por “indícios autobiográficos” (BUNGART NETO, 2012).

Ao questionar a qual gênero pertenceria a obra *À la recherche*<sup>42</sup>, de Proust, se esta seria um romance, uma autobiografia ou autoficção, coloca a possibilidade da dificuldade, quase impossibilidade de se chegar a uma resposta definitiva e objetiva, como o que é proposto pelas ciências naturais. Diante do exposto e da dificuldade na definição do que é “verdade” na obra literária, mesmo sendo ela autobiográfica, ou outro termo utilizado para dizer que tal história é verdadeira, e diante das interrogações que vão se colocando ao teórico no desenrolar de sua

---

<sup>42</sup>Esta obra foi escrita entre os anos de 1908-1909 e 1922, e publicada entre 1913 e 1927 em sete volumes, sendo que os três últimos foram postumamente.

teoria, nos convoca a pensar na complexidade de definir o que seria autobiografia. Pois temos como definir o que é verdade?

Propomos pensar que não é possível saber qual é o mais verdadeiro: a autobiografia e os testemunhos ou o romance. Talvez nenhum seja ou ambos sejam. No romance ao não falar em nome próprio o autor poderia estar mais livre sem a preocupação com a “verdade”, sem a necessidade de uma exatidão, pois é marcado pelo caráter ficcional. Enquanto na autobiografia, e pensando também nos testemunhos, que são colocados diante do aspecto de obrigatoriedade, talvez essa necessidade de exatidão obstrua a “verdade” com suas complexidades. Podendo, assim, um estar presente no outro e vice-versa.

Olney (2014) considera que o estudo da autobiografia se desenvolve em três etapas que coincidem com os três componentes da palavra *auto-bio-grafia*. O *bios* seria a capacidade de um processo existencial; *autos* se referiria a uma identidade e *grafia* a atividade. A fase da *bios* teria início com Wilhelm Dilthey indo até aproximadamente 1950. Até este período predominava o entendimento da autobiografia como uma forma literária voltada para a reconstrução de uma vida. Além dos dados e das marcas verídicas, o que estava em jogo era a compreensão dos princípios organizadores da experiência. O *auto* ocorreria a partir de Georges Gusdorf em seu artigo “Condições e limites da autobiografia”, escrito em 1956; no qual a análise se centra na conexão entre o texto e o sujeito. Ou seja, esta concepção vai contra o pensamento positivista que vigorava até então e considera a impossibilidade de recriar fidedignamente a trajetória de uma pessoa ou de uma experiência vivida. A terceira fase seria da *grafia*, com Paul de Man.

Nesta perspectiva, se pensarmos na obra de Dostoiévski, a qual está em formato de romance e assim é categorizada, também possui traços do que vem a ser denominado como uma autobiografia de ficção ou um romance autobiográfico, no sentido que trata de uma temática relacionada à vida do escritor, baseada em uma experiência vivenciada por ele. Seguindo as contribuições de De Man (2012), a categorização é de romance, pois é problemático definir a autobiografia enquanto um gênero seria mais cabível pensarmos na autobiografia enquanto figura de leitura.

Neste sentido, a autobiografia não sendo um gênero nem um modo, mas uma figura de leitura, ela pode ser verificada, de certa forma, em todos os textos. Isso significa “que todo o livro com uma capa inteligível é, até certo ponto, autobiográfico”

(DE MAN, 2012, p. 3). Mas, ao mesmo tempo, não é, ou seja, o momento autobiográfico será determinado pelos dois sujeitos envolvidos no processo de leitura, o Eu que lê (o leitor) e o Eu que escreveu (o autor). Nas palavras de De Man (2012, p. 3):

O momento autobiográfico ocorre como um alinhamento entre os dois sujeitos envolvidos no processo de leitura em que eles determinam um ao outro por substituição reflexiva mútua. A estrutura implica diferenciação assim como similaridade, na medida em que ambos dependem de um intercâmbio substitutivo que constitui o sujeito. Esta estrutura especular é interiorizada em um texto no qual o autor declara ser ele o sujeito de seu próprio entendimento, mas isto meramente torna explícita a maior reivindicação de autoridade que tem lugar a cada vez que um texto é tido como *de alguém* e assumido como inteligível por esse mesmo motivo.

Podemos pensar que o mesmo ocorre nos relatos de testemunho, apesar de ser um relato do “fato” não pode ser tido como uma verdade absoluta, ou mesmo da autobiografia, pensada puramente no sentido do termo, que dependeria da comprovação ou verificação dos fatos. Em ambos não pode ser desconsiderado que a escrita passa pela subjetividade, imaginário e fantasias daquele que escreve.

De Man utiliza da metáfora da porta giratória de Genette para exemplificar a dificuldade de uma definição genérica da autobiografia.

[...] ela acertadamente conota o movimento giratório dos tropos e confirma que o momento especular não é primordialmente uma situação ou um evento que pode ser localizado em uma história, mas que é a manifestação, no nível do referente, de uma estrutura linguística. O momento especular inerente a todo ato de entendimento revela a estrutura tropológica que subjaz a toda cognição, incluindo o conhecimento de si. (DE MAN, 2012, p. 3).

Não teria sentido o leitor ficar procurando em uma obra literária a revelação de um conhecimento e/ou acontecimento confiável de si mesmo, de forma que fechasse as possibilidades a verificar uma autenticidade da obra e dos fatos por ela narrados. Talvez justamente a magia da literatura esteja no imaginário do leitor e na dúvida se aqueles fatos foram ou não vivenciados pelos autores.

### 2.3 “HISTÓRIA FICCIONAL” VERSUS “HISTÓRIA VERÍDICA”?

Diante do exposto, é importante refletirmos sobre o caráter de real ou ficcional das obras literárias, especialmente das aqui estudadas. Hayden White traz importantes contribuições sobre a diferenciação, ou não, de eventos históricos e eventos ficcionais. Segundo o autor, os primeiros se ocupariam de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço: “eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de evento quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados” (WHITE, 2001, p. 137). Possuem, em comum, tanto as formas dos seus discursos como o objetivo de suas escritas.

Esse questionamento sobre as particularidades e similaridades das obras ficcionais e da história não é algo novo, mas que ainda gera muitas discussões e oposições de pensamento. Autores como R. G. Collingwood, Paul Veyne, Hayden White e Paul Ricoeur possuem um pensamento similar ao dissertar sobre o conceito de “histórias verídicas” e “histórias ficcionais”. Por outro lado, Michel Foucault irá fazer uma desconstrução da história ou de como ela é tida socialmente, e a partir da psicanálise podemos pensar que todo o discurso, ou formas de linguagem, terá relação com a ficção.

Collingwood (1986, p. 343) traz uma importante indagação: “pode o historiador conhecer o passado?”. E responde que o passado não é dado como um fato, mas a história se escreve a partir de percepções e de hipóteses, as quais ocorrem por relatos de testemunhas que viveram ou ouviram sobre os episódios ocorridos, bem como o pesquisador se utiliza de documentos comprobatórios e vestígios. A partir disso, o historiador precisará “reconstruir o passado no seu próprio espírito” (COLLINGWOOD, 1986, p. 343). Ou seja, o historiador precisará interpretar, realizar uma espécie de investigação, ao seu modo e passando por sua subjetividade e ideologias, para narrar a história.

Veyne (1982, p. 11), por sua vez, diz que a “história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso”. O autor compara a história ao romance, dizendo que nenhum dos dois faz “reviver” os eventos, possuindo semelhanças, pois tanto

na história como no romance há uma seleção, “a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória quando evocamos os dez últimos anos que vivemos” (VEYNE, 1982, p. 11).

Para Veyne (1982, p. 18), os leitores mais críticos terão a consciência de “que um livro de história não é, na realidade, o que aparenta ser”, mas ele possui lacunas, as quais o leitor crítico reconhecerá. Essas lacunas podem ser mal preenchidas, pois os historiadores recortam as histórias ao seu modo: “Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância dependa, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem uma grandeza absoluta” (VEYNE, 1982, p. 20).

Veyne (1982) considera que o historiador se interessa pela especificidade dos acontecimentos individuais e não pela sua originalidade, o que ocasiona a formação de uma trama. Assim, um mesmo acontecimento pode ser composto por várias tramas.

Os historiadores narram tramas, que são tantas quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo (o qual é divisível até o infinito e não é composto de partículas factuais); nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História. (VEYNE, 1982, p. 30).

Como dissemos, para White, a diferença entre o historiador e o romancista é que o escritor ficcional inclui em sua escrita sua imaginação e criatividade. Não temos como saber o que foi verdadeiramente vivido e o que foi imaginado pelo escritor.

Mas o escopo do escritor de um romance deve ser o mesmo de um escritor de uma história. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade” de uma história. Ambos desejam oferecer uma imagem verbal da “realidade”. O romancista pode apresentar a sua noção desta realidade de maneira indireta, isto é, mediante técnicas figurativas, em vez de fazê-lo diretamente, ou seja, registrando uma série de proposições que supostamente devem corresponder detalhe por detalhe a algum domínio extratextual de ocorrências ou acontecimentos, como o historiador afirma fazer. Mas a imagem da realidade assim construída pelo romancista pretende corresponder, em seu esquema geral, a algum domínio da

experiência humana que não é menos “real” do que o referido pelo historiador. (WHITE, 2001, p. 138).

Utilizando as contribuições de Paul Ricoeur sobre a referida questão, o autor segue a mesma lógica dos demais, porém inova ao dizer que a ficção se cruza com a história por meio da refiguração do tempo, a qual é possibilitada pela leitura. Segundo Ricoeur, esta refiguração é permitida pela *mimeses*, a qual apresenta o mesmo processo metafórico, compreendida a partir do conceito de Aristóteles como ação e como um processo ativo e dinâmico capaz de produzir a representação ou a imitação da ação. Neste sentido, a história e a ficção vão ao encontro de uma teoria da recepção; para isso, o ato de leitura é fundamental.

O autor considera que o ato de ler pode proporcionar uma inversão entre as narrativas históricas e ficcionais, pois a história se serve de alguma maneira da ficção para refigurar o tempo e a ficção se serve da história com o mesmo intuito, sendo que ambas se valem uma da outra para recriar o tempo.

Para Ricoeur o tempo da ficção e o tempo da história se *recruzam*, no sentido em que rompem com a concepção corrente de que entre a irrealidade da ficção e a realidade do passado a dissimetria é total. Para apoiar esta colocação, traz a questão do conceito de “realidade” aplicado ao passado, sendo este considerado como algo que tenha sido observado (ou não, pois pode ter apenas sido relatado por “testemunhas”), sendo algo do campo do memorável.

Diferente de White, Ricoeur dirá que a narrativa histórica também irá entrar no campo da imaginação para se ter uma configuração do passado, sendo que esta também imita, em sua escrita, os tipos de armação da intriga herdados pela tradição literária. Por outro lado, a ficção é quase histórica, na medida em que os acontecimentos irrealis que ela relata são passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; “é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história” (RICOEUR, 1997, p. 329).

[...] no final de minhas análises dos “jogos de tempos”, uma hipótese que me parece encontrar, aqui e agora, sua melhor legitimação. Segundo essa hipótese, os acontecimentos contados numa narrativa de ficção são fatos passados para a *voz narrativa*, que podemos considerar aqui como idêntica ao autor implicado, ou seja, a um disfarce fictício do autor real. Uma *voz* fala, contando o que, *para ela*, ocorreu. (RICOEUR, 1997, p. 329).

Nessa perspectiva, os acontecimentos de ambas as histórias – ficção ou *realidade* – são colocadas para o leitor como uma narrativa. O papel do leitor é entrar numa espécie de contrato com o autor no momento em que se ocasiona o ato da leitura, pois inclui os acontecimentos relatados pela voz narrativa como pertencentes ao passado dessa voz que fala.

Pensando na obra de Dostoiévski *Recordações da casa dos mortos*, mesmo sendo em formato de romance, ela traz em seu âmago certos acontecimentos históricos marcantes que se assemelham à historiografia e à memória. Poucas obras datadas do período em que a obra de Dostoiévski foi escrita conseguem desenvolver em seu relato as especificidades vividas dentro de um presídio, o que ocasiona uma espécie de caráter histórico, no sentido que funde com a ficção o poder de provocar uma ilusão da presença do acontecimento e do sofrimento, preservando a sua memória. Entra nesse aspecto a verossimilhança, na qual a voz narrativa implica ao mesmo tempo um disfarce do autor, mas esta voz beira o provável, das possibilidades de resgate da memória e de aproximação dos fatos vivenciados.

Um importante recurso utilizado na escrita do romance é que a sua maior parte está em formato de um relato-diário, o que traz algumas peculiaridades. Podemos pensar no que Seligmann-Silva pontua sobre essa categoria de escrita, ou seja, que a ficção em forma de diário poderia mostrar o local do testemunho no campo literário, pois “teria uma tendência para a verdade” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 6) um trabalho literário que traz consigo marcas do real.

Não se trata de uma “antifissão”, como quer Lejeune, mas de uma inscrição da vida – e da morte. Fantasia e literatura não impedem que acreditemos no “real” que estava na sua origem. É como se no diário se fundissem “autor”, texto e temporalidade.

Tamanha é a força perlocutória de convencimento do ato de escrita do diário, que ela se reverbera em boa parte da literatura, sobretudo desde o Romantismo, como vemos em Goethe, Dostoiévski, Kafka, Graciliano Ramos, Thomas Bernhard, Georges Perec, W.G. Sebald, J.M. Coetzee, entre tantos outros autores. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 7).

Podemos considerar que a escrita em formato de diário possibilita uma aproximação com o testemunho, pois coloca o leitor em uma posição semelhante, de proximidade com a “realidade”. Tanto as obras de ficção como os testemunhos

fazem uma seleção do que será escrito, mesmo tendo sido uma experiência vivenciada pelo autor, este não conseguirá escrever tudo que viveu, e nem exatamente da forma que foi, é necessário “eleger” ou coletar os fragmentos do que restou na memória, colocando o leitor em um papel mais ativo. Pois:

O testemunho e o diário são dispositivos que surgem na literatura dentro deste embate entre este Eu moderno e o Mundo, sobretudo quando o mundo se apresenta como uma manifestação violenta. Testemunho e diário são marcas ou pegadas do indivíduo na era da sua desapareção. Este indivíduo precisa se apegar a um Eu que ele está recriando e reafirmando tanto quanto lhe é permitido por um mundo que o puxa, se não para o extermínio, ao mesmo para o anonimato e para suas insignificâncias. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 7).

Pensando na obra *A Pequena Prisão*, a qual vem num formato de testemunho do período em que o autor Igor Mendes esteve recluso, apesar de ser considerada “verídica”, no sentido de ser um relato, também será, em certa medida, ficcional, pois possui seus limites de realidade, ou seja, ao narrar, a *testemunha*, pensando aquele que vivenciou os fatos e não apenas do que presenciou uma cena de um terceiro, ao descrever o momento traumático, não conseguirá fazê-lo em sua totalidade, ou seja, é impossível uma tradução total da cena vivenciada. De acordo com Seligmann-Silva (2010, p. 5), literatura de testemunho relaciona não apenas a oralidade narrativa, mas a visão e a capacidade de julgar, sendo que o testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”.

A semelhança pontuada por Ricoeur, no entendimento entre o recruzamento da história e da ficção, se dá em virtude de que ambas só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando empréstimo da intencionalidade da outra. Assim, “a história se serve, de algum modo, da ficção para refigurar o tempo e, por outro lado, a ficção se vale da história com o mesmo objetivo” (RICOEUR, 1997, p. 317). Independentemente se a história é ficcional ou “real”, só se pensará sobre ela no momento em que se transforma em narrativa, quando entra no campo da linguagem, se decompondo em palavras ou em escrita.

[...] o *entrecruzamento* entre a história e a ficção na refiguração do tempo se baseia, em última análise, nessa sobreposição recíproca, quando o momento quase histórico da ficção troca de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar de tempo humano, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo. (RICOEUR, 1997, p. 332).

Ao mesmo tempo em que a “história verídica” precisará de fatos comprobatórios, a história ficcional também precisa representar, ser imagem de algo. Pensamos que tanto a história contada por Dostoiévski como a contada por Igor Mendes podem ser consideradas como representações do sentimento humano aprisionado. Por isso, surgem os questionamentos: quem conseguirá extrair de forma mais profunda o sentimento no âmago dos fatos? O historiador, que está à margem da história (que em muitas ocasiões é contada anos após sua ocorrência e cercada por questões ideológicas), ou o escritor ficcional, que pode ter feito parte da história (apesar de também ter suas ideologias)? Para exemplificar, podemos pensar nos textos “ficcionais” sobre a Segunda Guerra Mundial ou dos períodos ditatoriais, foi a partir deles que mundialmente se pôde conhecer e saber de alguns dos inúmeros episódios ocorridos. Algo semelhante ao que ocorre no submundo dos presídios. Conhecemos a teoria, por meio de textos históricos, sociológicos, antropológicos, mas foi por meio dos relatos de prisioneiros que pudemos nos aproximar da vivência e das particularidades deste sistema.

Pensando a partir das formulações psicanalíticas toda a história, até mesmo a contada em análise, será, de certo modo, ficcional. A psicanálise, desde Sigmund Freud e principalmente a partir de Jacques Lacan, também irá nos ajudar a refletir sobre a importância da literatura, da imaginação e de como todo discurso, o qual sempre estará incluído na linguagem, será de certa forma ficcional. Mesmo no processo de escrita de um caso clínico, oriundo do tratamento analítico, haverá uma interpretação daquele que escuta. O analista terá entre suas tarefas não apenas conduzir o analisando para recordar o esquecido; para além disto, está em jogo completar o que foi esquecido, construir, a partir de traços deixados pela experiência. Freud (1937) compara o trabalho do analista ao do arqueólogo, sendo que a semelhança de ambos estaria em reconstruir, por meio da suplementação e da combinação, os restos que sobreviveram. Entretanto, a diferença é que o

arqueólogo teria como objetivo a reconstrução e o final dos esforços do escavador, enquanto para o psicanalista a construção seria apenas o trabalho preliminar.

O trabalho analítico dá-se pela comunicação de um fragmento da construção, para que este aja no paciente; então um novo fragmento é comunicado. É necessária uma interpretação, sendo esta fundamental para o tratamento: “Interpretação aplica-se ao que se faz com um elemento isolado do material, uma associação, um ato falho ou coisas semelhantes. Uma construção é quando se apresenta ao analisado um fragmento de sua esquecida pré-história” (FREUD, 1937, p. 398). Para que esta interpretação seja possível será necessário que se instale a transferência entre analista e analisando.

Na análise de seus pacientes, Freud desenvolveu outro conceito de suma importância, que é o da *realidade psíquica*. Ou seja, observou que seus pacientes “mentiam” durante o processo terapêutico, mas esta mentira não era inteiramente mentira, o que acontecia é que existia uma verdade externa e uma verdade interna, ou inconsciente. Sendo que “as fantasias possuem realidade psíquica, em contraste com a realidade material, e gradualmente aprendemos a entender que no mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva” (FREUD, 1915-1917, p. 430). Desta forma, não serão mentiras contadas, mas verdades inconscientes, podemos dizer que uma *ficção* psíquica.

Costa (1998) nos ajuda a pensar sobre a *ficção do si mesmo*. A autora pontua que, para Freud, o que ocasiona o trauma não é o fato em si, mas a sua lembrança, ou seja, o efeito traumático ocorre *a posteriori*. Na neurose irá se operar uma divisão entre mundo interno e mundo externo, sendo que o segundo ditará as regras sobre o primeiro, ou seja, os atos realizados pelo sujeito serão orientados pelo mundo interno, o qual é permeado de desejos e fantasias. Por isso, o sofrimento do neurótico se dá por reminiscências das ressignificações dadas ao mundo.

Segundo Freud, fantasia e desejo vão produzir uma nova versão da realidade. Os atos não precisam ser realizados para que se cumpra o desejo e desejar passa a ser a verdade que substitui a realidade. Ou seja, se alguém se sentir culpado pela morte de outrem, não adianta convencê-lo do descabido de tal sentimento, porque não há nada de mais realidade que o desejo. (COSTA, 1998, p. 61).

Pode-se observar que mesmo as narrativas em análise são organizadas num formato de novela e/ou de mito, sendo que será a partir da ficção, ocorrida desde a infância, que é possível formar as figuras do Outro. A ficção entra na vida do sujeito desde muito cedo, com os contos infantis que possibilitam que a criança interprete o mundo real a partir de suas narrativas. Encontramos no sujeito “uma interpenetração entre ficção e realidade, de tal forma que o que for real somente se registra como ficcional e a ficção constitui uma verdade” (COSTA, 1998, p. 61).

O filme de Roberto Benigni e Vincenzo Cerami *A Vida é Bela*, de 1997, nos permite visualizar um exemplo da tentativa de um pai reduzir o sofrimento do filho durante a Segunda Guerra Mundial. O personagem Guido Orefice, judeu dono de uma singela livraria na Itália, é capturado e mandado para um campo de concentração em Berlim, juntamente com seu filho Giosué. Mesmo ambos estando em um campo de concentração, Guido vai contando uma história para que o filho imagine que está em outra situação; com o objetivo de protegê-lo do horror em que estão inseridos, faz com que a criança acredite que eles estão em um jogo. No dia a dia nosso desejo e imaginário também criam histórias para suportarmos as mazelas da vida, sendo que a ficção é nossa maior realidade.

[...] não há nada de “mais real” que a ficção, não há nada “por trás” da ficção. Nosso *eu* é uma ficção construída, no lugar de um dejetivo corporal qualquer, que necessita o reconhecimento do outro para que se torne algo possível de compartilhar. Não há nada de “mais verdade” do que isso. (COSTA, 1998, p. 61).

A ficção não tem na psicanálise um estatuto de conceito, mas podemos observar que ela possui uma importância desde os seus primórdios, sendo que o psicanalista também será um relator dos testemunhos daquele que é escutado. Como traz Ana Costa (1998), Lacan, em *O Seminário - Livro 11*, fará uma importante discussão sobre a contraposição entre verdade e mentira, a qual é debatida desde o pensamento filosófico:

Ele desfaz, de forma mais banal possível, uma condição de nosso pensamento que tem sido desdobrada, desde a metafísica até a hermenêutica, na discussão sobre a verdade e a interpretação. Tomando o exemplo de um problema simples de lógica, ele pergunta: como é possível que alguém afirme mentiroso dizendo a verdade se ele nada mais faz que

mentir? Tira, assim, a análise do conteúdo passando-a para o ato de enunciar. É então que o mentiroso pode dizer a verdade porque ele é somente aquilo que se afirma no ato de enunciar. Verdade e mentira saem do estatuto da realidade e passam a validar-se somente pelo ato de enunciá-las e compartilhá-las. (COSTA, 1998, p. 67).

Neste sentido, podemos pensar que a ficção faz parte do sujeito e tudo será uma interpretação a partir do mundo interno de cada um. Assim, o trabalho do analista além de escutar será o de interpretar, o que pode ser semelhante ao que ocorre na literatura, porém nesta a interpretação passa pelo leitor e, como não existe um analista universal, também não existirá um leitor universal, que possa dar um sentido único a uma fala ou, no caso da leitura, a um escrito, em ambos podemos pensar que haverá uma seleção. Mas, por outro lado, somente haverá um reconhecimento, terá um sentido, a partir da interpretação, tanto do sujeito como do texto, ambos precisam de um outro que os “leia”.

Jacques Lacan, ao falar do mito individual do sujeito, considerou que a “ficção mantém uma relação singular com alguma coisa que está sempre por trás dela, e da qual ela porta, realmente, a mensagem formalmente indicada, a saber, a verdade”, concluindo que “a verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (LACAN, 1956-1957, p. 258-259). A partir destes pressupostos, podemos pensar num paralelo do mito individual ao mito coletivo, sendo que o primeiro se construirá a partir de elementos retirados do passado do sujeito. Já o mito coletivo terá sua estrutura concebida pela tradição coletiva, será compartilhado em uma dada cultura. Podemos observar como na história social muitos fatos tidos como verdade em um período são “desmascarados” anos ou gerações após seu acontecimento. Nem sempre a verdade aparece, e muitas vezes a ficção se torna uma verdade ou vice-versa, a verdade se torna ficção. Quantos nazistas ou militares após o término da guerra ou da ditadura tiveram suas vidas baseadas em mentiras, tidas por muitos como verdades. Quantos fatos históricos foram camuflados ou contados de acordo com a ideologia de seu narrador. Por outro lado, a arte, o teatro, a dramaturgia, a literatura, amalgamadas pela ficção, são capazes de apresentar um mundo bem verossímil.

Seguindo esse aspecto, não poderíamos deixar de considerar as formulações e desconstruções de Michel Foucault sobre o conceito de história. Críticos como, por exemplo, Sartre acusaram Foucault de “estar assassinando a História”. Porém, o que Foucault irá fazer é uma importante desconstrução da história no sentido em

que traz esta como fabricada em momentos particulares. Não diz que a história não existe, mas que a verdadeira história está camuflada ou distorcida por uma espécie de “história-mito”, que passa a ser construída como uma história universal. Ao contrário de desvalorizar ou assassinar a história, o que Foucault sempre fez foi tentar reconstruí-la, porém a partir do olhar interpretativo daqueles que nela não estão incluídos, como os loucos e os presos.

No início de seu livro “As palavras e as coisas”, utiliza como metáfora o famoso quadro “As Meninas” de Diego Velázquez. Neste quadro a imagem de um espelho deixa dúvidas se o “real” está no espelho ou no instante da imagem. Traz uma importante reflexão sobre a dificuldade de falar/pintar ou escrever aquilo que de fato se viu.

Trata-se de duas coisas irreduzíveis uma à outra: por mais que se tente dizer o que se vê, o que se vê jamais reside no que se diz; por mais que se tente fazer ver por imagens, por metáforas, comparações, o que se diz, o lugar em que estas resplandecem não é aquele que os olhos projectam, mas sim aquele que as sequências sintácticas definem. (FOUCAULT, 1966, p. 25).

Quem de fato se reflete no espelho? O que é verdade e o que é ilusão? A lógica de Foucault vai no sentido de que se criou uma espécie de convenção, uma conveniência sobre as coisas. Talvez possamos pensar que será por intermédio destes espaços e das pessoas que estão escondidas na história que poderemos ver uma parte do que está refletido no espelho da história, daquilo que não nos foi contado, mas que ficou escondido pela convenção e simpatia do que deveria ser considerado como histórico.

[...] todos os nexos da analogia são sustentados, mantidos e duplicados por esse espaço da simpatia e da antipatia que não cessa de aproximar as coisas e de as manter à distância. Através desse jogo, o Mundo permanece idêntico; as semelhanças continuam a ser o que são e a assemelhar-se. O mesmo permanece o mesmo, e fechado sobre si. (FOUCAULT, 1966, p. 45).

A história em si delimita o sujeito e a sociedade a partir de fragmentos e convenções. Poderíamos pensar a arte como uma linguagem que permite trazer

algumas nuances, marcas, para ser decifradas e expor um pouco do escondido. Obviamente que nem todas as artes podem ser pensadas dessa forma, até porque a arte também pode servir para assegurar a lógica do encobrimento e do poder. Mas aquelas que estabelecem uma representação que permite falar sobre ou daquilo que foi calado, de dar voz às vozes que foram deixadas de lado, esquecidas, poderão por meio da escrita manifestar os espaços vagos das similitudes e do reflexo escondido do espelho. Para isso, será necessário decifrar o que está encoberto, interpretar e revelar, por meio das marcas visíveis, as invisíveis.

A história pode ser entendida, a partir de Foucault, como uma narrativa, mas não a narrativa histórica ou a escrita da história, e, sim, das condições de existência dos homens no decorrer do tempo. Justamente, aquela que escapa à consciência, e sai não da ordem da necessidade, mas do respeito à liberdade, da invenção. Desse modo, a história vai se opor àquela imagem de tranquilidade, mas pertencerá mais à ordem da casualidade e se manifesta justamente pelas rupturas e pela violência ocorrida e não pelas continuidades conciliadoras.

Para isso, é necessário se dispor a questionar as verdades impostas. Como existem narrativas necessárias para manter a lógica do poder, há as narrativas que permitem desmistificar essa lógica, fazer o oposto, desconstruir as formas de poder e dominação que se pretendem absolutas. Foucault propõe pensar a história de determinadas problematizações, fragilizando as evidências das verdades absolutas, as quais consideram como verdades fabricadas. Pensamos, aqui, a literatura de Dostoiévski e de Mendes, especialmente as obras *Recordações da casa dos mortos* como *A pequena prisão*, como uma possibilidade de descontinuidade, de um outro olhar de reflexão sobre as imposições colocadas socialmente sobre a instituição prisional.

Neste sentido, indiferentemente das narrativas serem “verídicas”, ser uma autobiografia ou semibiografia, romance ou testemunho, não diminui a significação e importância histórica e social de ambas, pois sua verossimilhança com a realidade permite um questionamento sobre uma instituição que faz parte e reflete muitos aspectos de nossa sociedade, que é o cárcere.

A partir dos autores aqui estudados, podemos constatar que tanto a história como o romance seguem convenções de seleção, organização, diegese, ritmo temporal e elaboração da trama. Apesar da distinção entre os gêneros literários

existe a semelhança dos aspectos formais e a dificuldade de se fazer essa separação. Ou seja, tanto as narrativas tidas como “histórias ficcionais” ou como “histórias verídicas”, que teriam um cunho de veracidade, estão incluídas em sistemas culturais de signos, bem como de construções ideológicas.

A partir de Michel Foucault e Theodor Adorno, podemos pensar na escrita como uma possibilidade de experiência e também de estranhamento, considerando que o romancista precisou se concentrar naquilo que o relato não dá conta, “porém em contraste com a pintura a linguagem lhe põe limites na emancipação do objeto, pois esta ainda constrange à ficção do relato” (ADORNO, 1983, p. 269). Narrar significa ter algo especial a dizer, o que é dificultado pelas questões trazidas em um mundo que passa a ser administrado, “pela estandarização e pela mesmidade”. Segundo Adorno, aparecerá na narrativa a ideologia do narrador, antes mesmo de esta ser iniciada.

Dostoiévski é na maior parte das vezes um idealista. Todavia, sua verdade não é exposta de forma individualizada, mas de acordo com o contexto de cada personagem. Sua narrativa não coloca uma consciência geral a ser apreendida, mas expõe ao leitor diversas consciências de um mesmo período, oriundas a partir dos mais peculiares e diversos personagens.

Nesta ótica a literatura de Dostoiévski, apesar de a ciência ter tido inúmeras tentativas de psicologizá-la, num sentido estrito da palavra, é uma obra que traz uma psicologia do caráter inteligível, “da essência, e não do ser empírico, dos homens que andam por aí. E exatamente nisso Dostoiévski é avançado” (ADORNO, 1983, p. 270).

Não é apenas porque o positivo e o tangível, incluindo a facticidade da interioridade, foram confiscados pela informação e pela ciência que o romance foi forçado a romper com esses aspectos e a entregar-se à representação da essência e de sua antítese distorcida, mas também porque, quanto mais densa e cerradamente se fecha a superfície do processo social da vida, tanto mais hermeticamente esta encobre a essência como um véu. (ADORNO, 1983, p. 270).

Neste sentido, o romance de Dostoiévski sai de um caráter realista, que apenas auxilia na reprodução de uma fachada articulada, por quem tem o domínio e poder social e que produz alienação, possibilitando “dizer como as coisas realmente

são”. Adorno ressalta que, por mais que os homens, em sua individualidade e coletividade, tenham se tornado mais estranhos uns aos outros, “no impulso de decifrar a vida exterior”, o romance vem como um impulso de decifrar o enigma desta vida, no contexto do estranhamento cotidiano imposto pelas convenções sociais.

O impulso propriamente dito do romance, a tentativa de decifrar o enigma da vida exterior, passa a ser o esforço de captar a essência que, justamente na estranheza familiar posta pelas convenções, aparece, por seu turno, assustadora, duplamente estranha. (ADORNO, 1983, p. 270).

Diante disso, surgem alguns questionamentos: o que pode fazer a literatura de diferente e especial? O que a obra de Dostoiévski e de Mendes podem provocar no leitor? É possível que a leitura ocasione a mudança ou ruptura de conceitos preexistentes? E, se a resposta for afirmativa, como a literatura pode operar tais mudanças?

A obra de Foucault é atravessada por expressões como “experiência-limite” e “livro-experiência”, mesmo os seus livros ele chama de “livro-experiência” em vez de “livro-verdade”, num sentido de ser experimental. Para isso, traz questões limites, a partir de temáticas como, por exemplo, a loucura, a prisão e a sexualidade. Seus escritos não apenas examinam as formas de conhecimento, as práticas, mas tentam transformá-las:

Mas paralelamente a esse uso fascinante do conceito há um sentido mais mundano no qual a experiência é tomada como as estruturas fundamentais, gerais e dominantes de pensamento, ação e sentimento que prevalecem em uma dada cultura a um dado tempo. (O’LEARY, 2012, p. 877).

Podemos pensar a leitura como uma “experiência minúscula”, mas que pode ocasionar um estranhamento, lembrando, também, do que Sigmund Freud fala sobre o estranhamento – estranhar aquilo que na verdade é familiar ao sujeito, está nele, mas ele não reconhece como sendo seu. Esse estranhamento ocasionado pela ficção ou fictício, a partir da experiência de leitura, poderia ser pensado como uma

possibilidade de questionamento, dos próprios julgamentos ao outro, ocasionada ao leitor<sup>43</sup>.

Pensando na literatura de Dostoiévski, a qual faz um uso particular da linguagem fictícia, como trabalhado anteriormente, ela tem uma ligação com o mundo no qual vivemos. Foucault rejeita a opção fácil de entender a ficção em termos de uma oposição entre real e irreal, realidade e imaginário. Ele nos convoca e nos faz refletir no fictício como surgido de certo tipo de distância, mas “não a distância entre a linguagem e as coisas, mas uma distância interna à linguagem”. O fictício, neste sentido, seria a capacidade da linguagem de nos colocar em contato, como Foucault diz, com “aquilo que não existe, na medida em que é” (O’LEARY, 2012, p. 888).

De acordo com O’Leary, Foucault sugere que a tarefa do filósofo-historiador é efetuar um diagnóstico do presente focando as “linhas de fragilidade” que tornam possíveis “fraturas virtuais” em nossa realidade contemporânea. Neste sentido, ao seguirmos estas linhas, conseguiríamos captar os elementos de nosso presente, que estariam abertos à mudança.

O papel do intelectual seria então dizer aquilo que é, fazendo-o aparecer como aquilo que pode não ser, ou pode não ser como é. Esse é um eco interessante e inverso da caracterização anterior da ficção: a ficção diz aquilo que não é, na medida em que é; enquanto o intelectual diz aquilo que é, na medida em que (potencialmente) não é. Mas, é claro, essa não é tanto uma inversão quanto uma expressão alternativa da mesma sugestão: que a ficção (no sentido mais amplo possível do termo) se relaciona com a realidade abrindo espaços virtuais os quais permitem que nos engajemos em uma relação potencialmente transformadora com o mundo; trazer à tona aquilo que não existe e transformar aquilo que existe. O insight que Foucault expressa no ensaio dos anos de 1960 é que essa possibilidade, a possibilidade de ligar a distância entre aquilo que é e aquilo que pode ser, é dada a nós na natureza mesma da linguagem. (O’LEARY, 2012, p. 888).

Foucault percebe, tanto em seus trabalhos como na discussão histórico-filosófica, uma operação que se assemelha ao campo do fictício. Pois considera que a ficção, como dito, não é alheia à verdade, sendo esta capaz de induzir, no leitor,

---

<sup>43</sup>Freud elaborou o conceito de *O Estranho*, “Das Unheimliche”, em 1919. Para explicar sua teoria utiliza um caso de literatura, *O Homem de Areia* – conto do escritor alemão Ernst Theodor Amadeus Hoffmann, publicado em 1815.

efeitos de verdade, do mesmo modo que um discurso dito verdadeiro pode fabricar verdades, ou oposições a esta.

Seguindo esta lógica, podemos responder aos questionamentos colocados com uma resposta afirmativa, no sentido de que a ficção tem um engajamento fundamentalmente produtivo com o mundo. No momento que ficcionaliza, está se fabricando, produzindo algo; no caso de algumas literaturas, está se trazendo algo à existência, ao expor um espaço que não é por todos conhecido, como o espaço prisional. Sua narrativa é uma experiência e, de certa forma, toda experiência está relacionada com o fictício. E a partir dessa ficcionalização o narrador pode dividir sua experiência com o leitor, a qual pode, ou não, ser transformadora e ocasionar um estranhamento daquele que a lê – uma nova experiência. O leitor aberto a esta experiência provocada pela leitura pode encontrar um novo caminho de reflexão, encontrar dificuldade na permanência de um pensamento estagnado, ficando mais difícil continuar irrefletidamente nas formas da experiência puramente cotidiana.

Obviamente nem toda literatura, como nem toda história, está sempre ou necessariamente ao lado da transformação e oposta à experiência cotidiana. Mas podemos pensar nas obras aqui estudadas como narrativas que podem ocasionar uma transformação ética. Elas trazem um olhar não apenas sobre o comportamento humano, mas também sobre uma instituição feita pelos homens e que coloca em questão muitas mazelas sociais. Mudança ética, no sentido em que podem permitir ao leitor adquirir novos conhecimentos, passar por uma experiência nova, propor pensar diferente. E para além do seu tempo, ou seja, do tempo histórico em que foram escritas, pois elas podem agir, à maneira de um experimento, tanto em seu tempo quanto contra ele: “Esses minúsculos eventos, esses grãos de areia, têm mesmo seus efeitos múltiplos e estranhos” (O’LEARY, 2012, p. 896).

Se observarmos, em geral, questões éticas estão no âmago das obras de Dostoiévski. O autor traz questionamentos muito além de princípios morais, mas que envolvem a ética do ser. Questões estas que permanecem e, talvez, sejam as principais responsáveis pela duração e sucesso de suas obras até os dias atuais.

Esta ética é proposta numa capacidade de escrita que alvitra enxergar os defeitos das pessoas, mas se recusa a julgá-las apressadamente e só pelo que têm de pior. Seus heróis não são homens perfeitos, dotados da mais pura bondade, mas que demonstram a decadência e o mal-estar da humanidade. Decadência e mal-

estar que permanecem cada vez mais atuais, principalmente pelo avanço capitalista, já vivido por Dostoiévski. Por isso, há uma espécie de antecipação em sua obra, no sentido que ele consegue sentir o movimento que ocorria e que hoje permanece anacrônico e histórico. Em sua época o que combatia era o avanço de uma desregrada moral capitalista importada da Europa, a qual recebia o bom nome de imperialismo.

Todas as obras de Dostoiévski têm um cunho especial, com questões peculiares e instigadoras, mas consideramos, aqui, a obra *Recordações da casa dos mortos* com uma significância particular no sentido em que traz para o centro questões relativas ao cárcere e sobre o questionamento do lugar ético em que esta instituição circula no imaginário da sociedade, o mesmo proposto por Mendes. Podemos até nos questionar se há um olhar ético da sociedade diante de tal instituição. Este questionamento, pressupomos ser um dos mais importantes trazidos à tona pelas duas narrativas.

Talvez possamos pensar no estranhamento ocasionado pela obra justamente no consentimento exposto socialmente em relação às mazelas vividas pelos prisioneiros. A partir de um discurso de aceitação, de que a correção do indivíduo preso pode e deve ser realizada, independentemente de como ela ocorrerá e às custas do quê. A sociedade se autoriza a mostrar o seu sadismo e crueldade com o argumento de que é por uma “boa causa”, que é porque aquele indivíduo merece, “fez por merecer”. Com a dissimulada justificativa de inibir novos casos e de corrigir, torná-los melhores para a vida em sociedade.

Tanto Dostoiévski como Mendes colocam em xeque essas premissas sociais. Questionam, nas linhas e entrelinhas, como poderia uma instituição que tem em sua estrutura a punição e desvalorização dos corpos que ali se encontram, tornar estas pessoas melhores? Não seria justamente a permissão e liberação do sadismo social existente? Uma espécie de autorização aceita e quase inquestionável.

Podemos concluir que tanto a história contada por Dostoiévski como Mendes são, em certa medida, narrativas “ficcionalis” dentro de um espaço e tempo específicos, se diferenciam na forma em que são narradas. O primeiro autor utiliza a forma do romance, mas, como já mencionamos, na maior parte do livro, é um relato contado por meio de um livro de recordações, uma espécie de diário. Seriam suas próprias recordações do tempo em que estivera recluso? Não tem como

diferenciarmos e saber o que o autor viveu e o que imaginou; entretanto, o que podemos reconhecer na história são as características verossímeis ao sistema prisional descritas pelos escritores. A descrição minuciosa do espaço físico e da vivência na prisão é algo peculiar e difícil de ser encontrado em livros de história, com tantos detalhes e com a representação da experiência humana, a partir do olhar de quem viveu neste espaço.

A peculiaridade de Dostoiévski está no fato de o autor, que foi um presidiário, ser também um romancista. Por este seu talento foi o prisioneiro que teve um maior sucesso na difusão de sua história mundialmente, em formato de romance, diferentemente de muitos prisioneiros, ou ex-prisioneiros, que escreveram seus relatos, mas que não conseguiram alcançar essa amplitude, sendo considerados como uma literatura de margem, não canônica, e sendo bem menos (re)conhecidos do grande público. Entretanto, tanto a narrativa de Dostoiévski como a de Mendes permitem que o estranhamento, após a leitura das obras, possa surtir efeitos que coloquem em questão a ética da sociedade diante do presídio e, principalmente, diante das pessoas que ali ficam sepultadas durante anos.

### **2.3.1 Aproximações e distinções entre o romance e o relato testemunhal**

A partir dos teóricos estudados e da proposição de que o testemunho literário não é um gênero, mas pode estar presente em categorias diversas da literatura, podemos pensar na aproximação entre os dois livros aqui analisados, apesar das singularidades de cada um e não deixando de lado as suas especificidades.

Como já esboçamos, Recordações da casa dos mortos, de Dostoiévski, foi escrito num formato de romance, possui personagens, a história está centrada em um espaço e tempo específicos, e o narrador, em grande parte do livro, está em primeira pessoa. Já o livro A pequena prisão, de Igor Mendes, está num formato que se aproxima do que vem sendo denominado como relato testemunhal, se centra também em um espaço e tempo específicos, possui personagens e a narrativa está em toda a história em primeira pessoa.

Desta forma, recordando as discussões realizadas neste capítulo e a pergunta trazida por Eagleton sobre O que é literatura?, podemos observar que as

diversas literaturas, com estruturas, formas e narrativas distintas, que vão sendo categorizadas em romance, prosa, poesia, biografias, testemunhos, entre outros, são diferenciadas em alguns aspectos. Entretanto, ao mesmo tempo, há algo que perpassa as obras literárias independentemente da sua natureza, que é a possibilidade do encantamento proporcionado pela leitura e pela crítica à sociedade que esta pode ocasionar. Talvez a crítica seja a maior verdade da literatura, que vem de forma ambígua, fictícia e arbitrária.

A “literatura” é a área em que essa ambiguidade é mais evidente – na qual o leitor se vê suspenso entre um significado “literal” e outro, figurativo, incapaz de escolher entre os dois e, portanto, lançado a um abismo linguístico sem fundo por um texto que se tornou “ilégível”. (EAGLETON, 2006, p. 197-198).

Como discurremos, para os pós-estruturalistas a obra será sempre uma obra aberta, pois estarão em jogo subjetividades, tanto do escritor como do leitor, e como pudemos observar a questão da ficção ou realidade sempre foi algo que causou questionamentos e que pode ser considerada como existente independentemente da categoria à qual a obra é atribuída. Não esquecendo que esta também é definida, de acordo com Eagleton, a partir das convenções históricas e sociais do período em que foi escrita.

O fato de ser qualquer significação transcendental desse tipo uma ficção – embora talvez uma ficção necessária – é consequência da teoria da linguagem que esboçamos. Não há conceito que não esteja enredado em um jogo aberto de significação, impregnado de vestígios e fragmentos de outras ideias. Ocorre apenas que certas significações são elevadas desse jogo de significantes, conduzidas por ideologias sociais, a uma posição privilegiada ou transformada em torno dos quais outras significações são obrigadas a girar. (EAGLETON, 2006, p. 197-198).

Deste modo, podemos pensar que, independentemente da obra ser um romance ou um testemunho, caso do estudo proposto, não tem como julgarmos ou sabermos em qual obra haverá mais ficção ou mais realidade, sendo que ambas são tomadas tanto por uma como pela outra em medidas que não temos como supor, sendo que a obra também é tecida por outros textos que a compõem, e talvez esta seja uma das magias da literatura, um enigma que permite ao leitor imaginar a história e fantasiar com seus significantes e perspectivas.

Em nosso estudo não temos a pretensão de investigação do que é real ou ficcional nas obras analisadas, mas, sim, de possibilitar e perceber a crítica social que ambas podem ocasionar, neste caso, em relação ao espaço prisional e toda a prerrogativa social trazida por esta instituição.

A narrativa é linguagem e provoca um diálogo com aquele que lê, ocasionando efeitos inimagináveis e singulares que não podem ser previstos nem pelo autor, nem pelo crítico, nem pelo leitor, sendo também metafórica, “operando por tropos e figuras; é um engano acreditar que qualquer linguagem é *literalmente* literal” (EAGLETON, 2006, p. 218). Como pode acarretar poucos efeitos após a leitura, pode, também, desconstruir lugares, ideias, opiniões, como, por exemplo, da condição da mulher, dos homossexuais, de instituições contempladas socialmente, de minorias, possibilitando que o leitor possa passar a uma posição de crítico, deixando seu lugar de consumidor para o de produtor, como postula Eagleton (2006, p. 214):

A leitura, para Barthes da fase final, não é cognição, mas jogo erótico. As únicas formas de ação política que se tornam aceitáveis são do tipo local, difuso, estratégico: o trabalho com os presos e outros grupos sociais marginalizados, projetos específicos de cultura e educação. O movimento feminino, hostil às formas clássicas de organização de esquerda, desenvolveu alternativas libertárias, “descentralizadas”, e em certos meios rejeitou a teoria sistemática como sendo masculina.

Talvez não seja à toa a escolha do título do romance por Dostoiévski, o qual é traduzido para o português como *Recordações* ou *Memórias*, que remete justamente ao recordar, não esquecer e, sim, lembrar. Para completar, o termo *Casa*, que aspira uma memória individual ligada à história, próximo ao testemunho, que expressa um bifronte, ou seja, ao mesmo tempo em que anseia ser idôneo, também almeja ser verídico, aspirando certo grau de objetividade.

Desta forma, podemos considerar que, apesar de os escritores, aqui estudados, utilizarem de diferentes estilos narrativos, com estruturas, elementos de linguagem e gêneros ficcionais diversos, ambos representaram o cárcere e o sofrimento nele exposto. Por isso, consideramos que independentemente da época e do local de produção, neste caso, final do séc. XIX e início do séc. XXI, entre países como Rússia e Brasil, obviamente que não deixando de lado as

contextualizações de cada época e país, com romance ou testemunho, as narrativas abordam temáticas em comum que permitem refletir sobre um público estigmatizado e as peculiaridades do local em que são colocados, bem como a violência a que estão expostos e a importância da memória e de um outro olhar sobre este espaço e essa população.

### 3 SEMELHANÇAS E DESCONTINUIDADES DA PRISÃO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* E *A PEQUENA PRISÃO*

Após termos trabalhado os limites e as possibilidades de aproximações entre obras categorizadas de forma distinta, como é o caso do romance e do testemunho, utilizaremos as narrativas *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão* para realizarmos um estudo comparativo entre elas, objetivando observar as continuidades e descontinuidades da prisão. Ambas as histórias demonstram as dificuldades e singularidades do aprisionamento institucional, nos possibilitando observar desde questões que incluem fatores psicológicos, de espaço, estruturais característicos de uma instituição total, que fazem com que os sujeitos que ali estiveram permaneçam marcados por toda vida, mas, também, podemos analisar as descontinuidades, mudanças e diferenças apresentadas nos dois livros, relativos à vivência na prisão, bem como pensar na possibilidade de uma crítica social ao cárcere por meio da literatura.

#### 3.1 POSSIBILIDADES COMPARATIVAS ENTRE *RECORDAÇÕES DA CASA DOS MORTOS* E *A PEQUENA PRISÃO*

Como vimos expondo, apesar de *Recordações da casa dos mortos* ser um romance e *A pequena prisão* um relato de testemunho, ambos terão aspectos de ficcionalidade e de verossimilhança. São, ao mesmo tempo, duas perspectivas de se tratar de um mesmo tema – o cárcere –, e será a partir dos aspectos similares e das descontinuidades expostas nas temáticas de cada história, as quais possibilitam uma crítica social ao cárcere, que nós focaremos este capítulo.

Interessante observar que os livros *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão* possuem algumas semelhanças na estrutura do sumário. O livro de Dostoiévski é dividido em duas partes. Entre os títulos estão: *Introdução*; *Primeiras impressões* (I, II e III); *O primeiro mês* (I e II); *Novos conhecimentos – Petrov*; *Facínoras – Luka*; *Isaís Fomitch – O banho – A história de Bakluchin*; *Apresentação no presídio*; *O Hospital* (I, II, III) [...], *Companheiros* e, para finalizar, *Saída da Prisão*.

O livro de Mendes não possui divisão em partes. Entre os títulos estão: *Apresentação; Advertência; A prisão; O primeiro dia; Primeiras Experiências; Regime de Castigo; O coletivo; Caio e Fábio; A Galeria B; Liberdade.*

Mesmo sendo categorizados em gêneros literários distintos, um como romance e outro como testemunho, podemos ver aproximações nas escritas, como o início das narrativas de fazer uma introdução ou apresentação de como esta será, de relatar as primeiras impressões e os primeiros momentos na prisão, de como esta se constitui, suas características estruturais, o espaço, o tempo na prisão, a dificuldade da convivência e do ócio. Ambos os livros possuem suas personagens, os companheiros ou camaradas, trazem os momentos de dor, tanto física como psíquica, e finalizam com o fim da pena, a saída ou a liberdade.

Desta forma, mesmo respeitando as diferenças de gênero e de tempo em que os dois livros se enquadram, poderemos analisar aspectos em comum. Seguindo as contribuições de Coutinho (2003), a proposta de análise não é de distorção, mas de uma possível aproximação das obras. Propor algumas análises possíveis, mas não o esgotamento destas, como fala ao citar Said:

[...] “o trabalho da teoria... nunca está terminado” e que sua “função... é assim viajar, mover-se sempre para além de suas fronteiras, emigrar, permanecer em certo sentido no exílio” (1994, 264), e seu cunho de positividade decorre justamente do intercurso estabelecido entre seus contextos de produção e de recepção. (COUTINHO, 2003, p. 115).

A partir da comparação destes dois livros podem-se escolher diferentes caminhos de interpretação. Propomos alguns para iniciar nossa análise, mas ela estará longe de ser terminada e tida como uma única possibilidade é apenas uma dentre tantas outras possíveis. Por outro lado, as duas narrativas nos propiciam pensar questões do contexto de sua produção, não deixando de lado as especificidades da época em que foram escritas, sendo que o primeiro livro foi escrito em meados de 1860 na Rússia e o segundo escrito no Brasil em 2017, mas, ao mesmo tempo, permitindo perceber as permanências do espaço analisado e de algumas conjecturas sociais e culturais, bem como as descontinuidades existentes.

Pela complexidade de tal análise, utilizaremos teóricos da literatura, filosofia, sociologia e psicanálise, que nos permitem pensar tanto sobre o espaço prisional

como sobre as questões sociais que giram em torno deste. Entre eles estão Michel Foucault, Hannah Arendt, Sigmund Freud, Erwin Goffman e Antonio Candido.

O filósofo Michel Foucault, em seu clássico livro *Vigiar e Punir*, traz importantes concepções sobre a prisão, afirmando que o nascimento desta veio com o objetivo de “repartir os corpos dos indivíduos, fiscalizá-los e distribuí-los e especialmente classificá-los, tirar-lhes o máximo de forças e de tempo, treinar seus corpos e codificar seu comportamento” (FOUCAULT, 2007, p. 195). Considera que o efeito mais importante que o sistema carcerário conseguiu trazer é que ele torna natural e legítimo o poder de punir. Entretanto, desde que foi criado, não se evidenciou sucesso, mas o que se percebe é um fracasso em sua função: em vez de “recuperar”, há uma manutenção da delinquência, uma indução à reincidência e uma transformação do infrator ocasional em delinquente.

Não entraremos aqui na discussão das ciências políticas para definição dos termos “totalitarismo” (instituição total) e “autoritarismo”, tomaremos como base um conjunto de características comuns e imutáveis da instituição carcerária que carrega ambas as conceituações. Para isso, usaremos a abordagem sociológica de Erving Goffman e Michel Foucault, nas conceituações sobre o sistema prisional e a consideração de tal instituição como uma instituição total. Goffman (2001), em seu livro *Manicômios, prisões e conventos*, faz uma crítica às denominadas instituições totais, analisando que elas possuem algumas características bem peculiares. Outra problematização diante desta teoria, comparando-a com as narrativas em estudo, é de que alguns traços das instituições totais permaneceriam imutáveis.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2001, p. 11).

Por outro lado, a definição de *totalitarismo*, segundo Hannah Arendt, é a representação de uma ideologia e prática política caracterizada pela total subordinação dos indivíduos aos interesses do Estado. Numa instituição totalitária o Estado controla ou busca controlar a vida política, social, religiosa e econômica da pessoa a ela submetida.

Hannah Arendt, além de diversas contribuições filosóficas, se destacou ao analisar o *Nazismo* e o *Stalinismo* como ideologias totalitárias, mostrando como a via totalitária depende da banalização, do terror e significativamente da manipulação das massas e do acriticismo face à mensagem do poder. Podemos observar as características autoritárias do sistema prisional – sistema de governo estruturado de forma a implantar uma ideologia de domesticação dos sujeitos que ali se encontram reclusos, excluindo o questionamento e a individualidade e, ao mesmo tempo, primando pela submissão à convivência e aceitação por parte dos prisioneiros.

Tanto o presídio descrito por Dostoiévski como o relatado por Mendes são exemplos de uma população específica controlada, mantida sob tutela. Nos dois livros o crime cometido aparece na descrição de alguns personagens, mas não é o foco, o que está em voga são as histórias vividas naquele espaço-tempo em que os personagens estão presos. Percebemos diferenças nas formas de punição, pois o livro de Dostoiévski se passa em um período de transição na forma de punir – dos trabalhos forçados, acorrentados e castigos físicos à pena de prisão. No livro de Mendes está corroborada, legalmente, praticamente apenas a pena de prisão. Como vimos, o processo de mudança na forma de punir vai da festa das punições (suplícios em público) para os acorrentados a trabalhos forçados e, por último, a prisão.

Ambas as narrativas trazem a sensação e a dificuldade do ingresso e os primeiros momentos na prisão. Vejamos algumas citações dos livros *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão*:

O PRIMEIRO MÊS e, sobretudo os primeiros dias da minha vida na prisão continuam frescos na minha mente. Os anos seguintes já se apresentam enevoados. Alguns desses anos parecem ter se desvanecido, confundindo-se completamente, restando apenas uma sensação de algo opressivo, angustiante, monótono. Mas tudo o quanto vivi nos primeiros dias no presídio permanece intocado, como se tivesse ocorrido ontem. E tinha que ser assim. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 31).

Atravessar seus espessos muros de concreto, os portões de ferro, é como entrar em um universo paralelo, em que tudo é caótico, distorcido, absurdo. Não saber o que te espera a cada passo: essa é a terrível sensação de entrar na cadeia, pela primeira vez. (MENDES, 2017, p. 69).

Na primeira passagem podemos observar a maior dificuldade no início da pena de prisão. Muitos prisioneiros relatam que os primeiros e os últimos tempos na prisão são os mais difíceis, principalmente pela mudança ocorrida e pelo impacto ao ser preso. Depois vem a adaptação à instituição, e quando se está próximo da saída retorna a dificuldade, muitas vezes pelo medo do que os espera fora da instituição. Na segunda passagem, Mendes relata a incerteza do que espera ao adentrar neste “mundo à parte”, um “universo paralelo”, como nomeia, lugar onde não se sabe o que pode ocorrer, o medo do desconhecido.

E eu pensava, desalentado, que anos e anos se passariam e, tal como agora, ficaria espiando pela fresta, não vendo nada mais que a mesma muralha, o mesmo barranco, a mesma sentinela e apenas um trechinho de céu; não o céu que cobre o presídio, mas sim aquele ao fundo, distante, livre. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 19).

Para mim, que dificilmente durmo durante o dia, as tardes eram o período mais difícil – foi assim durante o verão, quando pareciam intermináveis. Buscava criar, com os exíguos recursos de que dispunha, artifícios para preencher o tempo, estabelecendo algo próximo de uma rotina. (MENDES, 2017, p. 129).

O tempo talvez seja o mais difícil de representar. Por mais que se tente traduzir em palavras, é complexo demonstrar os anos em uma prisão, os dias longos que esta representa. Na passagem de Mendes podemos observar uma tentativa de se “ocupar”, a dificuldade em passar o tempo ocioso, sem nenhuma atividade ofertada, apenas a permanência na cela. Na narrativa de Dostoiévski os presos trabalhavam em sua grande maioria, mas mesmo assim os momentos na cela eram dias intermináveis. Em ambas, ficam evidentes os efeitos que são ocasionados pela instituição total, desde as marcas iniciais na memória, como o excesso de tempo ocioso, que é considerado uma das maiores dificuldades e que pode levar o indivíduo à loucura.

Continuando com as contribuições de Goffman, as instituições totais são definidas como um local de residência e trabalho, onde os indivíduos levam uma vida fechada e formalmente administrada. Para exemplificar estas instituições, usa as prisões, os manicômios e os conventos. Qualquer um destes grupos de pessoas – como prisioneiros, pacientes, entre outros possíveis – desenvolve uma vida própria

que se torna significativa, razoável e normal, desde que se aproxime dela. Neste sentido, considera que a “Instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade social, parcialmente organização formal [...]. Em nossa sociedade são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2001, p. 22).

Tão logo nosso alojamento era fechado, mudava completamente, tomando a aparência de uma casa de verdade, como uma residência de cômodos. Era o momento em que eu podia reparar direito nos detentos que eram meus companheiros de alojamento, observando-os como se estivessem em suas casas. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 68-69).

A galeria A consistia em 14 celas individuais, muito altas e estreitas. A cela – ou “cubículo” – é a unidade básica da cadeia. No seu interior, havia um pequeno corredor, no fundo do qual ficava a *comarca*<sup>44</sup> e no canto o *boi*, separado do restante do cubículo por uma parede de cerca de 1,5 metro. O *boi*, além do buraco no chão e um cano usado como chuveiro, tinha um pequeno tanque, propositalmente entupido pelos presos para armazenar água. (MENDES, 2017, p. 122).

Percebemos que na primeira descrição a cela possui melhores condições de habitação, já na segunda o lugar é pequeno e precário. Constituída por um boi, como chama-se o vaso sanitário, e um chuveiro que é somente um cano do qual sai água sem eletricidade, ou seja, sem aquecimento, independente da estação. Com o aumento da população carcerária as prisões ficaram ainda mais deletérias, pois os espaços ficaram pequenos e sem estrutura adequada para o ingresso de tantas pessoas.

Ao ingressar em uma instituição total a pessoa traz uma concepção de si mesma, a qual se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico, e é imediatamente despida do apoio dado por tais disposições. Goffman fala dessa domesticação dos corpos no sentido de uma mortificação do eu, podendo observar a diferença do sujeito ao entrar na Instituição e após algum tempo nela, ou mesmo na sua saída. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, se inicia uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do Eu. O seu Eu é sistematicamente, embora não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em

---

<sup>44</sup> *Comarca* é como a cama é nomeada.

sua carreira moral, “uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que são significativas para ele” (GOFFMAN, 2001, p. 24).

Certa vez, vi um presidiário, solto após cumprir vinte anos de reclusão, não sair sem se despedir dos que ficavam. Mais de um detento lembrou como ele entrara, jovem e despreocupado, indiferente ao crime e ao castigo. E agora saía, já grisalho, o rosto macerado, velho, circunspecto. Entrou silenciosamente em cada um dos nossos alojamentos; parou em todos os seis, rezando uma prece diante do ícone; em seguida voltou-se para cada um dos prisioneiros e fez uma grande reverência, pedindo que nos lembrássemos dele com apreço. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 20).

Com o passar dos meses, com a convivência reiterada com presos há mais de década, constataria com meus próprios olhos essa capacidade excepcional dos seres humanos de se adaptarem ao que quer que seja, e tornar, mesmo o mais rude dos lugares, um lugar humano. (MENDES, 2017, p. 160).

Estes fragmentos demonstram as mudanças ocorridas no sujeito com o passar do tempo aprisionado. Na primeira citação, pode ser observada a submissão e a diferença de comportamento ao entrar e ao sair do presídio. No ingresso era “jovem e despreocupado”, ao sair está “grisalho, o rosto macerado, velho, circunspecto”, o que nos remete a uma ideia de submissão. Já na segunda passagem, o narrador demonstra a adaptação ao espaço: por mais rude e desumano, é necessário que o sujeito o torne de alguma forma, e na medida do possível, humano, para conseguir sobreviver neste ambiente.

Além disso, o prisioneiro sofre uma descaracterização do seu *Eu* e de suas escolhas individuais como, por exemplo, das coisas mais banais do dia a dia como o corte de cabelo e a retirada das roupas que o identificam:

Para isso nos dirigíamos todo sábado, dia em que não havia trabalho no período da tarde, para o posto da guarda onde os barbeiros do batalhão nos ensaboavam a cabeça com água fria e a raspavam com uma navalha cega. Ainda agora, só a lembrança me provoca arrepios. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 107).

– Agora todo mundo tira a roupa, relógio, tudo que tiver. Agora! Pelados, fomos obrigados a agachar, uma, duas vezes. Olharam também nossa boca e sola dos nossos pés. Nossas roupas, após a revista, foram empilhadas. Algumas semanas depois perguntei a um faxina o que acontecia com elas:  
 – São incineradas [...].  
 Recebemos, então, o “horroroso” uniforme<sup>45</sup> da penitenciária [...]. Para que o ritual de despersonalização se completasse, faltava uma etapa essencial: a raspagem dos cabelos. Realmente não se tratava de higiene pessoal e, sim, de humilhação. (MENDES, 2017, p. 71-72).

O personagem *Alexander Petrovitch* relata que os presos oriundos das colônias prisionais da Rússia, quando chegavam no seu presídio, era como se tivessem vindo do inferno, e a maneira militar como eram tratados ali é vista de forma positiva:

Ouvi dizer que nas seções da categoria I as autoridades não são totalmente militares, pelo menos se comportam de maneira diferente da nossa, nunca estive lá, mas me contaram. Não obrigam os presos a usar uniformes nem lhes raspam a cabeça, embora eu prefira conforme é aqui, de uniforme, de cabeça raspada: dá melhor impressão, é mais decente. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 40).

Encontramos discussões sobre a submissão do sujeito a regimes autoritários e totalitários, ou instituições com este cunho, há muito tempo. Desde a obra “Discurso da servidão voluntária”, de Etienne De La Boétie, que teve sua primeira publicação completa em 1577, até obras mais atuais, como da filósofa Hannah Arendt. A primeira obra já expressa em seu título a intenção do autor, o qual traz como principal questionamento: como um único homem pode manter sob controle dezenas de homens e até mesmo dezenas de cidades? O escrito foi produzido após a derrota do povo francês contra o exército, período em que fiscais do rei estabeleceram um novo imposto sobre o sal. O texto tem como prerrogativa as interrogações sobre a dominação de muitos sobre poucos, e de como se poderia vencer essa premissa. Uma das teses que o autor trabalha é de que são os próprios homens que se deixam dominar, pois para ter sua liberdade precisariam tomar consciência de sua condição e se unir no grupo, juntos conseguiriam ter muito mais

---

<sup>45</sup> A questão do uniforme e do corte de cabelo não é algo estático, irá mudar de acordo com o país, ou até mesmo Estado. No Rio Grande do Sul/BR, por exemplo, não há a obrigatoriedade do uso de uniformes, já no Estado do Rio de Janeiro/BR, no qual a história de Mendes é ambientada, existe essa exigência.

força que o tirano. Se pensarmos na prisão, ocorre algo semelhante, pois poucas pessoas são responsáveis pelo controle e obediência de centenas de homens, o que somente é possível pelo consentimento destes. Para tal, são necessárias estratégias, as quais podem ocorrer sem violência ou com violência; a segunda alternativa é mais corriqueira nos presídios, de ambas as narrativas, como podemos observar nas seguintes passagens:

Devo ainda acrescentar uma coisa: sempre ficava perplexo com a naturalidade e a falta de maldade com que os açoitados falavam de seus castigos e se referiam a quem os castigava. Raro era perceber uma sombra de ódio ou ressentimento durante qualquer dessas narrativas que faziam meu coração pular. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 199).

[...] E deu um murro no rapaz inerte. Passando rápido, escoltado por outro carcereiro, fixei apenas, além da magreza, os olhos fundos, resignados do rapaz. Apanhou sem dizer um “ai”. (MENDES, 2017, p. 140).

A obra de Hannah Arendt é mais vasta e foi escrita principalmente a partir do nazismo. Entre os diversos temas a autora abordará o modo como o antissemitismo foi se espalhando e conseguiu chegar a tamanha proporção; dentre os fatores apontados está a propaganda nazista e a manipulação por ela realizada, a qual colocava os judeus como causadores das desgraças do povo alemão. Se pensarmos na população aprisionada, encontramos algumas semelhanças na forma como estas pessoas são tratadas na mídia, ou seja, como marginais; são constantemente colocados como bode expiatório dos problemas sociais, os causadores da maioria destes, entre os quais está o avanço da violência, deixando de lado os motivos originários do problema.

Podemos observar que a domesticação e submissão dos corpos ocorrem por diversos dispositivos e isso se justifica como sendo necessário para que se mantenha a disciplina:

[...] todos se sujeitavam à disciplina, às regras e mesmo aos hábitos já forjados na prisão. Todos se submetiam. Claro que vinham indivíduos cheios de vaidade, mas não tardavam que a rotina do presídio os submetesse. Mesmo aqueles que tinham sido o terror dos bairros e povoados acabavam sendo domados. Uma vez lá dentro, o recém-chegado

logo se dava conta de que não encontraria eco ali e logo tratava de abaixar o tom. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 23).

É curioso observar como os dominadores em geral gostam de estipular gradações entre os dominados, levando-os a acreditar piamente nessas diferenciações, de modo que se dividem e não consigam enxergar a engrenagem odiosa que esmaga a todos. Essa estratégia muito antiga, de “dividir para dominar”, é aplicada conscientemente dentro do sistema penitenciário, talvez como em nenhuma outra instituição. (MENDES, 2017, p. 87).

A narrativa de Dostoiévski demonstra que todos os presos, mesmo aqueles mais vaidosos, acabavam por se submeter às regras do presídio, “eram domados”. Já Mendes se refere à divisão feita em meio aos presos, entre eles os “faxinas”, que eram os presos trabalhadores e tinham algumas regalias como, por exemplo, televisão na cela. A massa carcerária considerava que os presos que trabalhavam para a guarda eram diferentes e, por isso, não eram vistos com bons olhos.

Além do exposto, a prisão traz as suas peculiaridades nos métodos para domesticação dos corpos desde os horários das refeições às chamadas ou conferências diárias ou contagem dos prisioneiros. É o momento em que os presos são conferidos, para verificar se todos estão ali – ciclos repetitivos disciplinares<sup>46</sup>.

ESTAVA COMEÇANDO A última chamada. Em seguida os alojamentos seriam fechados, cada um com seu próprio cadeado, e os condenados ficariam trancafiados até o próximo amanhecer.

A chamada era feita por um oficial de baixa patente e dois soldados. Os detentos formavam em linha no pátio e o oficial passava em revista. Frequentemente, porém, a cerimônia era mais doméstica e se realizava de alojamento em alojamento. E assim foi naquela vez. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 63).

– [...] O confere é duas vezes por dia, de manhã e no fim da tarde. Tem que ficar em pé na porta da cela, com as mãos para trás e a cabeça baixa. Não pode perder. (MENDES, 2017, p. 83).

---

<sup>46</sup>Foucault (2007, p. 125-126) traz que o horário é uma velha herança das comunidades monásticas. Seus três grandes processos – estabelecer as censuras, obrigar a ocupações determinadas, regulamentar os ciclos de repetição – muito cedo foram encontradas nos colégios, nas oficinas, nos hospitais.

Foucault considera que a penitenciária falha em seu objetivo não sendo capaz de recuperar criminosos, mas, sim, de induzir à reincidência. Isto pelo fato de que a punição pressupõe terror e castigo, o oposto da regeneração, que propõe melhora e educação. Não sendo possível pensar em condições mais desfavoráveis à melhora do que o medo, o temor e o castigo. Desta forma, a prisão, em vez de conter a delinquência, tem servido de estímulo; em lugar de trazer benefícios, acaba por incentivar vícios e degradações.

Com o dinheiro era possível arranjar bebida. Fumar era terminantemente proibido; mas todo mundo fumava. Com tabaco e alimentos, os prisioneiros se livravam do escorbuto. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 28).

Era comprada, dentro dos próprios muros da prisão, dos chamados “taberneiros” [...]. O tráfico de vodca começou, se desenvolveu e foi tolerado de maneira muito peculiar [...]. Logo tem uma empresa organizada: transforma-se em intermediário, em seguida, capitalista, contrata agentes e auxiliares, passa a se arriscar muito menos e ganhar muito mais. Daí em diante, seus auxiliares correm o risco por ele. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 51).

Bangu 9 é um presídio de segurança máxima, uma unidade pequena – em torno de 400 presos – e bastante controlada. Apesar disso, ali o tráfico de drogas ocorria quase sem interrupções, em um volume que não creio possível de ser mantido sem a conivência de peixes mais graúdos. [...] maconha circulava regularmente, diferente da cocaína, que só aparecia esporadicamente [...]. Bebida, realmente quase não havia, e apenas de tempos em tempos aparecia uma garrafa de pinga feita na própria cadeia, à base de arroz apodrecido. (MENDES, 2017, p. 188).

As drogas se diversificaram com o passar do tempo. Na primeira passagem o tabaco e a aguardente, ou vodca (bebida popular na Rússia), eram as principais drogas utilizadas; já na segunda passagem há a introdução de outras drogas, como a maconha e a cocaína. Além destas, Mendes cita o uso exacerbado de medicamentos controlados, e ao falar sobre o papel da religião, também a considera como algo semelhante ao uso de drogas: “Infelizes que buscam, em uma força superior, aquilo que jamais encontram neste mundo: a compreensão das suas angústias. O mesmo papel cumpre a droga, incluindo aí os remédios psiquiátricos, embora de difícil circulação ali em Bangu 10” (MENDES, 2017, p. 133).

Importante observarmos que, independentemente do presídio e da localização deste, a utilização de drogas permanece. Apesar de ser proibida, dá-se

um jeito de introduzi-la, e esta é vista pelos detentos como um meio de escape ou como uma tentativa de “fuga” do sofrimento vivido. Por outro lado, já na primeira passagem podemos observar a utilização da “mão de obra” que se cria dentro do sistema prisional, o que irá se intensificar.

O “negócio” dele era tráfico de cadeia. *Botava* droga para dentro no dia de visitas, pela boca ou pelo ânus, depois na cela, expelia a mercadoria valiosa, limpava-a, movimentava o comércio [...] o tráfico de certa forma move a cadeia, muitos presos ganham dinheiro com isso, coisa considerada natural para o seu mundo, segundo as suas regras. (MENDES, 2017, p. 248).

Outra temática importante trazida, em ambas as narrativas, é a da religião. A religião é vista como algo fundamental e que acalma, em certa medida, os sujeitos que ali jazem. Podemos pensar que o domínio ocasionado pelas igrejas dentro do sistema prisional se intensificou muito nos últimos anos, especialmente no Brasil, por meio das vertentes evangélicas, mas a igreja católica também tem sua entrada pela pastoral carcerária<sup>47</sup>; já religiões como as espíritas e as de matriz africana não têm a mesma abertura institucional. A religião pode trazer um consolo espiritual aos detentos, dependendo da ótica e ética que será utilizada. Entretanto, o que se observa no sistema prisional brasileiro é que muitas vezes ela atende mais aos interesses do Estado e da direção, no sentido em que reduz a visibilidade das violações aos direitos da população carcerária. Pode acabar sendo mais uma forma de doutrinação da massa carcerária e de recrutamento de uma legião de fiéis. Por outro lado, também pode aparecer como espécie de refúgio ou camuflagem daqueles sujeitos mais perigosos que utilizam a igreja para demonstrarem uma mudança de comportamento, virando pastores e pregadores da palavra de Deus.

Realmente, sem essas práticas religiosas, a prisão teria muito maior dificuldade em existir enquanto instituição. A privação de liberdade é algo tão desumano, tão insuportável, quanto mais em regime de isolamento celular, que a religião exerce papel paliativo, um analgésico para suportar tantas desgraças. (MENDES, 2017, p. 132-133).

---

<sup>47</sup>É uma ação pastoral da Igreja Católica Romana no Brasil, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que tem como objetivo a evangelização das pessoas privadas de liberdade, bem como zelar pelos direitos humanos e pela dignidade humana no sistema prisional.

Como se vê, a prisão era ambiente machista ao extremo, embora boa parte daqueles homens fossem sustentados por mulheres. A imagem de mulher virtuosa era a mãe dedicada, a esposa fiel, dispostas a todos os sacrifícios e, no caso desta última, preocupada com a beleza, ainda por cima. A influência religiosa, sobretudo evangélica, muito presente na cadeia, certamente contribuía para a construção desse ideário. (MENDES, 2017, p. 206).

O ingresso de bíblias é mais aceito do que outras literaturas. Desde a narrativa de Dostoiévski (2015, p. 75):

Na noite seguinte começamos com a lição. Eu tinha o Novo Testamento, em russo (na prisão não era proibido).

Até a narrativa de Mendes, em que podemos observar a dificuldade ou boicote ao ingresso de outras literaturas, vistas como “perigosas”, o oposto da Bíblia:

Quando o preso citado me presenteou com uma Bíblia, lembro-me de lê-la vorazmente, de manhã à noite, tendo de me esforçar para não terminá-la em muito pouco tempo. (MENDES, 2017, p. 148).

Na verdade, a direção demonstrava clara preocupação quanto àquela literatura perigosa, crítica, que eu fazia entrar na cadeia, querendo impedir que ela circulasse entre os demais presos. Livros marxistas, nem pensar [...]. Passei semanas sem poder ter acesso aos livros deixados por meus advogados, com a justificativa que eu estava “acumulando” livros, que estes eram muito volumosos, que haviam “esquecido” de me entregar ou simplesmente sem justificativa. (MENDES, 2017, p. 241).

Além da leitura da Bíblia ocorrem práticas religiosas que ajudam a manter a disciplina e o regramento:

Logo na minha entrada, Paulista me explicou sobre as práticas religiosas que ocorriam na galeria (em toda a cadeia, na verdade): diariamente, às seis da tarde, ocorria a oração e, na véspera dos dias de visita, ou seja, duas vezes por semana, o culto, que era mais extenso, com músicas e testemunhos. (MENDES, 2017, p. 218).

Outra temática que aparece nas duas narrativas é a do trabalho. No livro *Recordações da casa dos mortos* a temática do trabalho manifesta-se por dois

vieses, como mencionamos no primeiro capítulo. Inicialmente a personagem principal é descrita como um homem inapto para os trabalhos forçados, sem aptidão física, em uma passagem entende-se que ele próprio era nobre: “Além de mim, ainda havia mais quatro russos de origem nobre” (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 38). Mas, no decorrer da narrativa, percebe-se que grande parte da população presa é pertencente a classes mais baixas. O narrador refere que a maioria dos prisioneiros já era acostumada a trabalhar e que quando um aristocrata fazia parte do grupo de trabalhadores era encarado de forma rude e hostil. Além disso, quando havia nobres prisioneiros, estes eram poupados do trabalho mais pesado.

– Eles não gostavam de nobres – ele disse –, **principalmente se vieram para cá por motivos políticos**<sup>48</sup>; se for por assassinato, eles não ligam muito. Bem, é compreensível, primeiramente porque os nobres são pessoas totalmente diferentes deles; em segundo lugar, porque trabalharam para a nobreza, foram seus servos ou soldados. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 39).

A direção técnica poupava, até certo ponto, os nobres dos trabalhos mais duros, não que fosse consideração pessoal, mas por uma questão prática, uma vez que os homens não acostumados a trabalhos físicos e bem menos fortes não suportavam as mesmas tarefas que antigos operários ou trabalhadores. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 110).

O trabalho, no período em que o livro foi escrito, é colocado como uma das reprimendas penais, é forçado, ou seja, um castigo; todavia, para o personagem-narrador, se não fosse o trabalho, eles não suportariam. Em relação aos presos políticos, podemos observar que não eram vistos com bons olhos, oposto do que ocorre na narrativa de Mendes. Ele próprio era um preso político e traz este fato como positivo diante dos demais prisioneiros.

Passei muito tempo procurando explicar-lhes que, de certo modo, eu também estava lutando por uma vida nova, mas não de um ponto de vista individual, e, sim, para milhões de pessoas simples do povo, condenadas à miséria e à opressão, como as famílias da maior parte deles inclusive. Convencidos da minha “pureza”, respeitavam-me um tanto mais, embora não deixassem de me olhar com curiosidade, tentando descobrir de que planeta vinha uma pessoa assim. (MENDES, 2017, p. 239).

---

<sup>48</sup>Grifo meu.

Em relação à temática do trabalho dos prisioneiros, no livro *A pequena prisão* este não é forçado nem visto como reprimenda penal; ao contrário, o preso que trabalha tem o benefício legal de diminuição da pena, ou seja, a cada três dias de trabalho diminui um dia da pena e tem também alguns benefícios dentro da prisão. Porém, no relato de Igor, o preso trabalhador não é visto com bons olhos pelos demais prisioneiros.

Ele era um “faxina”, isto é, um preso que trabalhava para a direção, em troca de pequenos privilégios e, eventualmente, um salário módico, além de remissão de pena. Usam camisetas verdes para diferenciar-se dos demais presos. Os faxinas são mal vistos pelos demais detentos, que os consideram dedos-duros, lacaios da direção. Essa desconfiança tem os seus fundamentos, como descobriria depois. (MENDES, 2017, p. 74).

Tanto o trabalho como a religião podem ser positivos, mas também não podemos desconsiderar sua função de manter os corpos ocupados, de submissão às regras institucionais. Pois, como discutimos no primeiro capítulo, a partir da ótica da biopolítica, os corpos precisam produzir, ter algum valor de mercado, e na prisão isto pode se intensificar como uma justificativa para aproveitar estes sujeitos, uma mão de obra barata. Além do benefício de mercado, enquanto estão ocupados, pouco questionamento e crítica sobre o lugar em que estão irá aparecer. Pois, mesmo já “estando mortos” e talvez no inferno, se consegue naturalizar o aprisionamento:

No dia em que a massa carcerária e as classes nas quais ela é majoritariamente recrutada definem-se a lutar decididamente contra a ordem social que as subjuga, abrindo mão das “soluções individuais”, daremos um passo significativo para a abertura de todas as prisões, grandes e pequenas. (MENDES, 2017, p. 246-247).

Pensando na localização geográfica dos dois presídios descritos, existem diferenças significativas entre a Rússia e o Brasil; todavia, ambos possuem um regime capitalista marcado por desigualdades sociais. Em ambos, as questões de classe foram se intensificando. Como vimos nas passagens anteriores na narrativa de Dostoiévski, a maioria dos prisioneiros era de origem humilde, mas “mais da metade sabia ler e escrever”, o que demonstra certo conhecimento daqueles que ali

se encontram, como menciona o narrador: “Em que outro lugar, na Rússia inteira, é comum encontrar duzentas e cinquenta pessoas juntas, a metade constituída de alfabetizados?” (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 22).

No presídio relatado por Mendes as questões de classe são ainda mais evidentes, a maioria dos prisioneiros é de origem pobre e com um histórico de aprisionamento desde jovem, como discutido no primeiro capítulo.

Um dia chegou na galeria um inglês acusado de tráfico de drogas. A maioria daqueles presos, de origem muito humilde, vários deles tendo passado praticamente a vida inteira atrás das grades, intercalando cadeias, jamais tinha conhecido um “gringo” pessoalmente. (MENDES, 2017, p. 118).

Como vimos, os delitos cometidos também foram mudando com o passar dos anos, o tráfico de drogas vem sendo o principal motivo de aprisionamento, o que modificou o perfil das pessoas presas, bem como o aumento do número de prisioneiros. O que permanece semelhante em ambos os presídios descritos é que quem tinha ou tem mais dinheiro consegue mais privilégios:

Creio que já deixei transparecer que o dinheiro tinha no presídio um valor enorme, fundamental. Afirmando de forma absoluta que o presidiário com algum dinheiro, por menos que fosse a quantia, sofria dez vezes menos do que o que nada tivesse. A administração possuía o seguinte ponto de vista: se o governo fornece tudo, não é preciso dinheiro. Repito, porém: caso tirassem dos detentos a possibilidade de terem dinheiro consigo, ou perderiam a razão, ou morreriam como moscas [...]. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 90).

As condições econômicas do preso, que atravessam com ele os espessos muros da cadeia, vêm estabelecer diferenciações no meio da massa [...]. Essa diferenciação social, a circulação de dinheiro, faz surgir, entre os presos, determinadas formas de exploração. Há presos, por exemplo, que não lavam nem as camisetas que vestem: pagam alguém para fazê-lo. (MENDES, 2017, p. 177-178).

A questão do dinheiro é atrelada ao poder. Ou seja, aquele preso que possui mais dinheiro terá mais benefícios e mais poder dentre os outros prisioneiros. Por outro lado, pessoas com alto poder aquisitivo são a minoria dentro do sistema

prisional, o que podemos observar é que a grande maioria dos presidiários é de uma classe social desfavorecida.

Como bem traz Castro (1991), existem diversas formas diferentes de autoritarismo dentro da prisão, e uma delas é a dominação entre os próprios presos, uma das mais difíceis de serem captadas, pois teoricamente seria composta por “iguais”, mas na realidade há um domínio de uns sobre os outros, dos mais fortes, no sentido dos que têm maior poder, sobre os mais fracos, os com menos poder. Por ser menos visíveis, estas formas acabam sendo mais eficazes.

À equipe dirigente é conveniente fazer vistas grossas a essa situação. Face aos propósitos ideológicos da ressocialização, torna-se politicamente mais eficaz identificar no interior da massa carcerária alguns internos para a produção da dominação, em troca de vantagens pessoais, do que investir no controle de todo um presídio de descontentes. (CASTRO, 1991, p. 58).

Neste viés, as análises de Foucault e Goffman se aproximam e nos apontam para procedimentos estruturados com fins de modelar a subjetividade e de formas de repressão específicas que são efetuadas dentro dos muros de uma instituição total – neste caso, dos muros do cárcere. Em contrapartida, essas formas de repressão mais gerais ocorrem na sociedade de massas, produzindo efeitos sobre os indivíduos e categorias sociais inteiras, principalmente por meio das conexões de poder.

O poder disciplinar e até *militaresco* vem com a promessa de dar conta das diversidades não aceitas, ou vistas com maus olhos. De acordo com Foucault, é na articulação entre o saber e o poder que o sujeito se produz, e quando se objetivam certos aspectos do homem é que há uma possibilidade de se organizar uma manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos. O presídio relatado por Dostoiévski, apesar de estar localizado na Sibéria e ser descrito em torno de 1850, possui traços que podem ser comparados ao presídio descrito por Mendes e ao sistema prisional criticado por Foucault, pois, como podemos observar, se tratando de uma instituição total, encontraremos ciclos repetitivos disciplinares, com peculiaridades de cada época, mas que permanecem, principalmente relativos às questões sociais, de classe, dinheiro e poder.

Os presídios, mesmo com trabalhos forçados, não conseguem reabilitar o sentenciado; são locais voltados exclusivamente para o castigo, garantindo, em termos teóricos, que o criminoso, encarcerado, não cometa outros atentados à paz social. A prisão e todas as formas de trabalho pesado desenvolvem apenas o desejo pelos prazeres proibidos, bem como uma terrível irresponsabilidade. Estou convencido de que o tão prolongado regime de penitenciária oferece resultados falsos, decepcionantes, ilusórios. Esgota a capacidade humana, define o espírito e, depois, apresenta aquele detento mumificado como um modelo de regeneração. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 26).

Toda essa teia de erros, arbitrariedades e omissões – e de crimes – desemboca nos espancamentos que vi com meus próprios olhos, que tinham o claro intuito de “amaciar a carne”, educando os presos recém-ingressos na rígida disciplina do porrete que impera no submundo das prisões. Que tem na tortura, entendida mais amplamente, e não apenas como dor física, a sua espinha dorsal.

O que é a própria privação de liberdade, afinal, senão uma forma moderna de tortura, igualmente cruel, embora socialmente aceita? (MENDES, 2017, p. 139).

Podemos observar a importância da crítica social trazida pelos autores em ambos os livros. Nestas duas citações já podemos ter uma ideia da grandiosidade das obras literárias, da percepção que a prisão não melhora os indivíduos, sendo um local voltado para o castigo que tem como resultado um “detento mumificado como um modelo de regeneração”, uma forma de punição naturalizada e “aceita socialmente”, pois permanece em seus porões.

Consideramos que a prisão reflete muitas questões da sociedade como, por exemplo, questões de classe, de poder, de massificação, de violência, mas que dentro do cárcere percebe-se que estas ocorrem de forma mais profusa, pois ao mesmo tempo em que é um espaço social também está fora deste, à margem, o que permite que o ser humano extrapole seus instintos mais perversos. Esta ambivalência permite que ocorram modos de vidas peculiares e práticas específicas de controle e dominação, tanto por parte da equipe dirigente como por parte dos prisioneiros que detêm maior poder, e estas vivências, mesmo quando divulgadas, não têm o mesmo valor da população em liberdade.

### 3.2 A REPRESENTAÇÃO, PERMANÊNCIA E AUMENTO DA VIOLÊNCIA E DO PODER

Continuando com as questões de violência ocasionadas no cárcere, podemos dizer que, além das outras temáticas que este sistema reflete, esta é uma das mais importantes, pois a prisão consegue a naturalização, a legitimação do poder de punir, punição essa que ocorre de diferentes formas, incluindo a violência física. Os suplícios em público acabaram, mas será que o sofrimento físico de fato foi extinto? Podemos observar isso tanto na narrativa de Dostoiévski (na época em que alguns castigos físicos eram legalizados), como na história de Mendes (quando estes já estavam legalmente proibidos).

Hannah Arendt vê o século XX como um tempo de violência (guerras, revoluções). A autora considera que o progresso técnico dos instrumentos da violência alcançou um objetivo político, sendo a violência distinta do poder, da força ou do vigor, mas atrelada à justificativa dos “fins”. Ou seja, “os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e são necessários para alcançá-los” (ARENDR, 1985, p. 3). Segundo a autora, muitas vezes os conceitos de violência e poder são utilizados de forma errônea.

Arendt convoca o leitor a refletir sobre a história e a política, pois não tem como ignorar o papel que a violência desempenhou nas atividades humanas. Em importantes discussões esta é deixada de lado ou é ignorada, “pois ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos”. Em diversos momentos a violência é considerada como algo banal ou, então, entra no campo da religião, na justificativa “do apoio a Deus”, ficando num registro marginal, sem ter a devida discussão e reflexão (ARENDR, 1985, p. 6). Por outro lado, o século XXI, após a experiência de guerras e revoluções, iniciaria uma banalização da violência, uma vez que esta é aceita como único instrumento de superação dos obstáculos que afetam o homem.

A diferenciação, por parte da autora, da violência e do poder é importante ponto para refletirmos sobre a ocorrência destes no âmbito prisional. Deixamos o questionamento: Qual impera nos presídios?

De acordo com Arendt consideramos a ideia de que a filosofia da violência mantém relações constitutivas com os conceitos de poder, política e Estado. Em sua teoria, além de realizar uma revisão conceitual, contribui para desmistificar a violência por meio de três dimensões: a *desnaturalização*, a *despersonificação* e a *desdemonização*. Em relação à *naturalização*, a autora desconstrói o sentido desta ao afirmar que a violência não é natural. A *personificação* da violência também é descartada, ou seja, Arendt recusa as metáforas orgânicas que compreendem a violência como doença ou enfermidade social, negando a relação entre violência e a potencialidade do sujeito. Bem como nega a *demonização*, ao afirmar que há uma racionalidade instrumental na violência, afastando-a dos ritos mágicos e demoníacos.

Diante disso, a violência é uma ação que agride a condição humana, compreendida como as formas de vida que o homem irá impor a si mesmo para sobreviver, exercendo ações que buscam suprir as necessidades de sua existência e que variam no espaço e no tempo, sendo estas ações e comportamentos do homem condicionados pelo contexto sócio-histórico em que está inserido. Segundo Arendt, “até mesmo aqueles que condicionam o comportamento de outros homens tornam-se condicionados pelo próprio movimento de condicionar” (ARENDR, 1985, p. 35). Essa fala, apesar de não ter sido dita em relação ao sistema prisional, nos remete a ele, pois, *a priori*, quem comete violência é o sujeito que está encarcerado, mas nas descrições dos dois livros podemos observar que a violência ultrapassa esse limiar<sup>49</sup>: a violência vem do outro lado:

E os soldados batiam com toda a força; saltavam chispas dos olhos do infeliz, que começava a gritar [...] – Bem, então o levem. Mas não o matem – grita para os soldados, sabendo no entanto que nem um só pau há de deixar de cair sobre as costas do culpado. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 210-211).

---

<sup>49</sup>Não entraremos, aqui, na discussão relativa ao adoecimento e modificação de comportamento dos funcionários do cárcere, entretanto é importante mencionar que diversos estudos apontam como sendo uma das piores profissões do mundo, pois muitos também precisarão se domesticar para conseguir trabalhar, ou seja, sentirão os efeitos da instituição total sobre os seus corpos.

[...] Nas demais galerias não era assim, e os presos que porventura fossem flagrados acendendo-as<sup>50</sup> estavam sujeitos aos espancamentos, praticamente único método disciplinar adotado ali. (MENDES, 2017, p. 125).

Arendt afirma que a violência é um fenômeno pré-político, e suas expressões irão se relacionar com a deterioração da política e com a ausência de ação e do diálogo, expressões efetivas de poder. Dentro do cárcere, como demonstrado nos livros, e nestas passagens, o prisioneiro tem pouca voz, o diálogo quase não ocorre com quem tem o poder. Mas não necessariamente o poder estará ligado à violência, “o poder é de fato a essência de todo o governo, mas não a violência” (ARENDR, 1985, p. 40). As relações que irão definir e separar o poder, a força e a violência se estabelecem na maneira como ocorrerá a execução do comportamento humano e na forma como se realizará a interpretação deste comportamento.

O que define e separa a violência do poder será a dimensão da política, que está ausente em situações de violência e presente em relações de poder. No sistema prisional, como podemos ver no relato de Mendes, o Estado falha, não proporciona o básico para a sobrevivência digna das pessoas que ali estão, o que permite que se organize uma vida “alheia” ao mundo em liberdade, com leis e regras próprias; a violência não está apenas no ato do espancamento, mas nas condições de vida impostas:

Jamais observei, por parte da administração dos presídios em geral, e da direção de Bangu 10 em particular, qualquer preocupação com a limpeza e condições adequadas dentro das celas, que ali eram quentes e úmidas. Naquele lugar, mosquitos e baratas eram “lixo”. E isso ainda não era nada comparado aos relatos de infestações de ratos, percevejos e mesmo morcegos que ouvi de internos de outras unidades. (MENDES, 2017, p. 72-73).

O mínimo de dignidade é retirado, nem o básico de higiene é mantido. Desta forma, se torna um ambiente propício para a violência, já que essa se distingue do poder no sentido que ela é utilizada em relações sociais desiguais e hierarquizadas, em que não há liberdade, sendo compreendida como dispositivo de controle e subjugação. Por outro lado, atualmente não existem mais os suplícios em público ou

---

<sup>50</sup>Em função da quantidade de mosquitos criaram as chamadas *japiracas*, que eram feitas por “uma longa tira de papel higiênico bem enrolado, que colávamos com cuspe na parede [...] (até hoje, não faço a menor ideia da origem dessa expressão)” (MENDES, 2017, p. 125).

as punições físicas legalizadas, mas a violência permanece, pois houve uma mudança na legislação, mas não na concepção social de punição. Punir ainda está atrelado imaginariamente ao desejo de ver o infrator sofrendo/castigado no corpo, não basta apenas na alma:

Não há dúvida de que o instante que precede o castigo é muito penoso, tão penoso que pode ser que eu incorra em pecado ao chamar a esse medo pequenez de ânimo e covardia. Devia ser terrível quando se sofria um castigo duplo ou triplo e não era administrado de uma só vez. Já falei de alguns condenados que se apressavam a pedir alta, espontaneamente, quando ainda não tinham sequer as costas cicatrizadas das últimas pancadas, a fim de receberem as restantes e de ficarem definitivamente com as suas culpas saldadas, pois o estar pendente do castigo no corpo da guarda era indubitavelmente pior do que o presídio. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 204).

Na passagem do livro, Dostoiévski demonstra tanto o sofrimento físico como psicológico, o tempo que precede o castigo, saber que este virá e não ter o que fazer para mudar isso. Mendes também relata o convívio com a tortura, não se sabia a hora exata, mas quando chegavam novos prisioneiros esta vinha tanto com espancamentos (no corpo) como com xingamentos e humilhações (na alma).

O convívio com a tortura era parte inseparável da rotina em Bangu 10. A qualquer hora do dia ou da noite, mas principalmente durante o dia, quando chegavam novas turmas de presos, os espancamentos, xingamentos, humilhações e toda sorte de covardias vinham nos recordar onde estávamos. (MENDES, 2017, p. 137).

Segundo Arendt a essência do poder seria o domínio, mas não o uso da violência. Para dominação o poder necessita do grupo, é preciso do comum acordo, ou seja, só vai existir enquanto o grupo estiver sólido, deve haver investimento, é preciso que pessoas atuem em nome daquele que se encontra no poder. Uma distinção entre o poder e a violência “é que o poder tem a necessidade de números, enquanto que a violência pode, até um certo ponto, passar sem eles por basear-se em instrumentos” (ARENDR, 1985, p. 22).

Por outro lado, a violência é a instrumentalização da potência e da força com vista à sua ampliação, e a força é a energia liberada, que pode ser utilizada para fortalecer ou não as relações sociais: “A violência é capaz de destruir o poder, mas

nunca de substituí-lo (...), nem poderá reconstruí-lo ou recuperá-lo” (ARENDR, 1985, p. 214). Arendt constata ainda: “A violência não reconstrói dialeticamente o poder: paralisa-o e o aniquila” (ARENDR, 1985, p. 9). E prossegue:

A “violência”, finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, está ela próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo. (ARENDR, 1985, p. 22).

Poderíamos pensar que o poder está mais atrelado à persuasão; já a violência, requerendo o uso da força, à obediência. Para que a última ocorra não é necessário que haja persuasão. Porém ser diferentes não significa que não possam andar juntos em algum momento. Muitas vezes ocorre a combinação entre o poder e a violência.

Ademais, nada é mais comum do que a combinação da violência com o poder, nada menos frequente do que encontrá-los em sua forma mais pura e portanto mais extrema. Não se pode concluir daí que a autoridade, o poder e a violência sejam uma mesma coisa. (ARENDR, 1985, p. 22).

Arendt considera que nenhum dos dois são fenômenos naturais do homem, mas ambos são pertencentes “ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade para agir, a habilidade para começar algo novo” (ARENDR, 1985, p. 60).

Sendo a ocorrência da violência uma transgressão dos padrões de civilidade, que ocorre mediante a força física, quanto maior seu direcionamento, maior será a intensidade da violência. Ocorre justamente quando a palavra falha, pois a humanização é operada por meio da “palavra e do discurso”, a qual permite e presume a sua verdade (ARENDR, 2006). Podemos observar que em ambos os relatos os padrões de civilidade são transgredidos e a palavra falha, conseqüentemente a violência vem com tamanha intensidade:

[...] Essa divisão do castigo em duas metades efetuava-se sempre por indicação do médico que assistia ao suplício [...]. De maneira geral, quinhentos, mil, e até mil e quinhentos açoites aguentavam-se de uma vez; mas se o castigo consistia em dois ou três mil, a sua execução fazia-se em duas ou ainda em três vezes [...]. Depois do longo processo, começou a sonhar com o caminho, a fuga, a liberdade, os campos e os bosques... Dois dias depois da sua saída do hospital morria ali mesmo, na mesma cama de antes, por não ter suportado a segunda volta de açoites. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 215-216).

Fui levado para o Instituto Médico Legal (IML), a fim de realizar o protocolar exame de corpo delito [...]. Um funcionário do IML vestido de branco – não sei se era médico –, chamado pelo policial que me escoltava de “doutor” (o jaleco e o tratamento que recebia era a única coisa que o diferenciava do guarda), me perguntou, sem sequer me olhar nos olhos:

– Sofreu maus tratos?

– Não.

[...] E só. Fui dispensado sem que o homem do jaleco branco tivesse me olhado, me tocado, sequer me escutado, provavelmente. [...] Pensei: sozinho, algemado, escoltado por um policial, a caminho do sistema penitenciário, quantos presos nessas condições teriam coragem de denunciar eventuais maus tratos recebidos? E, uma vez denunciados, que consequências isso teria, se é que teria alguma? (MENDES, 2017, p. 62-63).

Essa questão da negligência nos momentos de doença, ou nos atendimentos médicos, é demonstrada em ambas as narrativas. Obviamente que não se pode generalizar, mas a ciência também pode ser utilizada como forma de violência.

[...] Refiro-me aos grilhões que não eram retirados nem mesmo dos doentes em estado desesperador. Até mesmo os tuberculosos morriam com eles, conforme vi. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 189).

Em Bangu 10, via chegarem constantemente detentos arrebatados de pancadas ou baleados, mancando, andando descalços no chão imundo da prisão, com curativos abertos. Uma vez, um preso com princípio de ataque cardíaco foi retirado da cela e colocado deitado no corredor em frente à galeria, no chão, acudido por outros detentos, e só depois de horas chegou o caminhão da escolta para levá-lo ao hospital do complexo penitenciário. Jamais saberei se aquele preso sobreviveu. (MENDES, 2017, p. 134).

A legislação entre uma narrativa e outra mudou, bem como podemos observar as formas e os instrumentos punitivos. Na primeira narrativa o que predomina são os açoites; já na segunda, os métodos estão mais modernos. De qualquer forma a violência impera. Seguindo as concepções arendtianas, podemos

pensar nos nexos estabelecidos entre Estado, violência e, neste caso, entre estabelecimentos prisionais. Espaço em que o diálogo é extremamente limitado ou quase inexistente, não há liberdade de ideias, ocorre uma perda da individualidade e privacidade, com ações desumanizadoras. Entre os inúmeros motivos, cremos que os citados são fundamentais para a ocorrência de práticas que extrapolam o poder e recaem em ações violentas, sendo muito difícil ao prisioneiro não se institucionalizar ou se domesticar à instituição:

[...] a vida é apenas prisão, prisão... Não é de admirar que toda sorte de ideias tolas invada a cabeça deles. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 40).

É preciso muita disciplina e um esforço tremendo para não ser devorado pelo meio, para não naturalizar o que ele tem de absurdo, para manter-se consciente e, nesse sentido, livre. A prisão, afinal, nada mais é do que um mecanismo pensado para quebrar almas e vontades, mais do que para reter corpos estritamente. Uma máquina de moer gente. (MENDES, 2017, p. 215).

Por outro lado, observa-se também que algumas mudanças no tratamento dos prisioneiros ocorrem de acordo com o corpo dirigente, que está à frente da administração penitenciária ou na guarda. Como os presos, a direção e a guarda são compostas por seres humanos complexos, que também acabam, muitas vezes, se adaptando ao ambiente.

Já encontrei comandantes benevolentes e constatee o poder que exerciam sobre os humilhados. Umas duas palavras cordiais bastavam para levantar o moral do detento, que ficava feliz como criança e passava a lhe dedicar apreço. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 123).

O tratamento dos guardas era visivelmente menos agressivo do que em Bangu – dificilmente poderia ser mais brutal, realmente. (MENDES, 2017, p. 100).

A comparação da representação do presídio descrito nos livros *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão* nos permite observar alguns traços imutáveis e atemporais de uma instituição total e de tentar compreender a lógica social que impera por trás do sistema prisional – reflexo de uma sociedade punitiva e

excludente. Como exemplo de traços que permanecem, podemos citar: a conferência diária dos sujeitos que ali estão, a falta de privacidade, a adaptação do homem ao presídio, a domesticação dos seus corpos, a convivência forçada e a perda da individualidade; a maioria da população presa sendo de baixas condições financeira, as diferenças de tratamento para aqueles que têm mais condições, bem como o uso de drogas. Em suma, aspectos da prisão que aparecem independentemente da época. A instituição total deve conseguir penalizar o corpo e a alma, ou seja, “à expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 2007, p. 18).

Diante disso, observamos que as questões de violência ultrapassam o sujeito encarcerado, mesmo com legislações diferentes elas permanecem e, talvez, até de forma mais contundente. A banalização da violência está principalmente diante de um poder que não oferece as condições mínimas de sobrevivência, ocasionando, assim, a mudança da “obrigação” de manutenção e de oferecimento de objetos básicos para outrem (para o preso que tem dinheiro), e com isto o recrutamento e necessidade de que o preso (sem dinheiro) fique em dívida e tenha obrigação com aquele que lhe deu algo. Isso faz com que o Estado perca forças e conseqüentemente o controle da instituição.

Podemos aproximar Arendt, Foucault e Goffman, pois os três autores refletem sobre as instituições sociais que necessitam assumir responsabilidades, na perspectiva de transformar práticas que estimulem a liberdade do pensamento e inibam ações desumanizadoras, assegurando a circulação da palavra e sua autoridade enquanto organização revolucionária que deve promover a inclusão da vida na política.

Apesar das especificidades de cada produção, como vimos, os dois livros não primam pelos delitos cometidos ou o passado do preso. O foco principal das narrativas é do tempo vivido no presídio, trazendo no âmago das histórias pessoas que normalmente não são colocadas como protagonistas, mas que são colocadas à margem, vistas com superficialidade e de forma generalizada.

Por outro lado, podemos pensar nas discontinuidades da pena, ou seja, em novos dispositivos e formas contemporâneas de violência e de castigo, entre elas o aumento da população carcerária, o que ocasiona uma estrutura inadequada com

escassez do básico para viver, mas o que fica mais evidente é o surgimento de novos dispositivos de violência. Como mencionamos, os suplícios e castigos físicos legalmente foram extintos; todavia, permanecem de outras formas como se observa no livro de Mendes. Entre elas podemos citar as inúmeras transferências que ocorrem quando um preso comete algum ato indisciplinar e é enviado para outro presídio distante da família, como forma de castigo. Estas também aparecem na narrativa de Dostoiévski, mas se intensificaram e aprimoraram; a violência passou a ocorrer também com as “viagens” até o fórum para audiência. Vejamos algumas citações:

Alguém concebe como seja fazer as necessidades quase coletivamente? Pois era esse caso, afinal, em um cubículo minúsculo, habitado por cinco ou seis pessoas, não passava despercebido quando uma delas ia ao boi, nem os sons e os cheiros que vinham daí. (MENDES, 2017, p. 203).

As condições em que éramos transportados para aquelas audiências eram terríveis [...]. Essa condição degradante tornava-se ainda pior pelo contraste violento com o ambiente do Tribunal. Não era raro entrarmos com a camisa ainda úmida de suor na sala de audiências, onde o potente ar-condicionado nos fazia tremer de frio. Indignava-me ver toda aquela imponência no falar e no vestir, os luxos e privilégios que cercam o Poder Judiciário, quando alguns passos dali reinava a sujeira, as revistas humilhantes, as agressões físicas e morais, o medievalismo, enfim. Uma vez, vi chegar ao Tribunal uma pessoa cuja algema fora tão barbaramente apertada em seus punhos que não conseguiam mais tirá-la. Andávamos três ou quatro presos algemados uns nos outros, sempre sob a rude voz de comando: Rápido, vagabundo, rápido! (MENDES, 2017, p. 263-265).

A prisão se tornou mais deletéria com o passar dos anos, ao invés de diminuir aumentou sua população, ao invés de ter melhores condições de habitação estas pioraram e ao invés da violência cessar essa ficou ainda mais ardilosa, cada vez mais a prisão se tornou um espaço em que a qualquer momento pode acontecer algo surpreendente. A *casa dos mortos* não é apenas simbólica, mas ocorre no corpo e na alma, no real, na morte que pode advir dos homicídios dentro do cárcere, mas também nos suicídios:

Alessandro estava morto. Suicidara-se com uma lâmina de barbeador, comprada a dois reais na cantina, usada como tesoura pelos presos. Com essa pequena navalha cortou a garganta, na calada da noite, e suportou a

agonia sem dar um pio, no mais profundo silêncio, tão definitiva era a sua decisão.

*Terrível, terrível.* (MENDES, 2017, p. 305).

Foi mesmo que eu senti, naquele primeiro momento: ódio, um ódio difuso, confuso, contra tudo o que me cercava. Ódio inexprimível em palavras. Senti-me mais preso do que nuca, enjaulado, acuado, impossibilitado de sair da cela um minuto que fosse, respirar o ar fresco, certificar-me que amanhã e a vida ainda existiam em algum lugar ali fora, apesar de tudo. O cheiro repugnante da morte, o sangue escorrendo pela cela, sujando a galeria, a presença de diretor, subdiretor, carcereiros, faxinas, curiosos e tanta gente vinda não se sabe da onde, tudo aquilo me oprimia, me cansava, me consumia. O diretor falou alguma coisa que não compreendi, pois só via seus movimentos. Não ouvia mais nada além da minha própria mente inquieta.

*O que eu estou fazendo nesse lugar, mil vezes maldito?* (MENDES, 2017, p. 307-308).

### 3.2.1 O mal-estar persiste

Na tentativa de responder ou refletir sobre a dificuldade de melhoria do cárcere, não podemos não pensar na sociedade que o permeia, pois, por mais que se tente deixá-lo à parte, este é pertencente à sociedade e, mais que isso, é reflexo da cultura em que está inserido. Com base em Sigmund Freud, podemos pensar sobre o homem civilizado e a sua condição na cultura, bem como elencar algumas hipóteses sobre o porquê dessa permanência e propagação da violência a qual perpassa a história da humanidade e se efetiva de forma contundente no âmbito prisional. Em sua célebre obra “O Mal-Estar na Civilização” (1974) (*Das Unbehagen in der Kultur*), escrita em 1930, o autor traz ponderações importantes acerca do papel da cultura na condução do mal-estar vivenciado pelo sujeito. Para isso, elencou algumas situações de impasse que levam o ser humano a sofrer. Seriam elas: o declínio natural do corpo; as imperfeições das nossas leis; e as exigências internas de satisfação.

Freud chegou à conclusão de que os sofrimentos e a angústia psicológica provêm, em sua maioria, da renúncia de uma parte considerável da liberdade em troca de um aumento na segurança. Esta liberdade é a principal vítima do “processo civilizatório”, bem como o maior descontentamento da vida civilizada. Como já pontuamos, com o advento do Iluminismo e a valorização do científico, passa-se a primar pela segurança por meio do aumento de privações, ou seja, da construção de

presídios e de muros de defesa que isolem aqueles que violaram as regras sociais. Muros que só foram aumentando ao longo da história, pois onde tem um problema se constrói um muro. Nos últimos cinquenta anos houve um aumento na construção dos muros, as técnicas vão se aperfeiçoando, como nos disse Arendt, para além dos muros das prisões foram construídos os muros nas cidades: o muro de Berlin, muro de Gaza, muro dos guetos, entre os muros das casas, cada vez maiores, para afastar o convívio com o humano não desejado. Nesta lógica, sem lógica, Freud nos dirá que o sofrimento na civilização estaria muito relacionado ao sentimento de não pertencimento ao lugar em que estou.

É interessante observarmos que o primeiro título dado pelo autor ao texto é “Infelicidade na Civilização”. Freud considera que a vida, tal como ela é, é árdua demais, pois temos muitas decepções, sofrimentos e tarefas impossíveis para suportar, por isso recorreríamos a medidas paliativas como a derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossas desgraças; satisfações substitutivas e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a elas. Outros derivativos seriam a atividade científica e a arte, que também poderia oferecer satisfações substitutas.

Considerando os postulados de Freud, as substâncias químicas conseguem provocar sensações prazerosas e alteram a sensibilidade. O que faz com que ocorra uma incapacidade de receber impulsos desagradáveis, o que se deseja é o prazer imediato, mas também está presente o desejo de independência do mundo externo, pois “com o auxílio desse amortecedor de preocupações” é possível afastar-se da pressão da realidade e “encontrar refúgio num mundo próprio com melhores condições de sensibilidade” (FREUD, 1930, p. 97). E complementa:

O serviço prestado pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhes concederam um lugar permanente na economia de sua libido. (FREUD, 1930, p. 97).

Esse “veículo intoxicante” pode ser observado no motivo de tantos aprisionamentos nos quais o tráfico é a principal causa, estando, conseqüentemente, o uso de drogas atrelado. Como vimos, no relato dos dois livros este uso de substâncias psicoativas permanece no cárcere, seja o tabaco, a cachaça, a maconha, a cocaína ou o *crack* e as medicações controladas. As drogas

perpassam as histórias, sendo subsídios para suportar a vivência naquele espaço, ocorrendo um aumento significativo e variado de uma história para a outra.

Porém, o autor nos adverte que, da mesma forma como pode ocorrer a satisfação, pode surgir um grave sofrimento “caso o mundo se recuse a satisfazer nossas necessidades” (FREUD, 1930, p. 97). Freud considera que a civilização seria responsável por grande parte da infelicidade do ser humano. Sugere que talvez seríamos mais felizes se retornássemos às condições primitivas. Parece uma afirmação estranha, mas que Freud justifica pelo fato de que “todas as coisas que buscamos a fim de nos proteger, fazem parte dessa mesma civilização” (FREUD, 1930, p. 106). O autor reconhece que é difícil saber o grau de felicidade dos homens das épocas anteriores, pois tanto a felicidade como o sofrimento são sentimentos subjetivos e difíceis de serem mensurados.

A felicidade, contudo, é algo essencialmente subjetivo. Por mais que nos retraíamos com o horror de certas situações – a de um escravo de galé na Antiguidade, a de um camponês durante a Guerra dos Trinta Anos, a de uma vítima da Inquisição, a de um Judeu à espera de um *progrom* – para nós, sem embargo, é impossível nos colocarmos no lugar dessas pessoas – adivinhar as modificações que uma obtusidade original da mente, um processo gradual de embrutecimento, a cessação das esperanças e métodos da narcotização mais grosseiros ou mais refinados produziram sobre a receptividade delas às sensações de prazer e desprazer. (FREUD, 1930, p. 108).

De fato, como Freud afirma, é muito difícil saber quem sofreu mais, não há como fazer um comparativo entre os sofrimentos. O que podemos é pincelar algumas hipóteses para tentar compreender essas mudanças e permanências sociais.

Freud traz outro ponto importante sobre a civilização, que é o progresso das ciências naturais, como falamos no primeiro capítulo. O autor considera que esse progresso não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa e de felicidade, deixando o seguinte questionamento: “Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação?” (FREUD, 1930, p. 108).

A ciência trouxe consigo uma exigência de objetividade, mas também um pensamento higienista. Freud pontua que de forma mais aferrada ficou difícil a

convivência com a “sujeira” que vem do outro, não parecendo esta compatível com a civilização, estendendo, assim, a limpeza corporal a uma ordem social aclamada: “Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização” (FREUD, 1930, p. 114).

Desta forma, a felicidade que o homem deseja atingir esbarra na experiência de infelicidade ocorrida em três principais fontes: o nosso corpo, o mundo exterior e as nossas relações com outros homens. A civilização irá impor como exigência restrições que caberão à justiça controlar para que não se fuja a elas. Restrições estas que devem ser seguidas para que se mantenham os relacionamentos sociais de forma regulada, os relacionamentos mútuos do homem, “relacionamentos estes que afetam uma pessoa como próximo, como fonte de auxílio, como objeto sexual de outra pessoa, como membro de uma família e de um Estado” (FREUD, 1930, p. 115).

O passo decisivo da civilização seria a substituição do poder individual para o poder de uma comunidade: “A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo. Isso não acarreta nada quanto ao valor ético de tal lei” (FREUD, 1930, p. 116). Nesta lógica civilizatória, a liberdade não constitui uma marca e a lei parece ser a expressão de uma parte da comunidade. O que vai ao encontro do que Michel Foucault nos diz sobre a população que passa a ser presa, ou seja, parte da sociedade que não se quer ver, os “sujos” das cidades. Por outro lado, podemos pensar que nem sempre a lei segue uma questão ética, mas, sim, está atrelada aos dispositivos de poder ou de quem está no poder.

Em 1920 Freud escreve o texto “Além do Princípio do Prazer”, no qual traz o conceito de pulsão de vida e pulsão de morte, conceito que passa a ser fundamental em sua teoria. No texto “O Mal-Estar na Civilização” (1930) o autor retoma esta tese para afirmar que o ser humano nasce com estes dois instintos, o de perpetuação da vida (*Eros*), mas também o desejo de morte (*Thánatos*), bem como uma tendência sadomasoquista, a qual incide na existência de uma inclinação para a agressão. Todos necessitam de certa agressividade para sobreviver, entretanto observa-se que esta, muitas vezes, extrapola:

[...] os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-la sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1930, p. 133).

Como a sociedade em geral, o presídio também possui todos os tipos de homens, com as mais diversas condutas, e podemos observar esta agressividade tanto no homem preso, como também naquele que mantém “a ordem” do presídio, o carrasco, ou sentinela, ou agentes prisionais, ou até mesmo no corpo técnico, pois todos estão na condição de humano. Freud diz que a agressão irá se manifestar de diferentes formas, muitas vezes espera provocação ou se manifesta em circunstâncias favoráveis, revelando “o homem como uma besta selvagem a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho” (FREUD, 1930, p. 133).

Quem quer que relembre as atrocidades cometidas durante as migrações raciais ou as invasões dos hunos, ou pelos povos conhecidos como mongóis sob a chefia de Gengis Khan e Tamerlão, ou na captura de Jerusalém pelos piedosos cruzados, ou mesmo, na verdade, os horrores da recente guerra mundial, quem quer que relembre tais coisas terá de se curvar humildemente ante a verdade dessa opinião. (FREUD, 1930, p. 133).

Como visto, esta agressividade perpassa a humanidade, mas pensamos que o presídio é um local no qual há circunstâncias favoráveis para manifestações de agressividade, pois é um espaço aceito socialmente para causar sofrimento. É um espaço no qual os instintos primitivos de agressividade podem aflorar, não é necessária uma inibição profunda das pulsões de morte, estas aparecem mais contundentes na forma de violência.

[...] tratava-se de um major, cuja índole produzia um efeito mortal entre os prisioneiros, fazendo todos tremerem diante dele. Sua noção de disciplina ultrapassava qualquer limite, ele estava sempre “pisando nas pessoas”, como diziam os prisioneiros. Sua característica mais temível eram os olhos de lince, dos quais nada escapava. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 24-25).

Os espancamentos eram frequentes, sobretudo no retorno ao presídio, para que fosse mais difícil sua denúncia. Eram tapas na cara, socos, chutes, normalmente porque os presos conversavam na hora da revista ou teriam olhado para o rosto dos agentes. Não havia pecado maior que este: a atitude que permite identificar o que tortura ou mata é também passível de ser punida, como ocorria nos porões do regime militar, como ocorre atualmente nas favelas ou no campo. Era comum sermos jogados em viaturas vomitadas, e eu ouvi vários relatos de presos que eram espancados por terem cometido “indisciplina” de passar mal. (MENDES, 2017, p. 264).

Nas citações podemos observar essa violência exercida sobre os presos. Qualquer ato é motivo para justificar a ação violenta e essa ação ocorre com a justificativa da necessidade da manutenção da disciplina, ou da velha justificativa de que quem está preso “fez por merecer”.

Os conceitos de pulsão são conceitos fundamentais na obra de Sigmund Freud. Entre seus trabalhos os elabora nos textos “Recordar, Repetir e Elaborar”, escrito em 1914, e “Pulsões e seus destinos”, de 1915, retomando e aprofundando a questão da agressividade e da destrutividade não eróticas no texto “O Mal-Estar na Civilização”. Esta tendência à agressividade e destrutividade é muito difícil de ser aceita pela sociedade, e este seria um dos motivadores para a justificativa da existência de Deus, como imagem da perfeição, e do Demônio como prerrogativa para a maldade humana.

Deus nos criou à imagem de Sua própria perfeição; ninguém deseja que lhe lembrem como é difícil reconciliar a inegável existência do mal – a despeito dos protestos da Christian Science – com o Seu poder e a Sua bondade. O Demônio seria a melhor saída como desculpa para Deus; dessa maneira, ele estaria desempenhando o mesmo papel, como agente de descarga econômica, que o judeu desempenha no mundo ideal ariano. Mas, ainda assim, pode-se responsabilizar Deus pela existência do Demônio, bem como pela existência da malignidade que este corporifica. Em vista dessas dificuldades, ser-nos-á aconselhável, nas ocasiões apropriadas, fazer uma profunda reverência à natureza profundamente moral da humanidade; isso nos ajudará a sermos populares e, por causa disso, muita coisa nos será perdoada. (FREUD, 1930, p. 142-143).

As justificativas sociais para atitudes benevolentes ou malévolas recaem na premissa da existência de um Deus e de um Demônio; enquanto o primeiro será símbolo da bondade, o segundo será culpado pelos males do mundo. Essa justificativa surge, pois o ser humano não consegue se haver com seus próprios

instintos e pensamentos, é difícil reconhecer que em seu âmago não existe apenas bondade. Negando a existência da “ruindade humana”, é preciso colocar a culpa num outro, místico e inexistente. Na mesma equivalência existiriam “homens bons” e “homens maus”. Freud se opõe a isso dizendo que a agressividade do homem é algo “instintivo, original e autossustentado” (FREUD, 1930, p. 144) e, ao mesmo tempo, o maior impedimento para a civilização.

Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e, portanto, a evolução da civilização pode ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida. E é essa batalha de gigantes que nossas babás tentam apaziguar com sua cantiga de ninar sobre o Céu. (FREUD, 1930, p. 145).

Essas manifestações de bons e maus aparecem tanto nos presos como na equipe dirigente, como foi mencionado. Ambas as narrativas primam por trabalhar a complexidade dos seres que ali se encontram e não têm como foco o delito cometido, mas em ambas há menção aos prisioneiros que cometeram delitos mais graves, pois os *facínoras* podem estar em ambos os lados:

É DIFÍCIL FALAR sobre **facínora**<sup>51</sup>. Mas não existem muitos, nem aqui nem fora do presídio. O aspecto deles é terrível, e a lenda de horrores que os acompanha já é suficiente para se manter distância deles. Um sentimento incerto obrigava-me, no começo, a me afastar desses indivíduos. Com o tempo mudei meu julgamento, mesmo em se tratando de criminosos medonhos. O fato é que muitos que nunca mataram alguém são muitíssimo piores que outros confinados por seis assassinatos. Há crimes sobre os quais é complicado ter até mesmo uma explicação, tão surpreendente é o fato de terem acontecido. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 119).

As características particulares de cada um, que muitos chamam ‘humanas’ – referência superficial, aliás, porque todos nossos atos, mesmo os mais assombrosos, não podem deixar de ser atos humanos – empalidecem. (MENDES, 2017, p. 314).

---

<sup>51</sup>Grifo meu.

Como saber se este fulano com quem converso agora tentando animá-lo a seguir a luta, não seria capaz de assassinar-me, a pedido de um patrão que ele mesmo sabe ser cruel e venal? Mas, questão ainda mais difícil, é saber se o **facínora**<sup>52</sup> está apenas representando o bom vizinho, por força das circunstâncias ou se, ao contrário, essa pessoa que nos sorri bondosamente é que é a real, e a miséria cometida anteriormente foi um ponto fora da curva, uma exceção. (MENDES, 2017, p. 318).

Podemos observar que ambos os narradores usam o termo *facínora*, o qual é utilizado para nomear um indivíduo que comete um crime com crueldade ou perversidade acentuada. Observa-se a reflexão sobre a complexidade do julgamento do sujeito, que vai para além do crime cometido; com a convivência o prisioneiro pode surpreender tanto positivamente como negativamente, pois nem sempre a crueldade está associada ao delito pelo qual foi condenado e, sim, à maneira como o sujeito age. A segunda passagem mostra que no cárcere, pela convivência constante entre os prisioneiros, pessoas que na maioria das vezes não se conheciam, a dúvida sobre a verdade se intensifica, a luta pela sobrevivência se faz presente.

Considerando, então, a agressividade como parte do ser humano, Freud faz um importante questionamento: “Quais seriam os meios que a civilização utiliza para inibi-la?”. E constata que, nessa tentativa de inibição, haveria um retorno da agressividade ao Ego do próprio indivíduo, surgindo o sentimento de culpa, o qual será expressado como uma necessidade de punição. Dessa forma, a civilização conseguiria “dominar” o desejo de agressão deixando-o “guardado” no próprio indivíduo, mas não extinto. Quando esse desejo aparece, mesmo que não seja realizado, surge o sentimento de culpa, e por essa culpa haveria tantos castigos e penitências autoinfligidos. As origens desse sentimento estariam no medo da autoridade e no medo do Superego. Esse sentimento de culpa seria, para o autor, o mais importante problema no desenvolvimento da civilização. Pois o preço a pagar é uma “perda da felicidade pela intensificação do sentimento de culpa” (FREUD, 1930, p. 158).

Por conseguinte, é bastante concebível que tampouco o sentimento de culpa produzido pela civilização seja percebido como tal, e em grande parte permaneça inconsciente, ou apareça como uma espécie de *mal-estar*, uma insatisfação, para a qual as pessoas buscam outras motivações. As

---

<sup>52</sup>Grifo meu.

religiões, pelo menos, nunca desprezaram o papel desempenhado na civilização pelo sentimento de culpa. Ademais – ponto que deixei de apreciar em outro trabalho –, elas alegam redimir a humanidade desse sentimento de culpa, a que chamam de pecado. (FREUD, 1930, p. 160).

Como pontuamos, a religião é presente e aceita dentro do cárcere, algumas correntes mais que outras, mas, de qualquer forma, ela vem com este papel de salvação, de resgatar, de perdoar, mas principalmente de amenizar a culpa.

Freud faz uma equivalência entre o processo civilizatório e o caminho do desenvolvimento humano. Ou seja, o autor afirma que a comunidade também desenvolve um superego “sob cuja influência se produz a evolução cultural” (FREUD, 1930, p. 166). A semelhança entre o superego do processo civilizatório e o superego do indivíduo estaria no fato de que o primeiro se basearia na impressão deixada, pela história social e cultural, das personalidades dos grandes líderes, que podemos pensar, aqui, fazem o papel de “pais do social”, símbolos do que é tido como certo e do que é tido como errado.

Seguindo as considerações do autor, uma das formas de se romper ou sublimar estes desejos, de sublimar as pulsões agressivas e de morte, e conseqüentemente as manifestações que extrapolam a agressividade e se tornam violência, seria por meio da arte. As culturas que impetram trabalhar sua história, discutir e reconhecer suas mazelas e simbolizá-las, talvez consigam diminuir as ações violentas. Obviamente que isto não é uma regra, mas a arte pode “despertar” efeitos simbólicos inesperados no sujeito e na cultura de um povo, porém seu acesso não é tão fácil e difundido quanto o da religião.

### 3.3 LITERATURA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADE DE UMA CRÍTICA SOCIAL AO CÁRCERE

Iniciaremos com algumas questões centrais para reflexão: Como a crítica social é representada nas obras? Como se manifesta, na literatura, a crítica à sociedade? A literatura poderia ajudar no questionamento social e no processo de civilização do homem?

A partir das concepções da filósofa Hannah Arendt, podemos pensar sobre a *condição humana* e o papel da obra literária, principalmente a partir do seu texto “A condição humana” (1989), publicado em 1958:

O surpreendente florescimento da poesia e da música, a partir de meados, do século XVIII até quase o último terço do século XIX, acompanhado do surgimento do **romance, a única forma de arte inteiramente social, coincidindo com um não menos surpreendente declínio de todas as artes mais públicas, especialmente a arquitetura, constitui suficiente testemunho de uma estreita relação entre o social e o íntimo.** (ARENDR, 1989, p. 49)<sup>53</sup>.

A autora não aprofunda esta questão, mas no mesmo livro, mais especificamente no capítulo intitulado “A esfera pública: o comum”, propõe que o público será tudo que pode ser ouvido e/ou visto por todos, e seria justamente este “comum” a todos que constituiria a realidade. Por outro lado, pondera que o maior sentimento, o sentimento de dor física, seria a experiência mais provada e menos comunicável de todas...

[...] o sentimento mais intenso que conhecemos – intenso ao ponto de eclipsar todas as outras experiências, ou seja, a experiência de grande dor física – é, ao mesmo tempo, o mais privado e menos comunicável de todos. Não apenas por ser, talvez, a única experiência à qual somos incapazes de dar forma adequada à exposição pública; na verdade, ela nos priva de nossa percepção da realidade a tal ponto que podemos esquecer esta última mais rápido e facilmente que qualquer outra. Não parece haver uma ponte que ligue a subjetividade mais radical, na qual eu já não sou <identificável>, ao mundo exterior da vida. Em outras palavras, a dor, que é realmente uma experiência limítrofe entre a vida, no sentido de <estar na companhia dos homens>, e a morte, é tão subjetiva e alheia ao mundo das coisas e dos homens que não pode assumir qualquer tipo de aparência. (ARENDR, 1989, p. 60-61).

Algumas páginas adiante desta citação, Arendt nos fala da condição do escravo, e da desgraça da escravidão, que “consistia não só no fato de que o indivíduo era privado de liberdade e visibilidade, mas também no medo desses mesmos indivíduos obscuros <de que por serem obscuros, morreriam sem deixar vestígio algum de terem existido>” (ARENDR, 1989, p. 65). Estas constatações nos propõem pensar na importância da escrita, obviamente não esquecendo o cunho

---

<sup>53</sup>Grifo meu.

ficcional, mas no registro que a escrita possibilita. Arendt considera o romance como “a única forma de arte inteiramente social”, mas podemos pensar na literatura de modo geral, pois ela permitirá a representação dos sentimentos mais profundos do ser humano, incluindo sua dor de existir e sua dor de morrer. Obviamente que o leitor não viverá essa dor e experiência como aquele que passou por ela, mas a escrita desta permite que essa dor não caia no esquecimento, que a experiência vivida não deixe de ser lembrada.

Neste sentido, pensamos que as obras, trabalhadas nesta tese, mesmo tendo um cunho ficcional, permitem que um espaço que é deixado à margem seja representado pela escrita da experiência de quem o vivenciou, não esquecendo que os dois autores (tanto Dostoiévski como Mendes) experienciaram, cada um à sua maneira, a vivência no cárcere. Vivência esta que pode ser aproximada a uma experiência de morte, de morte na esfera social, da permanência em uma “casa de mortos”.

Incluindo as contribuições de Antonio Candido nesta discussão, o autor irá demonstrar, em seu livro “Literatura e Sociedade” (1967), que as relações estabelecidas entre a obra e o social perpassam a história. Desde o condicionamento social ser visto como base para compreender a obra até o momento em que foi considerado que o mesmo ocasionava uma “falha de visão”. De acordo com o autor, atualmente se tem uma visão mais madura dessa relação, entre a obra de arte e o social, do que se tinha anteriormente.

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores *externos*, quanto a outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. (CANDIDO, 1967, p. 4).

“Nem causa, nem significado, mas um elemento”, elemento este que faz parte da estrutura, tornando, então, o social como parte interna da obra literária. O social faz parte da intimidade da obra literária, no sentido que será por meio dele que a

matéria para o texto é fornecida, ou seja, o ambiente, os costumes, os traços, as ideias, sendo estes fatores sociais e psicológicos que irão atuar na estrutura e formação da obra e serão decisivos para sua análise.

A obra de Dostoiévski, aqui estudada, traz peculiaridades pontuais da época em que foi escrita, da legislação, dos costumes locais, da mobília, bem como do lugar onde a história se passa, e neste ponto, como já mencionado, nos permite fazer um paralelo com uma obra mais recente de nossa história, no caso a narrativa de Mendes, e observar quais os traços da instituição prisional se modificaram na história e quais permaneceram. Pois a arte, mais especificamente a literatura, é comunicação, e permite que sua representação seja experienciada entre tempos e época distintas:

Mas, justamente porque é uma comunicação expressiva a arte pressupõe algo diferente e mais amplo do que as vivências do artista. Estas seriam nela tudo, se fosse possível o solipsismo; mas na medida em que o artista recorre ao arsenal comum da civilização para os temas e formas da obra, e na medida em que ambos se moldam sempre ao público, atual ou prefigurado (como *alguém* para quem se exprime *algo*), é impossível deixar de incluir na sua explicação todos os elementos do processo comunicativo, que é integrador e bitransitivo por excelência. (CANDIDO, 1967, p. 26).

Se observarmos a história da humanidade, percebemos diversos retornos históricos, ou, como Sigmund Freud denominou, repetições<sup>54</sup>. Este conceito, trazido pelo pai da psicanálise, trabalha sobre a tendência do sujeito a repetir situações, atos ou discursos que, *a priori*, parecem indesejados e que causam sofrimento, ocasionados pela pulsão de morte. A tarefa da psicanálise seria de um atravessamento desta repetição, por meio da recordação e posterior elaboração daquilo que estaria conduzindo a ela.

Acreditamos que podemos pensar em uma repetição da história social, movida por uma “pulsão de morte social”. Isso porque, se observarmos, existem alguns traços e fatos sociais que se repetem, vão e voltam. Como para o sujeito é difícil romper com essa repetição de sua história pessoal, para a sociedade também é, pois relembrar causa dor, angústia, e é preciso se reconhecer como sujeitos imperfeitos ou sociedades imperfeitas.

---

<sup>54</sup>Os principais textos de Sigmund Freud que abordam o conceito de repetição são “Recordar, repetir e elaborar”, escrito em 1914, e “Além do princípio do prazer”, escrito em 1920.

A obra literária acompanha esses retornos, certas características sociais e culturais que fazem parte da condição do ser humano. O estudo intertextual apresentado neste trabalho, entre as obras literárias *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão*, não é no sentido de ter sido base de uma para a outra, mas na semelhança entre os locais em que foram inspiradas e na demonstração das semelhanças do espaço em que as narrativas ocorrem, o que nos permite observar esta permanência ou repetição de alguns elementos da história e também das discontinuidades ocorridas, como a não observância de melhoras ou evoluções, propondo, assim, uma crítica à sociedade em que estão inseridas.

Continuando com as contribuições de Antonio Candido, o autor expõe três elementos fundamentais para a comunicação artística: o autor, a obra e o público. Sendo que será a sociedade que define a posição e o papel do artista. A obra dependerá de recursos técnicos para a atividade artística, sendo que a obra “estimula a diferenciação de grupos: a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o grupo” (CANDIDO, 1967, p. 28). Esse sistema é dialético, no sentido que as influências são recíprocas, ou seja, a arte influencia a sociedade e a sociedade também influencia a arte.

Segundo Candido (1967, p. 35) “a obra depende estritamente do artista e das condições sociais que determinam a sua posição”. Isso quer dizer que a obra surge a partir do artista, mas com ínfima influência das condições sociais em que ele está inserido, tanto os valores como as técnicas de comunicação.

As “forças sociais” conduzem o artista, já que elementos sociais adquirem significado social, na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas e repercutem na obra o manifestado (encontrado) no grupo (CANDIDO, 1967, p. 30). Por isso, considera-se que a obra é fruto da confluência entre o social e o indivíduo criador. É interessante observar como muitos artistas serão valorados pelo público pós-morte. Seria válido questionar o porquê desse fato, se a arte reflete questões sociais e culturais do tempo em que está inserida. Uma das possíveis respostas talvez seja porque o artista consegue extrair o mais profundo, o melhor e o pior do social e do ser humano, e os leitores que estão inseridos na mesma época nem sempre estão preparados ou dispostos para essa compreensão e questionamento de suas próprias mazelas. O artista é quase uma espécie de *feiticeiro do seu tempo*, pois não é qualquer indivíduo que consegue esse feito, de

tornar artístico o que é trazido, muitas vezes, do imaginário social, que não está explícito, mas está nas entrelinhas, e ainda não é assimilado, não é visto como parte do seu tempo, não se quer reconhecer tais traços como sendo seus. Por isso seu valor, não em raras vezes, será dado *a posteriori*.

Diante disso, propomos pensar, a partir das literaturas estudadas e analisadas, o presídio como uma metáfora para a pior parte da condição humana, visto como o local onde o ser humano se permitiu (desde o seu surgimento) e se permite demonstrar o seu lado mais sádico, com degradações e humilhações de outrem, muito próximas de regimes autoritários ou totalitários, sem a preocupação de um questionamento ético e social. A referência à “casa de mortos” trazida por Dostoiévski é exemplar, pois é nesse sentido que a permissão pode ocorrer, quem ali está é como se estivesse morto para a sociedade (a sociedade deseja essa morte); então, se estão mortos, é permitido tudo lhes fazer. E como com os escravos, são considerados obscuros, e, por serem obscuros, podem morrer, de preferência sem deixar vestígio algum de terem existido. A única forma de permanecer vivo talvez esteja na escrita. No caso dos escravos poucos relatos existem do princípio da pena de prisão, da sensação e sentimento de ser prisioneiro, e esse é um dos fatores que fazem a obra de Dostoiévski ser tão importante. É uma das primeiras obras valoradas sobre essa temática<sup>55</sup>, que teve um público leitor significativo, mas, ao mesmo tempo, mesmo sendo escrita por Dostoiévski (considerado um dos maiores romancistas em nível mundial), não é tão conhecida pelo grande público, como outras obras suas. Dostoiévski é um gênio na arte de escrever sobre o *lado negativo* do ser humano, mas de uma maneira sublime, ocasionando uma recepção dos efeitos inquietantes, no sentido de que quem lê, pode estranhar, mas continua com a leitura.

Sigmund Freud conceitua o *estranhamento* (Unheimlich) ou o não familiar. A partir de sua prática analítica, vai falar do sentimento que soa como não familiar, mas que está junto de seu aparente oposto, que é o familiar (Heimlich), o qual se relaciona com algo que é assustador, mas que faz parte do próprio sujeito. Ligado ao conceito de estranhamento estará o conceito da repetição. A repetição, que já mencionamos, será algo que foi reprimido e retorna, se repete, porém não irá se repetir exatamente da mesma forma, há uma modificação (FREUD, 1919). Podemos

---

<sup>55</sup>Dostoiévski inaugura o gênero literário da *prosa em prisão*.

associar o conceito de repetição à inquietude e estranheza causadas pela arte, mais especificamente pela literatura. Ao se identificar com as questões trazidas pela leitura, o sujeito pode estranhar e inicialmente não reconhecer como sendo algo que também faz parte do seu *Eu*, e um exemplo é a violência.

O século que passou tem como marca o pior horror ocasionado pela violência, muito em função da Segunda Guerra Mundial e por termos mais relatos devido à proximidade da época e do desenvolvimento da escrita. Foi após a Segunda Guerra que surgiu com mais força a *literatura de testemunho*, a partir dos relatos testemunhais das vítimas do nazismo.

De fato, o século XX foi marcado por evoluções e grandes avanços tecnológicos e de desenvolvimento econômico, mas, ao mesmo tempo, por muita violência. Todavia, se olharmos na história da humanidade, a violência é a marca de muitos períodos, como Arendt vai trazer. Parece que ela perpassa as relações humanas, sendo que os instrumentos e técnicas da violência só foram se aprimorando. Uma diferença, talvez, esteja na maior possibilidade e difusão da escrita e da documentação dessas vivências, que ocorrem com mais contundência a partir do século XX. Diferentemente do período escravocrata, com raros relatos das vítimas em função de quase a totalidade não ter acesso à escrita, após a Segunda Guerra Mundial houve uma difusão de relatos testemunhais, os quais propiciaram um acesso maior do público aos acontecimentos vivenciados por estes sujeitos.

A crueldade humana existente nos campos de concentração do nazismo é algo que choca e indigna. Mas gostaria de propor uma reflexão sobre a crueldade também vivenciada por outros grupos, anteriores ou posteriores à Segunda Guerra como, por exemplo, os escravos, os loucos, e os próprios prisioneiros, que por muito tempo foram presos e torturados sem um julgamento e prova de sua culpa. Será que demos e estamos dando a valoração e questionamento que deveríamos ao que ocorre a estes grupos? Por que são tão pouco difundidos os estudos sobre os escravos após a sua libertação e a discussão sobre o que aconteceu a eles? Alguns estudos apontam que muitos não conseguiram sair dessa condição, ou seja, retornaram para a reclusão em presídios ou hospitais psiquiátricos, algo que perpassa em muitos países em que existiu a escravidão. Não é à toa que a população negra é a maioria dentro dos presídios, até os dias de hoje. Falamos pouco desse povo e quando falamos não temos tanta repercussão diante do seu

sofrimento e de sua degradação. Estes não ecoam da mesma forma. É difícil de reconhecer, mas temos o sofrimento de alguns povos ou pessoas como inferior, colocamos o valor do sofrimento na raça ou na condição social daqueles que sofrem. Será que fizemos, em nosso imaginário, uma diferenciação de quem nos comove mais e de quem damos menos importância ao sofrimento vivenciado? Até que ponto conseguimos aproveitar e usufruir de uma das principais qualidades da literatura, que é justamente sua crítica social? Valoramos da mesma forma todas as escritas do sofrimento humano? É muito difícil admitirmos que também temos nossa própria condição de crueldade, que consideramos que existem seres mais humanos do que outros. Isso pode ser observado até mesmo na morte:

Ao levantarem o cadáver, com cama e tudo, a palha farfalhou e os grilhões rangeram. Ergueram o corpo. De repente todos começaram a falar alto. Ouvimos o sargento dar ordem para alguém ir buscar o ferreiro, pois era preciso tirar os ferros do cadáver... (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 192).

O preso permanece com grilhões mesmo estando iminente a morte, e eles são tirados apenas após esta acontecer, ficou preso até seus últimos minutos de vida.

Ao contar sobre a morte de Alessandro, qual já expomos anteriormente, Mendes demonstra o esquecimento em relação a estes sujeitos, até mesmo entre os presidiários, simplesmente se foi...

No dia seguinte e até a próxima visita, ainda se falou em Alessandro. Depois, ele desapareceu, como se também tivesse sido levado pelas águas, ou como tantos outros companheiros, dos quais se falava, raramente: "Fulano de tal foi de transferência, já faz muito tempo...". (MENDES, 2017, p. 263-264).

A literatura faz a sua parte de expor as mazelas da humanidade, mas será que nós, leitores, estamos fazendo a nossa de ler de forma crítica e atenta, de conseguir reconhecer seus significantes e significados e nos questionar sobre nós mesmos e a sociedade em que estamos inseridos? Por outro lado, a sociedade está lendo? Ou como questiona Candido "quem tem direito à Literatura"?

Ambos os livros aqui estudados fazem uma espécie de “denúncia” não apenas do presídio como da sociedade e da condição do humano, que pode ser simbolizada pela instituição prisional. Importante frisarmos que não consideramos uma divisão entre “homens apenas bons ou apenas maus”.

A sociedade despreza o carrasco profissional, mas não o nobre torturador. Apenas recentemente expressaram o contrário, ainda que somente em livros de maneira abstrata. Mesmo os que se manifestaram ainda não conseguiram sufocar seu desejo por poder. Todo industrial, todo empresário, sente uma dose de prazer pelo fato de seus operários e respectivas famílias dependerem apenas dele [...].

Falei em carrasco. Os instintos bestiais estão encravados em todos nossos contemporâneos, mas não se desenvolvem por igual nos homens. Se, porém, se desenvolverem em alguém, sufocando as suas outras qualidades, esses homens vão se transformar em monstros. Existem duas espécies de carrascos: os voluntários e os que são por obrigação. Os carrascos voluntários são sem dúvida, sob todos os pontos de vista, piores do que os profissionais [...]. Conheci gente boa, correta, respeitada pela sociedade e que, na qualidade de executor, não admitia que o condenado não gritasse sob as chibatadas e não implorasse por piedade. Essas pessoas consideravam que quem apanha deve gritar e suplicar. Tem que ser assim, é preciso, é indispensável! E se a vítima não grita, o executor, normalmente um sujeito gentil, se enfurece. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 210-211).

Podemos observar nessa passagem de Dostoiévski primeiramente como a prisão serve de poder para uma parcela da sociedade. Os carrascos que surgem de forma espontânea são os mais “eficientes” no objetivo de fazer sofrer. Pessoas “boas e corretas” na sociedade, mas que demonstram toda a sua crueldade e sadismo diante do prisioneiro.

Como já trouxemos, na história de Mendes, não existem mais “carrascos autorizados”, entretanto as formas foram ficando mais sutis, mais escondidas, mas não necessariamente menos cruéis:

Os caminhões em que éramos transportados, sobretudo os mais antigos, eram verdadeiros cofres blindados, fechados por chapas de ferro por todos os lados, nos quais não entrava nem uma rajada de vento ou raio de sol. Para que não morrêssemos sufocados, havia alguns buracos pequenos no chão e nas laterais, e um sistema de ventilação interna. Ocorria frequentemente de sermos trancados naqueles caminhões, em dias escaldantes de verão, nos quais a sensação térmica chegava os 50º, com a ventilação desligada. Várias vezes cheguei ao Fórum desidratado, semidesmaiado, com a camisa encharcada de suor. Nessas condições, as algemas pesavam como se fossem bolas de ferro. Muitas vezes só

conseguíamos nos manter em pé apoiados uns nos outros (além de tudo, o carro normalmente andava superlotado). (MENDES, 2017, p. 263-264).

Mendes usa o termo *algozes* para se referir àqueles que desempenham esta função. Podemos observar que os castigos ocorrem de forma distinta, mas em ambos os trechos é necessário um consentimento para tais ações, necessitam de humanos para desenvolvê-las.

O que podemos observar é que o humano é perpassado por essa dualidade, por um antagonismo entre o bem e o mal, a qual também aparece sobre a evolução da ciência, como traz Candido (2004). Acreditou-se que a evolução da ciência, principalmente no século XVIII e XIX, poderia contribuir para uma espécie de felicidade coletiva, por meio da remoção de obstáculos, e com o progresso aumentando a instrução sobre a técnica: “No entanto, mesmo onde estes obstáculos foram removidos a barbárie continuou entre homens” (CANDIDO, 2004, p. 170). Candido pontua que, apesar de estarmos em uma época bárbara, mas ligada à civilização, teríamos materiais necessários para criar possibilidades, não de maneira utópica, mas a luta ganharia mais esperança e o que faltaria seria empenho.

[...] chegamos a um máximo de racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza. Isto permite imaginar a possibilidade de resolver grande número de problemas materiais do homem, quem sabe inclusive o da alimentação. No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima, servida frequentemente pelos mesmos meios que deveriam realizar os desígnios da racionalidade. Assim, com a energia atômica podemos ao mesmo tempo gerar força criadora e destruir a vida pela guerra: com o incrível progresso industrial aumentamos o conforto até alcançar níveis nunca sonhados, mas excluímos dele as grandes massas que condenamos à miséria; em certos países, como o Brasil, quanto mais cresce a riqueza, mais aumenta a péssima distribuição dos bens. Portanto, podemos dizer que os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria. (CANDIDO, 2004, p. 169).

O autor é otimista ao considerar que o mal ainda seria praticado, mas não seria mais proclamado, como ocorreu outrora. Para exemplificar utiliza o exemplo do julgamento em Nuremberg.

Sob este aspecto, os tribunais de Nuremberg foram um sinal dos tempos novos, mostrando que já não é admissível a um general vitorioso mandar fazer inscrições dizendo que construiu uma pirâmide com as cabeças dos

inimigos mortos, ou que mandou cobrir as muralhas de Nínive com as suas peles escorchadas. Fazem-se coisas parecidas e até piores, mas elas não constituem motivo de celebração. Para emitir uma nota positiva no fundo do horror, acho que isso é um sinal favorável, pois se o mal é praticado, mas não proclamado, quer dizer que o homem não o acha mais tão natural. (CANDIDO, 2004, p. 170-171).

Candido argumenta que houve uma mudança no discurso social, por exemplo, das classes dominantes de seu tempo de menino, quando se justificava que “haver pobre era vontade de Deus”; isso aparecia no discurso social, empresarial e político. Havia um constrangimento, um disfarce, para não comprometer a imagem dos dirigentes. Todavia, se pensarmos no momento atual em que vivemos, parece haver uma permissividade de falar o que não era bem visto há vinte/trinta anos, após o término da ditadura militar, pensando como exemplo o Brasil. Duas hipóteses: poderia ser um retorno histórico ou esses pensamentos na verdade nunca deixaram de existir, apenas estavam em estado de ostracismo. Nesse sentido, explicar-se-ia a permanência do pensamento de que algumas pessoas devem e podem sofrer mais que outras.

Candido traz o conceito de “bens compreensíveis” e “bens incompreensíveis”, a partir das concepções de Louis-Joseph Lebret<sup>56</sup>. Para o autor o cerne da questão dos direitos humanos é de reconhecer que o que é indispensável para nós é também indispensável para o próximo. Porém, o pobre é visto como tendo necessidade apenas do básico para sobrevivência (comida e moradia seriam suficientes). E se precisa apenas do básico, Candido questiona: *Teria direito à literatura?* Um questionamento extremamente importante, pois se é preciso “garantir” em lei o direito à vida e à liberdade, o que levou milhares de anos para ser “objetivado”, mas que na prática ainda não ocorre de forma efetiva, como fica, neste contexto, o direito de ler? Algo que, *a priori*, parece mais insignificante comparado às questões básicas de sobrevivência.

Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoievski ou ouvir os quartetos de Beethoven? Apesar das boas intenções no outro setor, talvez isto não lhes passe pela cabeça. E não por mal, mas somente porque quando arrolam os seus direitos não estendem todos eles ao semelhante. (CANDIDO, 2004, p. 172).

---

<sup>56</sup>Fundador do movimento de economia e humanismo.

Alguns direitos para todos, mas não necessariamente todos os direitos. Pois alguns são dignos apenas dos bens incompressíveis, os bens básicos para a sobrevivência, os outros bens são supérfluos ou indispensáveis. Candido pontua que mesmo a educação pode ser tida como indispensável para uma camada social e não para outra: “Na classe média brasileira, os da minha idade ainda lembram o tempo em que se dizia que os empregados não tinham necessidade de sobremesa nem de folga aos domingos, porque, não estando acostumados a isso, não sentiam falta...” (CANDIDO, 2004, p. 173). A mesma referência pode ser colocada na educação e na leitura, “não estando acostumados, não sentirão falta”.

A dificuldade no acesso à leitura pode ser observada em ambas as narrativas aqui estudadas. Como vimos os narradores relatam as dificuldades de ter acesso a livros de literatura, como se estes fossem subversivos. O livro aceito como benéfico aos presidiários é a Bíblia ou Novo Testamento, como é denominada por Dostoiévski. Podemos pensar que em liberdade ou aprisionados haverá aqueles que não serão providos do acesso à leitura, ou, se forem, muitas vezes não será de uma leitura de cunho crítico, de questionamento às mazelas da sociedade.

Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura.

Mas a fruição da arte e da literatura estaria mesmo nesta categoria? Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal ou pelo menos de frustração mutiladora. A nossa questão básica, portanto, é saber se a literatura é uma necessidade deste tipo. Só então estaremos em condições de concluir a respeito. (CANDIDO, 2004, p. 173-174).

Como dissemos, *a priori*, a literatura parece menos importante do que a alimentação, mas, pensando na alimentação da alma e dos sonhos, será que seria inferior? Candido aponta para as manifestações literárias de todos os tempos, de como a fabulação é indispensável para o ser humano. A literatura seria equivalente

ao sonho, pois é preciso fantasiar, mergulhar na ficção e na poesia, viver apenas com o básico é sobreviver e não vivenciar e experienciar a vida.

Alterando um conceito de Otto Ranke sobre o mito, podemos dizer que a literatura é o sonho acordado das civilizações. Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator indispensável de humanização. (CANDIDO, 2004, p. 175).

Os currículos trazem a obrigatoriedade da literatura, mas e aqueles que não estão incluídos em currículos escolares? E aqueles que sentem fome quando estão na escola? Como irão entrar no universo da ficção literária se a sua “ficção” é a fome? Mas quando conseguem adentrar o universo literário pode ser um perigo para a “sociedade”, pois ela não é “uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração” (CANDIDO, 2004, p. 175).

A literatura possibilita o que há de mais perigoso: pensar. A partir disso, podemos considerar que talvez o problema não esteja em como se está lendo, mas no quanto não se está lendo. Aqueles que dominam o poder não têm interesse que se propague a leitura, como vimos no relato de Mendes, a leitura é um risco, as mensagens e os efeitos causados pelos textos literários podem ser “devastadores”: “Ela não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 2004, p. 176). Para Candido o principal efeito da literatura não seria a transmissão de conhecimento (aprendizado), mas seu poder de “construir objetos”, a possibilidade de provocar uma experiência, como já abordamos, seria seu grande poder humanizador.

Em ambas as narrativas as expressões artísticas são colocadas como fundamentais para a sobrevivência em um ambiente tão hostil como o cárcere. No livro de Dostoiévski, além de aparecer a leitura, o narrador traz uma peça de teatro, a qual foi analisada no capítulo I, como uma forma de leveza:

Minha afirmação é pura verdade. O fato é que aquelas pessoas puderam viver, embora por pouco tempo, com leveza, divertir-se como gente, não se sentindo durante aquele período como prisioneiros, e sim como pessoas

normais, experimentando uma experimentação da alma, ainda que por poucos minutos. (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 176).

Mendes fala em vários momentos de como a escrita e a leitura o ajudaram, quando estas lhe eram disponibilizadas. O autor finaliza sua narrativa com literatura, com o mito grego da *Caixa de Pandora*. Nesta história, Pandora fica encarregada de guardar uma caixa, sendo que não poderia abri-la em hipótese alguma; não aguentando a curiosidade, Pandora abre a caixa, dentro da caixa estavam guardados todos os males do mundo como a inveja, a doença, a crueldade, que foram libertados; mas, após esta desgraça, surge a esperança. Provavelmente Mendes trouxe este mito para exemplificar a sua vivência: que apesar de todos os males, ainda existe esperança de mudança e, talvez, esta possa ser encontrada na arte, incluindo a literatura, as quais são formas de libertação, tanto em nível prisional como social.

Candido fala da importância da leitura dos clássicos para a crítica social, mas podemos pensar que também os testemunhos podem ser um resgate e uma possibilidade de permanência da memória, pois os testemunhos estão associados à memória social, e um dos seus feitos é de mantê-la, por meio da escrita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para demonstrar as continuidades e discontinuidades da prisão e a importância literária, histórica e social das obras *Recordações da casa dos mortos* e *A pequena prisão*, de como a leitura destas pode romper com o imaginário social e a contemplação de espaços totalitários e autoritários, como é o caso do cárcere, ocasionando uma crítica à sociedade em que estes espaços estão colocados como a solução para o problema da criminalidade, a tese foi desenvolvida a partir de três capítulos, focando em algumas temáticas que se fizeram importantes. Entre elas, a análise literária, histórica e social das obras, a discussão sobre a diferenciação entre as categorias literárias, o que provocou um estudo quanto à *veracidade* das obras e, por fim, um estudo comparativo entre as narrativas.

Diante da pesquisa, podemos observar a riqueza das temáticas trazidas em ambas as narrativas e a importância da representação, na literatura, de espaços e/ou pessoas que são deixadas à margem da sociedade. As obras já chamam atenção desde seus títulos. A de Dostoiévski, nos remetendo à condição de morte a que os prisioneiros estão inseridos. A de Mendes, de como a prisão deve ser pensada como uma parte da engrenagem social, uma consequência, ou resultado, de como a sociedade age. Ambas questionam a condição em que estes sujeitos são colocados, de quem é considerado como mais humano, ou, em contrapartida, de quem pode ser tratado como um sub-humano, ou, como bem nos traz Agamben, um *Homo sacer* – aquele que está de fora e, sendo assim, não tem mais os mesmos direitos, pode ser morto sem que haja comoção, pois merecia.

Como vimos, a narrativa *Recordações da casa dos mortos*, escrita por Dostoiévski, se desenvolve num período em que está ocorrendo uma transição na maneira de punir – dos trabalhos forçados e acorrentados à pena de prisão, os castigos físicos são legalizados. A obra *A pequena prisão*, de Mendes, demonstra a efetivação da prisão como principal reprimenda penal na contemporaneidade. Com a análise das obras, pudemos remontar a história e justificativa do surgimento da pena de prisão, observar a gradativa mudança ocorrida nas formas dos castigos aos prisioneiros – que iniciou com suplícios, torturas, passando a instrumentos mais requintados, porém não menos sofríveis. O que corrobora com a hipótese de que a visão e objetivo social do cárcere continuam o mesmo. Ou seja, não se observam

evoluções positivas; em contrapartida, houve o avanço da violência, a piora nas condições de vivência entre os presídios relatados, e o aumento de pessoas aprisionadas, principalmente nos países em que os livros foram escritos e uma intensificação do uso de drogas. No séc. XIX os prisioneiros consumiam bebidas alcoólicas, já no séc. XX e XXI as drogas mais utilizadas são a maconha, a cocaína e o crack. Entre uma narrativa e outra, percorremos mais de cem anos de penalizações, o que nos proporcionou observar tanto as questões particulares, sociais e culturais de cada época, contexto e local em que foram escritas – Rússia e Brasil –, como também algumas questões universais que perpassam países, cárcere, grandes leis e tendências da humanidade.

Dostoiévski é considerado um dos mais importantes romancistas em nível mundial. Seus escritos possuem a peculiaridade de trazer no âmago o questionamento sobre a humanidade. Mendes é um jovem escritor brasileiro, na época em que escrevera era acadêmico do curso de geografia. Em comum, vivenciaram a experiência de estar preso por motivos políticos e a partir desta experiência conseguiram eternizar suas vivências por meio da escrita; todavia, cada um à sua maneira e em formatos diferentes – romance e testemunho.

Tanto a obra de Dostoiévski como o relato de Mendes são exemplos de uma população específica controlada, mantida sob tutela, sendo o foco narrativo as histórias vividas pelos personagens num espaço-tempo específico. Em ambos os livros o crime cometido aparece na descrição de alguns personagens, mas não é a preocupação primordial dos narradores. Entretanto, além da representação do espaço prisional, consideramos que a prisão reflete muitas questões da sociedade, as quais podem ser identificadas nas histórias: desde questões de classe, de poder, de massificação, de violência, mas que dentro do cárcere percebe-se que estas ocorrem de forma mais intensa e difundida.

As peculiaridades das escritas, por serem consideradas de gêneros distintos, nos permitiram pensar como ambas são fundamentais para refletirmos sobre questões sociais, não apenas como outrora, quando se considerava como mais importantes as obras pertencentes ao cânone literário. Tecemos um estudo desde o surgimento do romance até chegarmos aos testemunhos. Nele foi possível refletir sobre as distinções e aproximações entre uma categoria e outra e na complexidade de pensar em qual seria mais verdadeiro. O testemunho surge de relatos históricos,

os quais seriam “experiências reais”, enquanto o romance seria ficcional, surgindo do imaginário do escritor. *A priori* parece uma resposta simples, mas, ao observar as nuances das narrativas e pensar a partir dos pressupostos de verdade trazidos pela psicanálise, fica claro que a questão é bem mais complexa. Segundo esta teoria, toda história, até mesmo a contada em análise, será, de certo modo, ficcional. Por outro lado, a partir dos autores estudados, constata-se que tanto a história como o romance seguem convenções de seleção, organização, diegese, ritmo temporal e elaboração da trama. Apesar da distinção entre os gêneros literários, existe a semelhança dos aspectos formais e a dificuldade de fazer essa separação. Ou seja, tanto as narrativas consideradas como “histórias ficcionais” ou como “histórias verídicas”, que teriam um cunho de veracidade, estão inclusas em sistemas culturais de signos, bem como de construções ideológicas.

Constatamos que, independentemente de a história ser mais real ou mais ficcional – indiferentemente de as narrativas serem “verídicas”, serem autobiografia ou semibiografia, romance ou testemunho –, a categorização não diminuiu sua significação e importância histórica e social, amparadas pela verossimilhança com a realidade, a qual permite um questionamento sobre uma instituição que faz parte e reflete muitos aspectos de nossa sociedade, que é o cárcere.

Podemos concluir que este estudo demonstra a grandiosidade e importância que as obras literárias possuem, especialmente as aqui analisadas, tanto em nível literário, histórico, como social. Independentemente da veracidade das obras, ponto de difícil consenso, pode-se observar que ambos os livros analisados produzem, após a sua leitura, questionamentos importantes, tanto sobre o presídio, como sobre a sociedade e a condição do ser humano, que pensamos ser simbolizada pela instituição prisional, narrativas que refletem questões da nossa conjectura social e permitem a permanência na memória.

Todavia, por outro lado, podemos observar que a obra não consegue, por si só, romper com o imaginário social, é necessário que a sociedade esteja disposta a tal. Como vimos com *Candido*, nem sempre o acesso à arte é tão simples. Sendo que Arendt e Freud nos provocam a pensar sobre as mazelas da humanidade, como disse Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVII, em sua frase desiludida sobre o homem, “*homo homini lupus*”, que em tradução livre significa: “o homem é o lobo do homem”. Ou seja, será o homem o causador dos maiores males da humanidade.

As narrativas nos provocam a pensar que nem sempre os homens presos serão os mais maléficos.

Além de a obra literária acompanhar a história da humanidade, esta é capaz de romper ou sublimar as pulsões agressivas e de morte, manifestadas principalmente a partir da violência. Para isso, é necessário que a sociedade esteja disposta a trabalhar sua história, discutir e reconhecer suas mazelas e simbolizá-las, para, assim, conseguir diminuir suas ações violentas. Não dependerá somente da obra literária para que tal questionamento e mudança ocorram, vários fatores estão incluídos para que uma ruptura possa se dar. É preciso, além de o leitor estar disposto a ler, ter oportunidade, acesso à leitura, o que infelizmente nem sempre ocorre.

Não significa que a arte, em especial a literatura, seriam a mágica para resolver os problemas do mundo. Infelizmente não existem soluções mágicas, mas a literatura permite enriquecer a visão de mundo do sujeito, bem como satisfazer suas necessidades básicas de fantasiar e sonhar acordado, de libertar o ser humano do caos. Por isso, ela deveria ser considerada como uma necessidade básica e universal. Além disso, a literatura de viés social e crítico pode ser um instrumento de desmascaramento, por exemplo, nas situações de restrição ou violação de direitos, ou mesmo da negação destes. A literatura é uma possibilidade de “análise do social”, ocasionada pelo estranhamento e questionamento proposto – a leitura pode romper com as repetições históricas e possibilitar novas significações simbólicas e de esperança.

Descobrimos com Freud, por meio de seus estudos sobre as análises de seus pacientes, a importância das fantasias, as quais começam desde a infância e permanecem na fase adulta. O que seria da humanidade sem a fantasia? Para sobreviver psiquicamente o indivíduo precisa formar uma *ficção do si mesmo*, a qual é fundada pelas figuras parentais, mas que também terá forte influência da cultura. Nesse sentido, podemos pensar que a ficção faz parte do sujeito e tudo será uma interpretação a partir do mundo interno de cada um, pois precisamos de histórias (e de ficção) para suportar as mazelas da vida.

Como vimos, em ambas as narrativas, evidencia-se a importância da leitura como um refúgio, uma forma de libertação, de permanecer lúcido, mesmo em um ambiente onde a morte impera. A leitura possibilita um saber que “não pode ser

extraído sob tortura”, como menciona Mendes, um conhecimento que se fundou a partir dos livros e que talvez seja uma das únicas marcas da subjetividade do sujeito que não se perde com o aprisionamento. Por isso, não é à toa que este saber é visto como perigoso, o que pode ser observado na dificuldade ao acesso, tanto a livros como à escrita, dentro do cárcere.

Diante disso, a hipótese da nossa pesquisa é de que o resgate de simbolizações artísticas, em especial a partir da literatura, a consideração pela sociedade da leitura como um item de necessidade básica, permitirá um importante questionamento de condições e/ou espaços sociais. Obviamente que isso não é uma regra, mas a arte pode “despertar” efeitos simbólicos inesperados no sujeito e na cultura de um povo. As obras aqui analisadas foram associadas a aspectos sociais e teóricos, mas, sem dúvida, ultrapassam este viés, “falam para além” do que propomos, haverá outras diversas formas de análise, pois a obra é um campo aberto de perspectivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. Posição do narrador no romance contemporâneo. Trad. Jorge de Almeida. In: ADORNO, T. **Notas de literatura**. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- AMÂNCIO, T. **Ninguém foi condenado por mortes de quase 300 presos em 3 anos no país**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ninguem-foi-condenado-por-mortes-de-quase-300-presos-em-3-anos-no-pais.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2019.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARENDT, H. **Da violência**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- ARENDT, H. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. 1949. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_arendt\\_origens\\_totalitarismo.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf). Acesso em: 20 jul. 2015.
- BAKHTIN, M. Problemas da poética de Dostoiévski e estudos da linguagem. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética**: a teoria do romance. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1993.
- BARRETT, W. **Irrational man**: a study in existential philosophy. Westport: Greenwood Press, 1977.
- BARTHES, R. **O grau zero do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BATISTA, N. **Punidos e mal pagos**: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BENJAMIN, W. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Presidência da República. **Mapa do encarceramento**: os jovens do Brasil. Brasília, 2015.
- BUNGART NETO, P. O reconhecimento tardio da autobiografia como gênero legítimo: Philippe Lejeune e seu “exército de um homem só”. In: PINHEIRO, A. S.; BUNGART NETO, P. (org.). **Estudos culturais e contemporaneidade**: literatura, história e memória. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**: estudos da teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004.

CASTRO, M. M. P. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. **Revista USP**, 9(1):57-64, mar./maio 1991.

CONJUR. **TJ-SP anula julgamentos dos 73 policiais condenados por massacre do Carandiru**. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-set-27/tj-sp-anula-condenacoes-policiais-massacre-carandiru>. Acesso em: 21 set. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional**. Brasília, 2012.

COSTA, A. M. M. **A ficção do si mesmo**: interpretação e ato em psicanálise. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

COUTINHO, E. F. **Literatura comparada na América Latina**: ensaios. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

DE MAN, P. Autobiografia como des-figuração. **Sopro**, n. 71, maio 2012. Disponível em: <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n71scribd.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

DOSTOIÉVSKI, F. **Recordações da casa dos mortos**. Trad. Nicolau S. Peticov. São Paulo: Nova Alexandria, 2015.

DUCLOS, D. **Castigatio, antiga entrada da prisão de Amsterdam**. 2009. Disponível em: <https://www.ducsamsterdam.net/foto-do-dia-castigatio-antiga-entrada-da-prisao-de-amsterdam/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FIOCRUZ. **Ciência & letras**: a pequena prisão. 2017. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/ciencia-letras-pequena-prisao>. Acesso em: 16 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FRANK, J. **Dostoiévski**: os anos de provação, 1850-1859. Trad. Vera Pereira. 2. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII.

FREUD, S. As pulsões e suas vicissitudes. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV.

FREUD, S. Conferências introdutórias sobre psicanálise (1915-1917). In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XV/XVI.

FREUD, S. Konstruktionen in der analyse [construções em análise] (1937). In: FREUD, S. **Studienausgabe**. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1975. v. suplementar.

FREUD, S. O estranho. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XXI.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII.

GLOBO. **Imagem do conjunto penitenciário de Bangu**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/conjunto-penitenciario-de-bangu-recebe-dois-ex-governadores.html>. Acesso em: 17 ago. 2019.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOVERNO FEDERAL. **Departamento Penitenciário Nacional realiza esforço para atualização dos dados do sistema prisional**. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1562941435.15>. Acesso em: 23 set. 2020.

IBGE. **Núcleo virtual da rede de memória do IBGE**. 2020. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>. Acesso em: 23 set. 2020.

JAMESON, F. Reflexões para concluir. **Literatura e Sociedade**, v. 15, n. 13, 2010.

KAUFMANN, W. **Existentialism: from Dostoyevsky to Sartre**. Nova York: New American Library, 1975.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LACAN, J. **O seminário, livro 4: as relações de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1956-1957.

MENDES, I. **A pequena prisão**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MOORE, J. **Que tal se hospedar na prisão mais “linha-dura” da Sibéria?** 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160130\\_vert\\_tra\\_prisao\\_siberia\\_ml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160130_vert_tra_prisao_siberia_ml). Acesso em: 21 set. 2018.

N-1 EDIÇÕES. **A pequena prisão**. Disponível em: <https://n-1publications.org/a-pequena-prisao>. Acesso em: 16 jul. 2019.

O'LEARY, T. Foucault, experience, literature. **Antíteses**, 5(10):875-896, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, R. T.; WERLANG, G. Dialogismo no romance português contemporâneo. **Revista Bakhtiniana**, 8(1):176-189, jan./jun. 2013.

OLNEY, J. Some versions of memory/some versions of bios: the ontology of autobiography. In: OLNEY, J. **Autobiography: essays theoretical and critical**. Princeton: Princeton University Press, 2014.

REUTER, Y. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REVEL, J. Michel Foucault: discontinuité de la pensée ou pensée du discontinu? **Le Portique**, 13-14, 2004. Disponível em: <http://journals.openedition.org/leportique/635>. Acesso em: 01 set. 2019.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: tomo III. São Paulo: Papyrus, 1997.

SANTOS, T. (org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. 2017. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

SARDINHA, E. **População carcerária cresce seis vezes em 22 anos**. 2014. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/populacao-carceraria-cresce-seis-vezes-em-22-anos/#:~:text=Em%201990%2C%20eram%2090%20mil,pessoas%20presas%20em%20suas%20penitenc%C3%A1rias>. Acesso em: 23 set. 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, 20(1):65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, 2(1):3-20, jan./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, M. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Proj. História**, jun. 2005.

STATISTICS EXPLAINED. **Crime and criminal justice statistics**. 2018. Disponível em: [https://ec.europa.eu/eurostat/documents/64346/9962673/Crime\\_and\\_criminal\\_justice\\_2008-2015.pdf](https://ec.europa.eu/eurostat/documents/64346/9962673/Crime_and_criminal_justice_2008-2015.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

THOMPSON, A. **A questão penitenciária**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TRINDADE, J. D. L. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação. Santa Maria: Ed. UFSM, 2015.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WATT, I. O realismo e a forma romance. In: WATT, I. **A ascensão do romance**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WERMUTH, M. A. D.; ASSIS, L. R. A seletividade no sistema prisional brasileiro e a produção da vida nua. **Prim@a Facie**, 15(28), 2016.